

Elementos de formação urbana da Afurada

Marta Oliveira

Índice

Índice	ii
Índice das imagens	iii
1 Primeiros assentos de povoamento na Afurada	1
1.1 Introdução	1
1.2 O sítio da Furada	1
1.3 O sítio da Furada e a entrada da barra do Douro	2
1.4 O estreito do rio entre montes, um limiar e uma barreira	4
1.5 Vale de Amores, o sítio do Degredo e o convento de Santo António	4
1.6 O estuário, uma antecâmara de resguardo e um alvéolo de pescarias	6
2 O espaço do território nos séculos XVIII (final) e XIX	11
2.1 A industrialização	11
2.2 Integração do vale da Piedade no espaço periurbano de Gaia	14
2.3 O Lazareto na Afurada	17
2.4 Planos e melhoramento da barra do Douro	20
2.5 O Cerco do Porto	25
3 Cem anos de pescas: o bairro piscatório	26
3.1 Um primeiro núcleo de povoamento	26
3.2 O bairro da Afurada	28
3.3 A estrutura da povoação	41
4 Referentes de identidade da povoação	50
4.1 A acção dos fundadores, a primeira capela e as instituições de solidariedade	50
4.2 A obra do Estado Novo	52
4.3 A construção da nova igreja e a criação da paróquia	60
4.4 A criação da freguesia administrativa	64
4.5 A ponte da Arrábida	65
5 Núcleo histórico da Afurada, uma observação final	69
6 Desenhos	71
Nota bibliográfica	84
Crédito de imagens	86
Agradecimentos	87

Índice das imagens

1.		1
Figura 1-1.	"The Bar of the Douro. Painted by J. Holland. Engraved by J. C. Armytage", (1838). "Villa Nova. Painted by J. Holland. Engraved by J.es B. Allen" (1838)	3
Figura 1-2.	"De Zeecusten van Portugal van Viana tot Avero" (1619). A costa marítima de Portugal, de Viana até Aveiro.....	5
Figura 1-3.	Cesário A. Pinto, "Brévia dos Cónegos do Convento da Serra do Pilar" (1848)	7
Figura 1-4.	"Planta Geográfica da Barra da Ci. ^{de} do Porto, T.S. Maldonado delin. / Porto / Godinho sculp." (1789).....	9
Figura 1-5.	"Planta Geográfica da Barra da Ci. ^{de} do Porto, T.S. Maldonado delin. / Porto / Godinho sculp." (1789).....	10
2.		11
Figura 2-1.	Fábrica de Louça de António Macedo & C. ^a , projecto de reconstrução, 1918.....	13
Figura 2-2.	A fábrica do Monte Cavaco. Fotografia Beleza: "Local de construção da Ponte da Arrábida visto do Palácio de Cristal"; "Ponte da Arrábida em construção"	14
Figura 2-3.	"Fábrica de Cerâmica da Afurada", São Paio, projecto de 1914	15
Figura 2-4.	Fotografia de Domingos Alvão	17
Figura 2-5.	"The Environs of Oporto. View of Oporto from Torre da Marca. Drawn by W.B. Clark Arch. ^t . Engraved by J. Henshall" [1833]	19
Figura 2-6.	"Planta do Porto. Lith. da Acad. Real das Sciencias."	22
Figura 2-7.	"Planta da Foz do Douro até Quebrantões; Para intelligencia do Plano do melhoramento da Barra do Porto. Por Luiz Gomes de Carvalho, Cor. ^{el} do Corpo d'Eng. ^{os} " [c. 1820].....	22
Figura 2-8.	"Planta da...a Cidade do Porto". Feita por Joaquim de Souza Picão no ano de 1815, em São João da Foz"	23
Figura 2-9.	"Carte Topographique des Lignes D'Oporto. Dressé e publié para Ordre de S.M.I. par F.P.A. Moreira, Colonel du genier Portugais"	24
3.		26
Figura 3-1.	Armazém do cais do Cavaco, projecto de quatro cumes, 1906.....	27
Figura 3-2.	Armazém da Companhia Mercantil Arrozeira, caminho municipal para a Afurada, projecto de ampliação, 1934	27
Figura 3-3.	Requerimento de António Organista, relativo a um novo alinhamento de fachada de casa na rua da Afurada.....	30
Figura 3-4.	Novo alinhamento de frente de casa na rua de 27 de Fevereiro, 1887	31
Figura 3-5.	Reconstrução de fachada na rua de Vasco da Gama, 1912	31
Figura 3-6.	Reconstrução de casa do lado da rua de 27 de Fevereiro, 1912	31
Figura 3-7.	Rosa Francisca dos Reis, rua 27 de Fevereiro, novo alinhamento, loja para arrecadação de ferro, 1921.....	32
Figura 3-8.	Implantação da capela e do posto de alfândega segundo a planta de um processo de requerimento particular de 1895.....	34
Figura 3-9.	Primeira implantação do chafariz, segundo a planta de um processo de requerimento particular, 1896	36
Figura 3-10.	"Projecto de retretes públicas para a Aforada, Santa Marinha", 1933.....	38
Figura 3-11.	"Planta topográfica dos alinhamentos fizados nas ruas Abílio de Azevedo, Eduardo Matos, Agostinho Albano e 27 de Fevereiro no lugar da Aforada - freguezia de S. ^{ta} Marinha", 1936	39

Figura 3-12.	"Projecto do prolongamento da Rua Abílio de Azevedo", 1935.....	40
Figura 3-13.	Rua de Alves Correia.....	43
Figura 3-14.	Rua da Bela Vista	43
Figura 3-15.	Rua da Creche.....	43
Figura 3-16.	Rua da Creche.....	43
Figura 3-17.	Rua de Agostinho Albano.....	43
Figura 3-18.	Rua de Vasco da Gama.....	43
Figura 3-19.	Rua de 27 de Fevereiro	44
Figura 3-20.	Rua de Costa Goldofim	44
Figura 3-21.	Pavimentação da rua de Vasco da Gama e das travessas de ligação, 1955.....	44
Figura 3-22.	Capela de São Pedro, projecto de regularização do adro e construção de um alpendre, 1903	45
Figura 3-23.	Implantação da escola primária: planta topográfica relativa aos terrenos a ceder pela APDL à autarquia, 1959	47
Figura 3-24.	Afurada, do lado norte	48
Figura 3-25.	Largo de São Pedro.....	48
Figura 3-26.	Rua de Costa Goldofim, cais	48
Figura 3-27.	A praia a sul do molhe	48
Figura 3-28.	Afurada do lado sul.....	48
Figura 3-29.	O molhe na parte central.....	48
4.		50
Figura 4-1.	Fernando Seara, projecto de reconstrução da capela de São Pedro, 1963.....	51
Figura 4-2.	"Esquema de traçado de uma avenida a construir na margem esquerda do rio Douro a jusante da ponte de D. Luíz I", projecto de 1942	53
Figura 4-3.	"Planta da Foz do Douro até Quebrantões...", 1820 (excerto). "Planta topográfica com a indicação dos prédios a reformar (A) e a construir (B) como início do bairro residencial para pescadores a construir nos terrenos anexos", projecto da Casa dos Pescadores, 1946	55
Figura 4-4.	Camilo de Paiva Soares, projecto da Casa dos Pescadores do Porto, 1946	56
Figura 4-5.	Vista da entrada do Douro, ao tempo do início da obra da ponte da Arrábida.....	61
Figura 4-6.	Carta topográfica, 1946	67
Figura 4-7.	Levantamento aerofotogramétrico, 1976.....	68
5.		69
6.		71
Figura 6-1.	"Planta da Foz do Douro até Quebrantões; Para intelligencia do Plano do melhoramento da Barra do Porto. Por Luiz Gomes de Carvalho, Cor. ^{el} do Corpo d'Eng. ^{os} " [c. 1820].....	72
Figura 6-2.	"Plano Do Sitio chamado Affurada para mostrar o estado actual do Terreno e mais partes comprehendidas" (segundo quartel do século XIX?).....	73
Figura 6-3.	"Plano de uma rua nova no lugar da Aforada", datado de 9 de Outubro de 1884..	74
Figura 6-4.	"Estrada de SamPaio à Afurada", projecto datado de 29 de Outubro de 1884.....	75
Figura 6-5.	Porto, carta topográfica, 1892.....	76
Figura 6-6.	"Planta da parte do logar da Aforada, que é preciso ser ligada com a lingueta de S. Paio, onde começa uma estrada municipal (de viação) que vae entroncar com a estrada tambem municipal das terras de Lavadores"	77
Figura 6-7.	"Planta topográfica da Afurada, cópia da A.P.D.L"	78
Figura 6-8.	Alçados de casas de ruas travessas da Afurada, implantadas na posição de gaveto.	79
Figura 6-9.	Alçados de casas das ruas direitas da Afurada.	79

Figura 6-10. "Esquema de traçado de uma avenida a construir na margem esquerda do rio Douro a jusante da ponte de D. Luiz I", desenho datado de 10 de Agosto de 1942..... 83

1 Primeiros assentos de povoamento na Afurada

1.1 Introdução

A Afurada surge como povoação piscatória, na segunda metade do século XIX, a partir da extensão de um pequeno núcleo de povoamento mais antigo que se tinha sedimentado, abrigado, na margem do rio, próximo do Areinho e dos canais de pesqueiras do estuário. A ocupação do lugar tomou forma a partir de um assento de pescadores e cabaneiros que aí exerciam, em permanência, entre ambas as margens do rio e às portas da cidade do Porto e da vila de Gaia, actividades de pesca no rio e no mar, e tarefas ligadas à navegação da barra. Além disso, a formação de um *habitat*, em meio aquático, servia o desenvolvimento de actividades agro-marítimas subsidiárias da exploração agrícola do interior rural do concelho de Gaia e de terras de Santa Maria da Feira, de que formava a sua margem, no curso inferior do Douro, a Norte.

A enumeração da diversidade das funções do sítio da Afurada define o seu quadro de relações no espaço do território, explicando o povoamento local e a humanização da paisagem, ao longo do tempo. Serão analisadas em particular três ordens de relações:

- as relações da Afurada com a cidade do Porto e as terras da outra margem do rio, por via da sua posição no sistema do estuário do rio, da navegação do Douro e das actividades complementares de vigilância e defesa da entrada da barra, de apoio à segurança da carreira dos navios e das medidas de controle sanitário sobre gentes e mercadorias entradas.
- as relações da Afurada com Gaia e Vila Nova, de que constitui um lugar de pescarias ao serviço da vila e do abastecimento da cidade do Porto, consagrado desde o foral mais antigo de Gaia, datado de 1255.
- as relações da Afurada com o interior agrícola do concelho de Gaia, que suscitam o desenvolvimento de actividades agro-marítimas e explicam uma sedimentação de núcleos de povoamento trazida até às margens do rio.

1.2 O sítio da *Furada*

A identificação do sítio da Afurada começa em relação com o mundo agrícola, num pequeno lugar rural estabelecido no planalto fronteiro ao monte da Arrábida. O nome *Furada*, que permanece inalterado na sua grafia até à meados do século XIX, designa esse primeiro assento num ponto sobranceiro ao rio. O lugar constituía então uma estação de um caminho local que passava em *Vale de Amores*, a jusante do castelo de Gaia, frente a Massarelos, e deixava a margem fluvial para subir ao alto do monte da Furada, fronteiro à Arrábida, contornando as arribas do estreito do rio, antes da sua última volta. No planalto, o caminho bifurcava em direcção ao Candal e a Canidelo, cruzando pequenos lugarejos de casas dispersas, atraídos pela estrada que seguia de Gaia em direcção às terras de Santa Maria, a sul, em derrota que a aproximava da linha costeira. O primeiro assento da Furada situava-se no encontro daquele caminho local com a estrada, no sítio

onde voltava a ser possível descer à margem fluvial, a São Paio, já à vista dos bancos do Areinho e do Cabedelo.

O topónimo da Furada acompanhou esse percurso de descida do alto, a partir do momento em que, junto do rio, no sopé da encosta, se fixa permanentemente uma comunidade com suficiente visibilidade para que seja nomeada. A denominação desse novo lugar é feita por referência ao seu local de origem. Com as designações de *Afurada de Cima* e *Afurada de Baixo* forma-se um par de referentes que é característico do povoamento no concelho de Gaia.

Há...como que duas realidades, uma dualidade permanente que se manteve ao longo dos tempos: uma povoação alta, outra baixa, um Concelho-de-Cima, um Concelho-de-Baixo, uma Gaia-a-Grande, uma Gaia-a-Pequena, uma Gaia, uma Vila Nova, duas povoações “urbanas” divididas entre a ruralidade circundante, o rio e o mar, o mercador e o mesteiral, o rei e os interesses da cidade do Porto.¹

1.3 O sítio da Furada e a entrada da barra do Douro

O lugar alto da Furada detinha a qualidade de organizar um conjunto de relações visuais que articulavam as coordenadas do sistema da entrada na barra do rio. O espaço do estuário encerrava-se com a volta do rio, no estreito entre os maciços rochosos da Arrábida e da Furada. A passagem marcava um segundo limiar na entrada do Douro, que era referido como *Volta do Cabedelo* (fig. 2-9) e como estreito das *Dezoito Braças* (fig. 2-7), numa alusão à distância entre margens. No enquadramento da barra, a posição alta da Furada permitia devolver a continuidade da trama de relações visuais da entrada da barra em direcção ao interior, a Massarelos e à Torre da Marca, e genericamente ao território alto das duas margens do rio, além do Porto até às terras de Aguiar do Sousa. Por este motivo, no limite da plataforma, junto da arriba, erguia-se um farol (um *facho*, fig.s 2-6, 2-7 e 4-3), que integrava o sistema de vigilância e segurança da navegação da costa e da barra do Douro.

O sistema de *fachos e almenaras* começou a ser organizado por D. João II. Em 30 de Agosto de 1484, mandou «pôr atalaias no Porto, São Gens e Vila do Conde para estarem de vigia aos navios que passassem no mar»². Em 1570, D. Sebastião toma novas disposições, com a instituição de um serviço de vigias às armadas de corsários, que deveria funcionar de Verão e no tempo de bonança. Moradores dos lugares e portos de mar eram obrigados a vigiar «de dia nas pontas que mais descobrirem ao mar, e de noite nos portos, calhetas, praias, ou pedras em que parecer que os ditos inimigos poderão desembarcar»³. Em cada local, a determinação dos lugares de vigia ficava a cargo dos capitães que, em conjunto com as gentes dos concelhos, de moradores e outras pessoas habilitadas e conhecedoras, deviam definir os locais mais convenientes para o efeito. Dos “Mapas e Relação dos Fachos” mandados elaborar pelo Senado da Câmara do Porto, no início do século XIX, constam os fachos do Monte de Cabedelo da Barra, do Monte da Furada e de N.ª Senhora da Luz, entre outros situados na linha costeira e nos montes do interior⁴.

No espaço do território, os lugares da Arrábida e da Furada faziam assim uma interface de comunicação de visibilidades, entre o sistema do estuário e da barra do rio e o sistema da aproximação aos portos de Vila Nova e do Porto. As gravuras e pinturas que se conservam do tempo do Cerco do Porto denotam essa posição de

1. A. G. Guimarães, *Gaia e Vila Nova na Idade Média: Arqueologia de uma área ribeirinha* (Porto: Universidade Portucalense, 1995) : 86.

2. M. Basto, “Notas e Comentários” – Avisos, Atalaias ou Fachos, in *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto*, prefácio e notas de Artur Magalhães Basto (Porto: Gabinete de História da Cidade: Publicações da Câmara Municipal do Porto, s.d.) : 249.

3. “Regimento d’ElRey D: Sebastião, anda impresso para os Militares”, in D. A. C. de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, parte I (Coimbra: Livraria Editora, 1946-1954) 1948 : 305.

4. Basto, “Notas...”, in *Livro Antigo de Cartas e Provisões...*, s.d. : 251.

uma dupla perspectiva sobre o espaço do território, assente num ponto de charneira ao nível do rio e dos altos sobranceiros ao estreito (fig. 1-1).

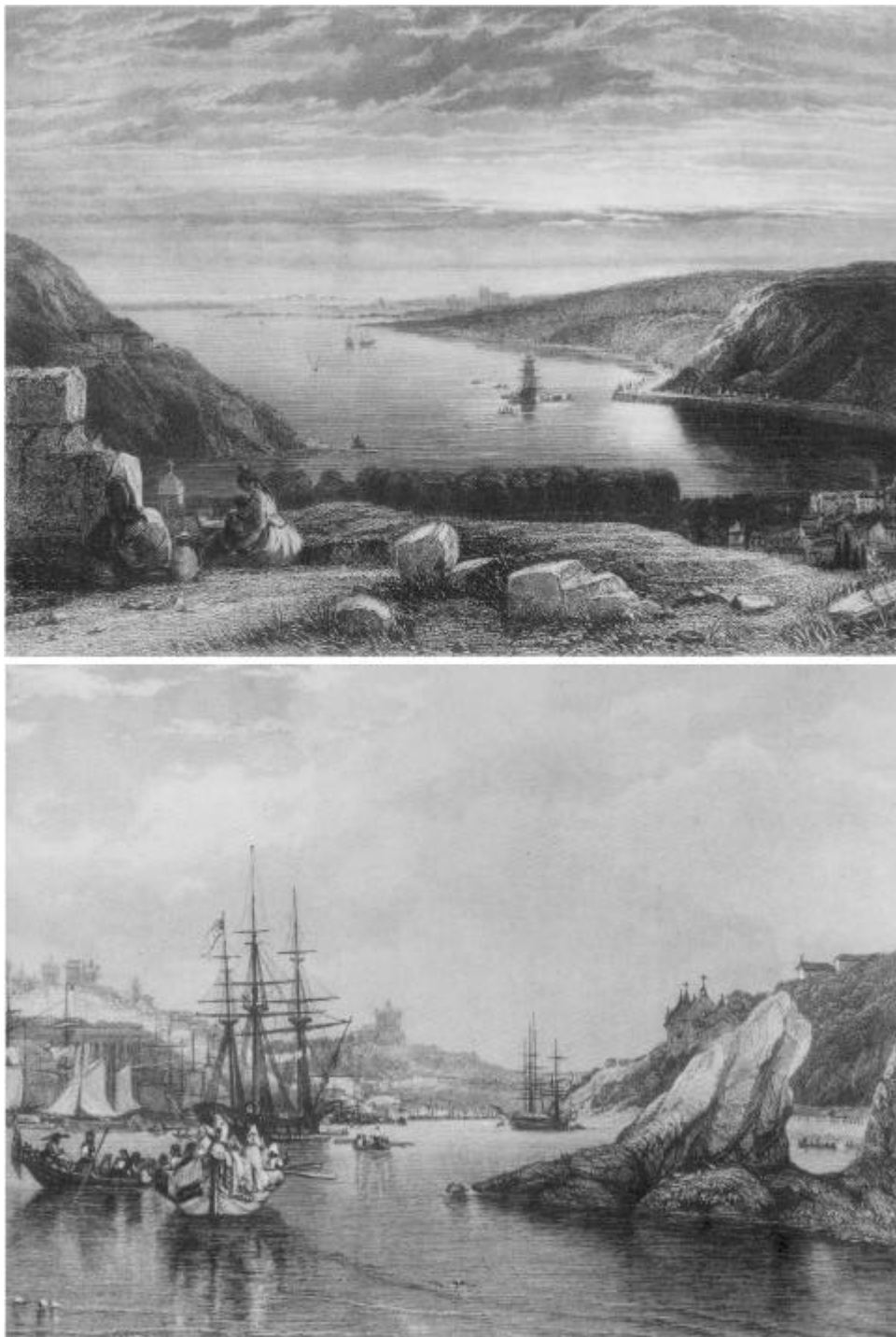


Figura 1-1. "The Bar of the Douro. Painted by J. Holland. Engraved by J. C. Armytage", (1838). "Villa Nova. Painted by J. Holland. Engraved by J.es B. Allen" (1838)

Fig. 1-1. A primeira gravura mostra a dificuldade da passagem em terra, na margem esquerda. No rio aflora um maciço rochoso, o mesmo, talvez, que se salienta na segunda gravura, em primeiro plano. Este seria o ponto do estreito das Dezoito Braças onde se erguia o *Covelo* (ver fig. 2-7). Na primeira imagem é possível reconhecer a fábrica do Monte Cavaco, situada numa plataforma a meia encosta.

1.4 O estreito do rio entre montes, um limiar e uma barreira

No sopé do monte da Arrábida, o rio fecha a sua entrada larga com a Volta do Cabedelo. Esta apropriação da denominação de um passo difícil da *Barra* faz coincidir, em espelho, o sentido de encerramento marcado pelo banco de areias da foz do rio, para designar o segundo obstáculo à navegação e à acessibilidade, criado pelo estreito. O espaço alargado do estuário surge assim delimitado como uma unidade territorial encerrada, constituindo o sítio das Dezoito Braças o segundo limiar de entrada na cidade, depois da barra. No século XIV surge a ideia de defender a passagem com uma barreira. No ano de 1359, D. Afonso IV determina que sejam erguidas, nas margens do rio, em lugar *convenhável*, duas torres «para se por por elas uma cadeia através do dito rio para não virem por aí navios que fizessem mal nas ditas vilas»⁵.

As autoridades foram “ver o lugar em que se as ditas torres melhor podiam fazer, assim de um cabo como do outro. Pareceu-lhes então que na margem direita “a fizessem no «logo que chamam Arrábida e de contra Gaia logo em direito”, onde “fossem uns penedos mui bons que aí estão”, devendo as obras de construção iniciar-se na segunda feira seguinte, ou seja aos 16 de Dezembro de 1459, à custa dos dois concelhos.»⁶ As opiniões dividiram-se quanto à viabilidade do projecto, no que se refere à capacidade de resistência da corrente. As opiniões contrárias pertenciam aos homens de Gaia que por todas as maneiras tentavam eximir-se à parte que lhes competia na obra. Alegavam os homens do Porto que «a não ser possível manter para defesa das duas terras a cadeia projectada, ainda assim as duas torres seriam de grande utilidade, pois erguidas num ponto em que o rio é estreito “se as torres aí fossem postas e trabuquetes em elas, que eles aí pretendem pôr, e besteiros, nenhum navio lhes não poderia por aí passar.”»⁷

É possível que as torres tenham sido edificadas, a tomar como certa a referência a uma *torre do Bicalho*⁸, o topónimo de *tore*⁹ e a indicação de *Covelo* numa planta de 1820 (2-7). Já projecto da corrente não teve exequibilidade prática.

1.5 Vale de Amores, o sítio do *Degredo* e o convento de Santo António

Há ainda outros modos de entender o sentido de limiar designado pela volta do Cabedelo. No século XVI, em 1535, a cidade institui a imposição de *visitas de saúde* a todas as embarcações de longo curso entradas no rio, e obtém autorização do rei para fundar, no lugar de Vale de Amores, em frente a Massarelos, uma casa de *Degredo*, para acolher os doentes e as mercadorias empestadas que vinham a bordo.

«enquanto a casa que requireis que se fizesse no lugar de Vall d’Amores a custa das remdas dos espietaes depois de cumpridos os encargos para remedio dos doentes de peste e depois que vieram os compromissos eu provevey niso e tambem escrepvo ao dito corregedor que tome enformaçom do lugar se he para yso comvenjemte e do que a dita casas custara e me escrepvera.»¹⁰

Guardavam-se assim «as portas da cidade e isolavam-se os suspeitos, no próprio lugar onde residiam ou no *degredo* de Valdamores»¹¹.

5. A. Cruz, *O Porto na génese dos Descobrimentos*, Porto, *Studium Generale*, Porto, vol. 7 (1960) : 88(128); Guimarães, *Gaia e Vila Nova...*, 1995 : 166-168.

6. Cruz, *O Porto na génese...*, 1960 : 87(128).

7. Cruz, *O Porto na génese...*, 1960 : 88(128).

8. Guimarães, *Gaia e Vila Nova...*, 1995 : 166-168.

9. *Livro da Finta* de 1521 (*Pintura do Mundo ...*, 1992, cpa e p. 48, nº 68) in Guimarães, *Gaia e Vila Nova...*, 1995 : 167.

10. *Livro 3 de Provisões cartas e Alvarás dos senhores reis deste reino*, fls. 5-6v.º, cit. in J. A. P. Ferreira, *Visitas de saúde às embarcações entradas na barra do Douro nos séculos XVI e XVII* (Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1977) : 45.

11. F. R. da Silva, *O Porto e o seu termo (1580-1640): Os Homens, as Instituições e o Poder*, 2 vol.s (Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1988), I : 321. Criado o lugar de guarda-mor da saúde, as suas funções incluíam «visitar os navios e embarcações que de fora demandavam o Porto, despachando-os ou retendo-os em quarentena.» A visita era realizada conjuntamente pelo cirurgião e médico municipal e pelo meirinho da saúde.

«Numa época em que as teorias aeristas e contagionistas da propagação da peste vigoravam, o controlo das embarcações constituía momento fundamental na defesa e os esquemas utilizados têm muitos pontos em comum com os seguidos no Mediterrâneo e em especial em Marselha.»¹²

As visitas de saúde aos navios e medidas de quarentena aplicavam-se igualmente à carga da embarcação e incluíam uma barreira do caravelão¹³. As mercadorias tinham o mesmo destino que as pessoas enfermas: deviam ser transportadas para o degredo e aí permanecer à guarda para serem tratadas, lavadas e assolhadas na praia.

Conforme os casos e o tempo, as visitas eram realizadas junto da bandeira da saúde, no peirão de Miragaia, ou a jusante, frente a Massarelos (no «Valle de Amores sítio donde se costumam visitar os navios em que há visita sobre a saúde»¹⁴). Havia aí um posto assinalado na carreira dos navios, uma baliza «que está posta para não passar navio algum sem ser visitado»¹⁵. Numa planta do início do século XVII, o sítio do Degredo surge indicado próximo da linha do rio¹⁶, encontrando-se referenciado frente a Massarelos (*clusenaer*, fig. 1-2).

Alguns anos depois da instituição do sítio do degredo, o convento de Santo António é fundado nas suas imediações, junto da margem do rio. Sendo um convento da ordem dos Capuchos, a sua implantação no local concorre para caracterizar aquele troço da margem esquerda do rio como um sítio afastado e recolhido. Os padres capuchos do convento de Santo António tomam a seu cargo a assistência ao *degredo de Valdamores*¹⁷. Por esse tempo, o topónimo antigo do lugar, conhecido como *Vale dos Amores*, é mudado para *Vale da Piedade*, mas a designação nova não se impõe desde logo.

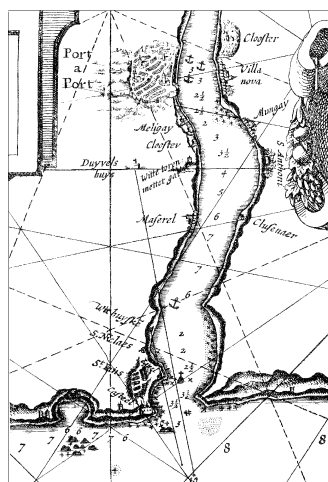


Figura 1-2. "De Zeecusten van Portugal van Viana tot Aveiro" (1619). A costa marítima de Portugal, de Viana até Aveiro, excerto

O modo como decorrem as visitas de saúde às embarcações de longo curso, entradas na barra, revela a maneira como foi sendo entendido, ao longo do tempo, o espaço do curso final do rio. Por referência ao

12. Silva, *O Porto e o seu termo...*, 1988, II : 807.

13. Silva, *O Porto e o seu termo...*, 1988, II : 809-812.

14. Documento datado de 2 de Agosto de 1691, cit. in Ferreira, *Visitas de saúde...*, 1977 : 69.

15. Documento datado de 23 de Agosto de 1692, in Ferreira, *Visitas de saúde...*, 1977 : 71.

16. Guimarães, *Gaia e Vila Nova...*, 1995 : 49.

17. Silva, *O Porto e o seu termo...*, 1988, I : 248.

espaço periurbano da cidade do Porto, de Gaia e de Vila Nova, o troço que é rematado pelo monte do Gólgota, no caminho de Massarelos para o alto da Arrábida, e pelo monte da Furada, na outra margem, detém um carácter de limiar e de extrema. Em terra, na margem esquerda, a saída do vale, em direcção ao sítio da Furada, é uma saída pelo alto. Por sua vez, no rio, do outro lado do estreito e dos montes, abre-se o estuário, que se espraia em antecâmara entre a terra e o mar. Mais tarde, as visitas de saúde vão passar a ser realizadas aí, frente ao Ouro, onde estanciam as embarcações, especialmente no caso dos barcos sobre os quais recai a suspeita de serem portadores de focos de epidemia.

Por exemplo, a Vereação da câmara do Porto, decide, em 3 de Agosto de 1487, «que uma nau vinda de Londres, onde havia peste, não passasse “da banda de sam Paaço” e que a sua tripulação ficasse incomunicável no Cabedelo, durante trinta dias.»¹⁸. Em 1676, os guardas-mor, o escrivão médico e o cirurgião visitam um navio no lugar de Sobreiras¹⁹. Conhece-se também o caso de um piloto da barra que foi preso «por trazer o navio francês que metera de dentro da barra para baixo do Lugar de Valdamores adonde costumam lançar ferro até serem visitados pela saúde» e por ter saído da embarcação sem a autorização devida dos guarda-mores, contrariando os procedimentos estabelecidos²⁰.

No caso de serem detectados focos de doença, as embarcações recolhem então às águas do alveolo da Afurada, onde há lugares de fundear à margem dos canais de navegação. Durante o período de quarentena são assistidas e abastecidas a partir do Areinho, sendo as roupas “contaminadas” queimadas no Cabedelo.

«e por constar que os quatro homens portugueses que tinham vindo de Argel estavam já em de/gredo, traziam aí no dito navio alguma roupa mandaram eles ditos guardas mores que logo fosse tirada do dito navio e levada ao Cabedelo aonde fosse queimada»²¹.

1.6 O estuário, uma antecâmara de resguardo e um alvéolo de pescarias

No foral de Gaia de 1255, os lugares de Furada e do Areinho surgem nomeados como sítios de pescaria. Contudo, ainda nos séculos seguintes, continua a ser notada a falta de um topónimo para um possível assento de povoamento na orla fluvial. Inclusivamente, a referenciação do lugar podia ser feita por meio de coordenadas da margem direita do rio, facto que denota a estreita dependência de actividades das populações que porventura se tinham estabelecido na margem oposta, das comunidades de pescadores e mareantes que habitavam no Ouro e em São João da Foz.

Até ao limiar do século XIX, as referências a um assento na margem fluvial são esparsas, contudo pode depreender-se que já existe um pequeno núcleo habitado em permanência. Na segunda metade do século XVI, há notícia de obras na capela da brévia, que o mosteiro de Santo Agostinho da Serra do Pilar possui na beira-rio. Juntamente com o registo da encomenda de uma imagem, em 1568,²² estes dados poderiam indiciar que a pequena edificação se abria ao culto das populações das imediações e das gentes que passavam o rio nesse local. Já na primeira metade do século XVII está documentada a reconstrução de uma fonte, na Afurada, «depois da cheia devastadora que se dá no ano de 1635»²³. Os mapas elaborados no tempo do Cerco do Porto,

18. Ferreira, *Visitas de saúde...*, (1988) : 13.

19. Ferreira, *Visitas de saúde...*, (1988) : 59.

20. Ferreira, *Visitas de saúde...*, (1988) : 55.

21. Documento datado de 25 de Junho de 1677, in Ferreira, *Visitas de saúde...*, (1988) : 62.

22. Eugénio e Andrea da Cunha e Freitas, *O Mosteiro da Serra do Pilar no século XVI* (Porto: [Oficinas Gráficas de Manufaturas Modesta], 1964).

23. Silva, *O Porto e o seu termo...*, 1988, II : 948.

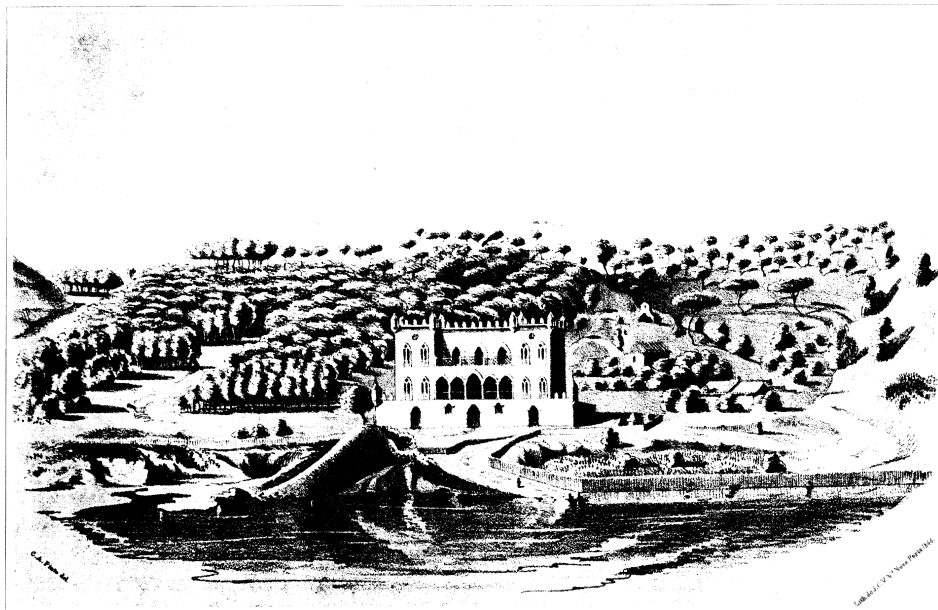


Figura 1-3. Cesário Augusto Pinto, "Brévia dos Cónegos do Convento da Serra do Pilar" (1848)

confirmam o pequeno assento, ao fundo da ribeira de Santarém, inserido na mancha agrícola do vale que se desenvolve para o interior.

O topónimo de Santarém é intrigante, na medida em que evoca uma possibilidade de ligação à vila de Santarém, difícil de aclarar. Já foi lembrada a semelhança dos assentamentos urbanos. «A correlação entre as povoações de Gaia e Vila Nova poderá ter alguma semelhança com a da alcáçova de Santarém com o seu arrabalde da Ribeira²⁴, salvaguardadas as diferenças de tamanho e importância das povoações. Essa relativa semelhança estende-se a outros aspectos locais, nomeadamente a existência em ambos os casos de um mosteiro de S. Domingos das Donas, de ermidas de Santo Antão, de São Roque, de São Lourenço, a invocação de Santa Catarina, etc., etc.»²⁵ Há ainda um lugar com o nome de Santa Iria (Santarém) «no extremo poente da freguesia de Santa Marinha, nos limites com a freguesia de Canidelo e a recente freguesia da Afurada.»²⁶ Finalmente, poderia ser lembrado que o mosteiro de Corpus Christi, em Vila Nova, foi povoado, na sua fundação, por freiras de Santarém²⁷.

A Furada de Baixo surge como um lugar de convergência de um conjunto de actividades de pescaria e agro-marítimas, desenvolvidas pelas populações ribeirinhas das duas margens do Douro. Até meados do século XIX, os habitantes locais que se dedicavam à pesca seriam talvez uma minoria pobre e assalariada, que desempenharia tarefas locais subalternas, na dependência dos pescadores de outras zonas que aqui vinham exercer a sua actividade. Do outro lado do rio, a população da Foz vivia da pesca que servia o abastecimento da cidade do Porto e da vila de Gaia. Mareantes e pescadores pescavam no mar até às costas da Galiza, mas também no estuário do Douro, onde se lhes juntavam pescadores de outras povoações piscatórias como Matosinhos, Vila do Conde e Esposende, que aqui vinham explorar as pesqueiras do Areinho, «numa zona de águas calmas e profundas a que se chamava “lago”, riquíssimo em peixe»²⁸.

24. Marques et al., *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas* (Séc. XII-XIV), 1990 : 65, in Guimarães, *Gaia e Vila Nova...*, 1995 : 86.

25. Guimarães, *Gaia e Vila Nova...*, 1995 : 86.

26. Guimarães, *Gaia e Vila Nova...*, 1995 : 109.

27. Enciclopédia Portuguesa Brasileira, s.v "Vila Nova de Gaia".

«Os barcos ficariam fundeados no porto natural da Afurada, entre a Pedra de Boi e Vilar.»²⁹

«Os barcos fundeavam entre a Pedra do Boi e Vilar e caçavam eirós, solhas, toninhas e golfinhos (que entravam na barra), lampreias e sável. Fora da barra iam em caravelas até à Galiza, arribando, de quando em vez, à Afurada para salgar o peixe»³⁰.

Além disso havia a prática da pesca à varga, que é citada como actividade específica da zona do Areinho e da Furada, desde o primeiro foral de Gaia, de 1255.

«Item mando que os pescadores da minha vila de Gaia pesquem nas minhas abargas da Afurada e do Areinho [in meis varguis de Furad et de Arino] e de quanto pescarem na minha abarga da Afurada dêem o mordomo a quinta parte e de quanto pescarem na minha abarga do Areinho dêem ao mordomo a sexta parte.»³¹

A pesca à varga era uma pesca de arrasto que se destinava à apanha de uma espécie de caranguejo pequeno (*pilado* ou *mexoalho*), cujo habitat natural eram os bancos arenosos do mar e do rio e certos fundos lodosos de estuários³². O mexoalho servia de fertilizante para a adubação das terras. A faina estava assim relacionada «com a lavoura mas tinha lugar no mar», «onde coexistiam aspectos agrícolas e piscatórios»³³. Em praticamente toda a área portuguesa, a pesca do pilado fazia-se com redes varredouras e envoltentes de cercar e de arrastar para bordo de embarcações (ou, muito excepcionalmente, na ria de Aveiro, para terra). Este tipo de pesca implica, além da sua rede específica e de uma tripulação organizada em companhia (de modo a fazer face aos vários trabalhos que são necessários simultaneamente – remagem e lançamento da rede).³⁴ Os dados que podem ser reunidos para a Afurada apontam para uma prática da pesca do mexoalho em campanha, em que o cerco era realizado com a ajuda de um barco, sendo feito o arrasto para terra, no Areinho (fig.s 1-4 e 1-5).

«Na costa do Entre Douro e Minho, a pesca do pilado era realizada sobretudo por lavradores que detinham, relativamente aos pescadores, oriundos dos aglomerados piscatórios, melhores barcos e aparelhos. Quando as actividades eram desenvolvidas por pescadores, as companhias faziam-se «com um barco pequeno por processos mais simples e menos rendosos, que os lavradores. Ao sul do rio Douro, diferentemente, a pesca do caranguejo – que, além de *pilado*, passa a designar-se também por *mexoalho* ou *escasso* – era exercida essencialmente por pescadores, para venda integral aos lavradores; e os barcos e aparelhos pertenciam geralmente a um dos camaradas, que em regra era então o arrais da companhia.»³⁵ «Nesta região, predominava a pesca do pilado com um só barco, sendo o elemento imóvel uma bóia (ou a própria terra)»³⁶.

«Além disso, na Afurada, a actividade da pesca do mexoalho era exercida sobretudo por pescadores, e não por lavradores, como era usual nas terras marítimas de Entre-Douro e Minho. Nos locais onde eram os pescadores (e cabaneiros) quem pescava o pilado, e de uma maneira geral nos casos em que ele se destinava à venda aos lavradores, estes iam buscá-lo com os seus carros aos pontos de desembarque.

Nestes casos, o pilado era levado nos cestos até um certo ponto do areal, onde o despejavam, formando montes – ...que em seguida eram, arrematados na lota ou vendidos imediatamente aos lavradores; muitas vezes estes encomendavam mesmo o pilado previamente aos lavradores, e ele era então levado e despejado directamente para os seus carros.»³⁷

28. Silva, *O Porto e o seu termo...*, 1988, I : 187-188.

29. Albeto Sampaio, cit. in G. Gonçalves [et al], *O Foral de Gaia de 1255*, 1983 : 79.

30. H. Pacheco, cit in *Vila Nova de Gaia A outra margem...*, Anégia Editores, 21999 : 88.

31. G. Guimarães, J. A. Afonso, R. S. Prata, *O Foral de Gaia de 1255* (Documentos sobre Vila Nova de Gaia, 1; Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia, 1983) : 20-21.

32. E. V. de Oliveira, F. Galhano e B. Pereira, *Actividades agro-marítimas em Portugal* (Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia, 1975) : 149-150.

33. Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 121.

34. Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 123-124.

35. Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 125-126.

36. Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 139.

37. Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 141.

«A área de distribuição do pilado pescado pelos pescadores da Afurada incluía uma parte do interior do concelho de Gaia e as zonas marginadas pelo rio Douro, a montante. Os pescado era vendido na bateira, entre outros, aos lavradores de Avintes e Valbom, que o vinham buscar em barcos, ou era adquirido em parte para uma fábrica de guano, existente no local, que o transformava em adubo.»³⁸ «Na Afurada, nos últimos tempos em que se praticou a pesca do pilado, que se extinguiu por volta da década de quarenta do século XX, haveria cerca de cem bateiras, com cinco homens cada»³⁹. «Conforme a dimensão da malha da rede, a pesca a varga também se praticava para a apanha do sável, que vem desde logo citada no primeiro foral de Gaia, e mesmo da lampreia e de outras espécies»⁴⁰. A apanha local do mexeolho era complementar de outras actividades de pesca no mar e no rio, que se desenvolviam, em diferentes horários do dia e da noite e, por vezes sazonalmente, ao longo do ano, como no caso da pesca do sável e da lampreia.

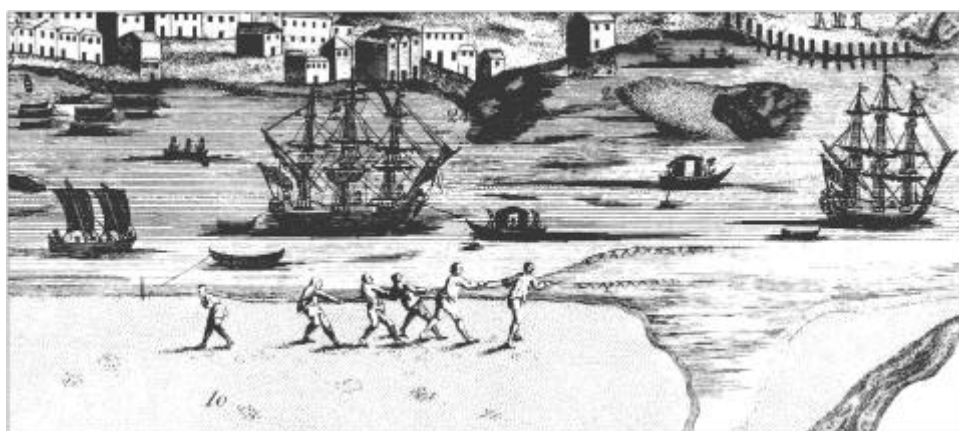


Figura 1-4. "Planta Geográfica da Barra da Ci.^{de} do Porto, T.S. Maldonado delin. / Porto / Godinho sculp." (1789), excerto

Fig.s 1-4 e 1-5 O desenho de Sousa Maldonado representa uma das companhias de pesca feita apenas com um barco, recorrendo ao uso da força de braços em terra. Esta técnica parece semelhante a um modo de apanha do caranguejo, na ria de Aveiro, praticado com uma só ou com duas bateiras, e com redes pelo processo de mugiganga. «Por cada margem caminhava, a pé, por vezes metido na água até à cintura, um membro da companhia, puxando o seu cabo e fazendo arrastar a rede pelo fundo, enquanto, atrás deles, seguia a bateira, com o terceiro companheiro a remar; findo o percurso julgado conveniente, a bateira passava o companheiro de uma das margens para junto do outro, na outra margem, e ambos a par, alavam a rede para terra nessa margem. Num outro processo semelhante, próprio para os canais de pequena profundidade, e usando-se também apenas uma bateira, as *pontas das calas*, amarravam-se aos dois bicos da bateira, e esta, empurrada à mão, de flanco, pelos homens, ao longo desses canais, com água pela cintura, arrastava a rede atrás de si.»⁴¹

Um dos dados mais significativos para a formação do povoamento na Afurada é a articulação entre a pesca e as actividades agro-marítimas que aí se praticam. Por um longo tempo, que pode ser acompanhado até ao século XX, o local habitado permanece misto, conjugando actividades de pesca e de agricultura. Compreende-se

38. Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 144.

39. Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 151. A bateira era um tipo de barco de fundo chato e proa levantada, empregado no litoral do Centro do país, que tem na Afurada o limite setentrional da zona de expansão, Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 1975 : 179 .

40. P. J. T. dos Santos, "Métodos de pesca no rio Douro (trecho inferior)", in *Observatório* N.º 1 (actas do 1.º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro; Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia, Casa Municipal de Cultura/ Solar dos Condes de Resende, Dezembro de 1990) : 403.

41. Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 176.

assim a relação do sítio da Furada de Baixo na dependência das manchas agrícolas da parte alta do concelho de Gaia e, em particular, a ligação com os lugares de São Paio e de Santo André de Canidelo. A exploração de recursos do mar e do rio concorre para explicar domínios e direitos que detinham a coroa, senhorios poderosos, clérigos e mosteiros, na margem sul, porventura associados à posse de propriedades agrícolas na região⁴².

Além disso, a formação de um assento povoado junto do rio justifica-se também pelo serviço de atravessamento do rio que era prestado pelos pescadores com os seus caíques, tal como ilustra a gravura de Sousa Maldonado, na figura de uma embarcação com toldo, que navega em direcção à Foz. Esta passagem dava seguimento a uma via terrestre regional que seguia paralela à linha costeira, a ponte das estradas que confluíam para o atravessamento do rio Douro, no Porto e Vila Nova (de Gaia). Do lado de Gaia, numa encruzilhada denominada *Quatro Caminhos*⁴³, derivava então o passo que permitia descer à Furada de Baixo, à lingueta de São Paio e ao Areinho para passar à outra margem. Os lugares de São João da Foz, sítio de pescadores e de marinheiros, e do Ouro, onde se situavam o Arsenal e estaleiros navais, polarizavam essa confluência de percursos da orla marítima, determinando a importância de um ponto de atravessamento do rio, junto da brévia de São Paio.

42. Por exemplo, a D. Inês de Castro pertenceu uma quinta em Santo André de Canidelo, onde habitou por uns tempos com D. Pedro, por volta de 1352 (actualmente ainda subsiste na freguesia de Canidelo um lugar *do Paço*). In D. de Macedo, *Gáia a de Renome: Monografia Evocativa* (impressão facsimilada da ed. de Lisboa, 1938, Porto: Associação Cultural dos Amigos de Gaia, 1989) : 14. Conhece-se também o caso de um mordomo do bispo que detinha interesses nesta zona, no século XVI, ref. in G. Gonçalves [et al], *O Foral de Gaia de 1255*, 1983 : 80.

43. J de Araújo, *História da Afurada*, São Pedro da Afurada: Junta de Freguesia, 1992 : 74. O lugar dos Quatro Caminhos situa-se nas proximidades da Central de Telefones e do campo de futebol de Canidelo.

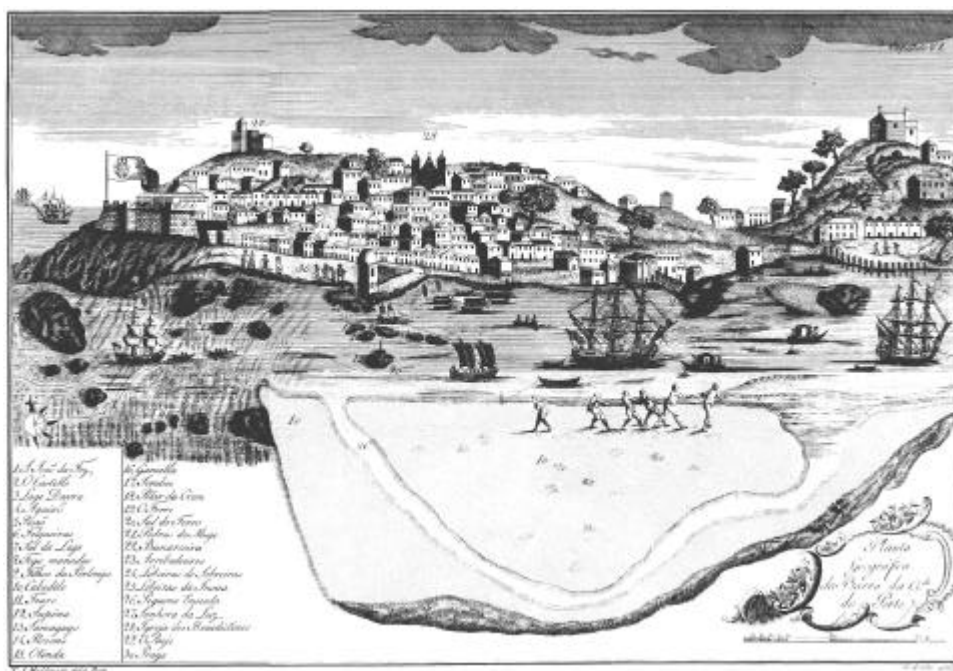


Figura 1-5. "Planta Geográfica da Barra da Ci.^{de} do Porto, T.S. Maldonado delin. / Porto / Godinho sculp." (1789)

2 O espaço do território nos séculos XVIII (final) e XIX

2.1 A industrialização

No Porto e no seu termo, o surto de desenvolvimento económico, industrial e comercial pombalino encontra-se associado, em parte, à fundação de indústrias manufactureiras de cerâmica e ao incremento do comércio do *vinho fino* do Douro. Este desenvolvimento suscita uma série de obras públicas e intervenções de melhoramento da rede de transportes terrestres e das condições de navegação fluviais e marítimas que têm incidência na transformação do espaço do território, nas duas margens do rio. A partir do último quartel do século XVIII, começa a estabelecer-se um conjunto de armazéns e de unidades fabris texteis e de cerâmica, em Vale da Piedade, entre as quais têm especial importância, para a zona em estudo, as fábricas de cerâmica do *Cavaco*, do *Cavaquinho* e do *Monte Cavaco*, que se implanta à face do *caminho da Afurada*, depois de este deixar a margem fluvial, na subida ao alto do monte.

Uma primeira observação vai para a localização dos armazéns e empresas fabris que se estabelecem na margem do rio, de modo a beneficiar duplamente das condições de acessibilidade por via fluvial e marítima, e de uma implantação voltada a norte que é considerada, desde a Antiguidade, favorável ao armazenamento de mercadorias e especialmente de certos mantimentos e bens alimentares, como o vinho. No caso das indústrias de cerâmica, acresce à sua implantação junto do rio o interesse da proximidade dos bancos de matéria prima (barreiras de argila vermelha e depósitos de caulino) que se localizam no interior do concelho de Gaia⁴⁴. A mão de obra de que estas indústrias manufactureiras precisavam podia ser recrutada nos meios rurais do interior agrícola do concelho e no sítio de Gaia (a Velha), não havendo lugar à formação de núcleos específicos de habitação operária nas imediações das novas fábricas. Já depois de se ter desenvolvido como centro piscatório, a povoação da Afurada irá libertar igualmente mão de obra para as fábricas de cerâmica e armazéns das redondezas.

As primeiras unidades industriais que se fixam no troço do rio, frente a Massarelos, são dedicadas à produção de louça. Além de uma fábrica, designada como «primeira fábrica em Massarelos Porto»⁴⁵, são fundadas várias outras unidades fabris, na margem esquerda, frente a Massarelos⁴⁶. Na quinta de *Vale de Amores*, existe uma fábrica que produz faianças (1778). Mais tarde, aproveitando o edifício e as oficinas, é fundada aí a fábrica do *Cavaquinho*, que se destina à produção de louça de pó de pedra (1789). Um dos sócios é o mesmo que detinha a anterior unidade fabril.

«Começando pelo artigo – Louças, ha a mencionar a Fabrica de João d’Araujo Lima, sita em Valle de Piedade, a qual tem o primeiro logar entre todas as outras deste genero pela vastidão do seu estabelecimento, montado em grande escala, e aonde se empregão para cima de cem pessoas diariamente. Fabrica de louça de faiança, e de pó de pedra; vazos, figuras, e azulejos: além destes artigos fabrica tambem as obras do Grés Ceramico – desta nova tão útil, como recommendavel industria, que tem applicação a um variadissimo numero de objectos, e uzos da vida, e que em certos empregos merece a preferencia a outras materias.»⁴⁷

44. Esses bancos resultavam de transformações dos depósitos das praias levantadas. «A área de distribuição desta ocorrência de depósitos sobre maciços graníticos distribui-se pela cota dos 120-130 m, ainda nos limites da freguesia de Santa Marinha com as freguesias da Madalena, Vilar do Paraíso e Mafamude, e outra formação à cota dos 100-110 m, já dentro da freguesia de Vilar do Paraíso.», cfr. Guimarães, 1986 a, cit. in A. G. Guimarães, *Gaia e Vila Nova...*, 1995 : 32-33.

45. A expressão prova que outra fábrica ou outras poderia haver, em Massarelos ou do lado de Gaia (já neste tempo havia outra mais notável no Porto: a *Fabrica Nacional* ou *Fabrica Real* – Porto). Queirós “Cerâmica”, in *Mea Villa de Gaya (Guia Illustrado do Concelho de Gaia)*, por António Arroyo, José Queirós, Manuel Monteiro e Joaquim Leitão (fac-símile da 1.ª edição de 1909; Associação Cultural dos Amigos de Gaia, 2019) : 42, 43.

46. Queirós “Cerâmica”, in *Mea Villa...*, 2019 : 43 e seg.s. «A actividade dos ceramistas de Gaya liga-se intimamente com o movimento dos estabelecimentos congêneres da sua vizinha cidade do Porto. Com raras excepções, uns e outros compartilharam os mesmos progressos, triumpharam conjunctamente, os seus artífices trabalharam simultaneamente, num e noutro lado do Douro, uma só firma, um só proprietário, um só gerente ou mestre exerceram a sua directa influencia nos dois lados do rio e, até, nos periodos mais criticos e desalentados, se resentiram as suas produções».

47. M. R. dos Santos, “Aditamento”, in J. A. M. D’Azevedo, *Descripção topographica de Villa Nova de Gaya e da festividade ...*, acrescentada por Manuel Rodrigues dos Santos [na 1.ª ed. 1861 e 2.ª] (fac-símile da 2.ª edição, de 1881; Porto: Associação Cultural dos Amigos de Gaia, 1995) : 189.

No ultimo quartel do século XVIII, é fundada a fábrica de Santo António de Vale de Piedade.

«Em meados do século XIX anunciava-se, para breve, o surgimento de «um grande vulto fabril no estabelecimento, que se está montando para fazer Sabão – he propriedade do Visconde de Castro Silva, e situado na sua casa, e quinta de Valle Piedade. Vai ser mestre desta Fabrica o subdito francez Celestino Bel, que já tem sido d’outras da Cidade do Porto. Estabelecimentos desta ordem dão grande nome e muita consideração á terra, que os possue.»⁴⁸

Em 1787 tem início a produção de cerâmica na fábrica do Cavaco. Em 1834, esta unidade trabalha em louça de pedra, mas com o tempo a produção irá actualizar-se, passando à feitura de faiança. O estabelecimento aproveita a proximidade do cais de vale de Piedade, que adopta a designação da fábrica, passando a ser conhecido por *cais do Cavaco*.

«Ergue-se a Fabrica, que foi de João Nogueira, sita no Cavaco, na qual houve antigamente o exclusivo da louça de pó de pedra que nenhuma outra podia fazer; e hoje fábrica a mesma, e tambem de faiança. Tem capacidade, e todas as proporçoens para um estabelecimento grande neste genero. Esta Fabrica e todo o predio adjacente he agora propriedade de Joaquim Nunes da Cunha, natural desta Villa, e Fabricante do mesmo genero.»⁴⁹

«Ha no sitio do Cavaco no caes de Valle de Piedade uma Fabrica, estabelecida por uma Companhia Franceza que faz Vidro para vidraça, e para differentes objectos. Este estabelecimento veio operar uma regeneração completa nesta industria; porque fez baixar consideravelmente os preços do genero – vidro; o que nunca até ali fôra possivel conseguir-se.»⁵⁰

Estas unidades fabris passam pela mão de diversos proprietários, como acontece no caso da fábrica do Cavaco. O seu terceiro proprietário transfere para esta unidade a antiga fábrica de Fervença (1820-1857), que lhe tinha sido expropriada.

Este cais constituia um último lugar de aportar, antes da volta do Cabedelo. A escada e embarcadouro serviam as empresas manufactureiras sediadas no vale de Piedade e os armazéns mais tarde aí implantados, como a Companhia Arrozeira Mercantil (fig. 3-1 e 3-2). Depois das cheias de 1909 que arruinaram a marginal e o cais do Cavaco, e dado que a sua reconstrução foi paga pelo industrial Mathieu Lugan, que detinha uns armazéns na área, o cais passou a ser denominado segundo o apelido do empresário⁵¹.

Por volta de 1944, «no tempo de Luciano Valente, que era patrão, vinham barcos cheios de barro que encostavam ao cais e bandos de mulheres, com cestos acarretavam o barro, desde o cais *Lugan*, subindo umas escadas a direito, através dos terrenos da fábrica»⁵².

A fábrica do Cavaco tinha também uma pequena capela. Embora, num dado momento, as fábricas do Cavaco e do Monte Cavaco (fig.s 2-1 e 2-2) pertencessem a um mesmo proprietário, há que fazer a distinção entre as duas unidades fabris, que tiveram fundação e percursos distintos.

A fábrica antiga do monte da Furada deve a sua fundação a um padre Gualter da Piedade Queiroz e «fabricou sempre louça de faiança»⁵³. Entre 1861 a 1883, a unidade fabril pertence a Ângelo da Silva Macedo⁵⁴. Já no século XX, a fábrica passa da sociedade António Macedo & C.^a à propriedade do Banco Borges & Irmão, em 1918, na sequência de um incêndio que destrui as instalações. Será esta instituição bancária a entregar na Câmara o projecto de licenciamento para reconstrução e ampliação do estabelecimento fabril (fig. 2-1). A memória descritiva, anexa ao projecto de reconstrução, sublinha os propósitos de solidez e higiene contemplados na obra, esclarecendo que a reconstrução prevê uma ampliação do edifício, a poente, constituída por dois amplos salões, um dos quais, no piso inferior será destinado à instalação de tanques de secagem de barros. Como não há «moradia do pessoal, não existem quartos nem aposentos particulares, a não ser os indispensáveis à laboração da mesma Fábrica»⁵⁵. Instado incluir no projecto a realização de instalações sanitárias adequadas, o requerente responde, informando que as mesmas já existem e são consideradas suficientes, pois «podem comportar tres pessoas de cada vez e tem a sua fossa fixa estanque e ventilação necessária»⁵⁶.

48. Santos, “Aditamento”, in D’Azevedo, *Descrição topographica...*, 1995 : 190-191.

49. Santos, “Aditamento”, in D’Azevedo, *Descrição topographica...*, 1995 : 184-185.

50. Santos, “Aditamento”, in D’Azevedo, *Descrição topographica...*, 1995 : 189.

51. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 18.

52. Santos, “Aditamento”, in D’Azevedo, *Descrição topographica...*, 1995 : 72,73.

53. Santos, “Aditamento”, in D’Azevedo, *Descrição topographica...*, 1995 : 184-185.

54. Queirós “Cerâmica”, in *Mea Villa...*, 2^a 1987 : 44.

55. CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de Licenciamento de Obras, “Projecto de Reconstrução da Fábrica de Louça de António Macedo & C.^{am}” - Memória descritiva, requerimento de Banco Borges & Irmão, datado de 31 de Outubro de 1918.

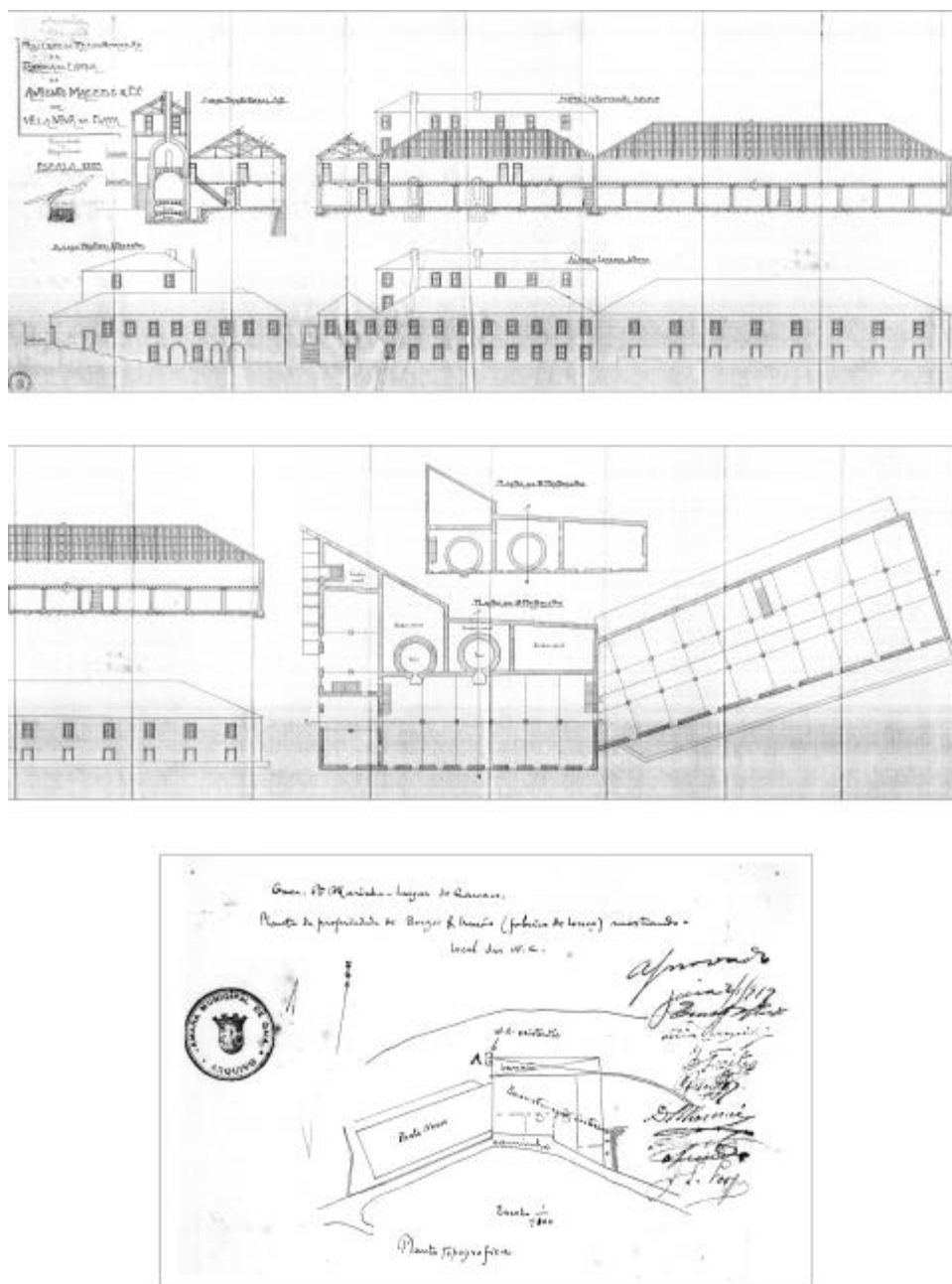


Figura 2-1. Fábrica de Louça de António Macedo & C.ª, projecto de reconstrução, 1918

No sítio da Afurada, há a notícia de uma fábrica de cerâmica, cuja data de fundação não é conhecida. Sabe-se que «aí pelo princípio do século passado [no século XIX], trabalhava um tal Jeronimo, escultor barrista,

56. CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de Licenciamento de Obras, "Projecto de Reconstrução da Fábrica de Louça de António Macedo & C.ª", Memória descritiva, aditamento datado 11 de Dezembro de 1918.



Figura 2-2. A fábrica do Monte Cavaco. Fotografia Beleza: "Local de construção da Ponte da Arrábida visto do Palácio de Cristal"; "Ponte da Arrábida em construção", excertos

que, juntamente com a louça de fainaça, cozia figuras de *costume*, sem esmalte (biscoito).»⁵⁷ A morte do artista teria motivado o encerramento da fabrica havia já muitos anos, quando a notícia é redigida.⁵⁸ Já no século XX, é apresentado um pedido de licenciamento do projecto de uma fábrica de cerâmica, para o lugar de São Paio, junto do rio, requerido por um morador da freguesia de Canidelo (fig. 2-3)⁵⁹.

2.2 Integração do vale da Piedade no espaço periurbano de Gaia

O desenvolvimento urbano de Vila Nova de Gaia é acompanhado de uma densificação da ocupação ribeirinha, no espaço compreendido entre Vila Nova e o sítio antigo do castelo de Gaia. Por sua vez, a fundação de manufacturas e armazéns, que se alinham na frente fluvial do vale da Piedade, concorre para a alteração das características do espaço da marginal do rio, até ao limiar do estreito da volta do Cabedelo. Embora ligada à navegação de longo curso, por via da relação com Massarelos e das visitas de saúde, a margem esquerda era, até então, um espaço essencialmente agrícola, com quintas de recreio e lugares de recolhimento e de isolamento, como o convento de Santo António e o lugar do degredo.

57. Queirós "Cerâmica", in *Mea Villa...*,²1987 : 44.

58. Queirós "Cerâmica", in *Mea Villa...*,²1987 : 44.

59. CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de licenciamento de obras, requerimento de Manuel Marques Gomes, datado de 29 de Abril de 1914.

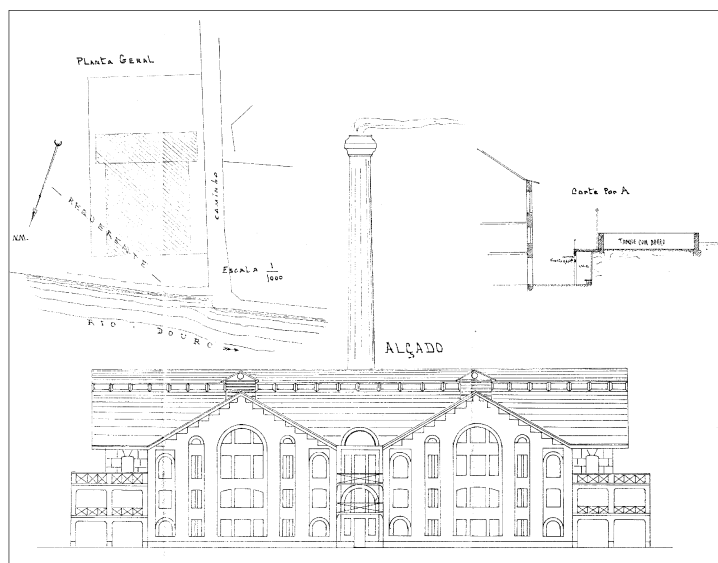


Figura 2-3. "Fábrica de Cerâmica da Afurada", São Paio, projecto de 1914

Esta situação altera-se com a industrialização e com a extinção das ordens religiosas. O convento de Santo António passa para o domínio privado. Numa situação que se observa um pouco por toda a parte, no Porto e em Gaia, proprietários e industriais compram quintas e outros edifícios, com funções religiosas e de assistência, como, por exemplo, o eremitério do Senhor do Além, no sopé da Serra do Pilar, para os adaptarem a unidades fabris. É assim que, no vale de Piedade, surgem novas funções industriais, que se sobrepõem a um quadro essencialmente agrícola e de recreio, característico do espaço rural que até então era, promovendo a integração deste espaço do território no domínio periurbano do concelho. A percepção das transformações e do alargamento do espaço urbano, que se segue aos acontecimentos do Cerco do Porto e à criação do concelho de Gaia, com a desanexação de Vila Nova do termo do Porto e o englobamento de Gaia, em 1834, e a incidência da sua extensão, na marginal, foi registada pelos contemporâneos:

«Limitada ao Norte pelo soberbo Douro e ao nascente, sul e poente pelos amenos montes de Quebrantões, Choupello e Gaya, ella se dilata por um pequeno valle, que sendo ha um seculo sufficiente para abrangel-a, foi depois obrigado em razão dos seus progressos a permitir que ella ultrapassasse aquellas barreiras naturaes, e se estendesse ao nascente até o Mosteiro da Serra, ao poente até o sitio do Cavaco, e ao sul até o Senhor do Padrão, distante da praia quase meia legoa.»⁶⁰

Os sinais visíveis desta integração, que aliás tinha começado na primeira metade do século XVII, são selados por um conjunto de obras públicas que incluem melhoramentos no abastecimento de água, por meio de fontenários, e de acessibilidades, com a regularização dos caminhos e cais. O abastecimento de água insere-se no âmbito de uma intervenção pública de melhoramentos locais, entendida como providencial e esclarecida, associada ao desenvolvimento industrial, ao progresso e às preocupações de higiene e salubridade pública, características da sociedade iluminista e oitocentista.

«Álém das Fontes publicas, que são muitas e que muitas mais poderião ser, attenta a abundancia d'agoas, que possui, póde affirmar-se, que cada armazem tem uma Fonte, e alguns duas e tres; sem fallar nas quintas, jardins,

60. Santos, "Aditamento", in D'Azevedo, *Descrição topographica...*, 1995 : 28-31.

e casas particulares, muitas das quaes gozão este grande beneficio, tão util, e necessario para todos os uzos da vida, assim como indispensavel aos variados mesteres da Industria, e á conservação e saude do povo»⁶¹.

Em meados do século XIX, a relação das fontes distribuídas pelo concelho de Gaia inclui, na marginal do lado poente, a fonte de Santo António e a fonte da Madalena. Em último lugar havia *nesta linha* – a expressão denota o modo de leitura do espaço como uma composição equilibrada ao centro, na baixa de Vila Nova, e polarizada em dois extremos –, a Fonte de vale de Amores, «colocada no sitio do Cavaco por baixo do Caes, de sorte que na posição é igual a ultima com a primeira na margem do rio. Subindo daqui pelo monte da Furada para o Sul, encontra-se na Furada de Cima a Fonte de Santarem com rio para lavar ao Poente do Candal.»⁶²

A comparação “última com primeira” remete para a fonte citada em primeiro lugar, do lado nascente, a fonte do Coelho, que estava «collocada proxima ao rio, por baixo da nova estrada, que segue para o Nascente desta vila a Quebrantões pela margem do rio», antecedendo as duas fontes «antigas e copiosas» do Senhor do Além⁶³.

O processo de regularização das margens, com a construção de cais e a pavimentação dos caminhos, é simétrico nas duas margens do rio. A margem direita avança primeiro. A construção do caminho que vai do convento de Monchique em direcção a Massarelos é adjudicada em 1624. Na mesma altura, é arrematada «a tarefa de roçar os penedos junto da Capela de Santo António a fim de aí fazer um rossio «limpo e chão» onde pudesse ir um coche»⁶⁴. Já antes, em 1616, tinha sido entregue de empreitada o trabalho de quebrar «as pedras na Arrábida junto do Douro». Na primeira metade do século XVII prepara-se a abertura a pólvora do lado da Arrábida. Contudo, não se trata ainda de preparar a abertura de uma passagem ampla em direcção à Foz, pois, no início do século XIX, essa não passava do projecto, assinalado na cartas levantadas no tempo do Cerco do Porto. Na margem esquerda é adjudicada a calçada que liga a ponte de Vila Nova ao convento de *Corpus Christi* e, no outro extremo do espaço da vila, o caminho junto à Capela do Senhor de Além (1626); segue-se em 1629 a calçada para o mosteiro da Serra (1629)⁶⁵. Estes melhoramentos da marginal conjugam-se com intervenções no abastecimento de água. Em 1626, por exemplo, sabe-se que andava a ser ampliada a fonte junto do convento de Santo António⁶⁶. Já foi mencionada a fonte da Afurada, que é reconstruída depois de uma cheia, em 1635.

Em meados do século XIX, o espaço urbano do concelho de Gaia compreende, na margem ribeirinha, a extensão que vai do Senhor de Além até ao limite da fábrica do Cavaco. Saindo fora do centro urbano, correspondente à Baixa comercial de Vila Nova, densamente habitada e ocupada com armazéns, o percurso toma o sentido de um passeio público e de um espaço de lazer, que passa frente às novas unidades industriais, edificação visível do progresso.

«As suas Praças e Ruas, attenta a escacez do terreno, nem são amplas, nem extensas: basta porém para suprir por todas a chamada Rua Direita, que corre de Norte para o Sul, e o bellissimo Caes, que borda o rio Douro do Nascente

61. D’Azevedo, *Descripção topographica...*, 1995 : 78-79.

62. Santos, “Aditamento”, in D’Azevedo, *Descripção topographica...*, 1995 : 78-79.

63. Santos, “Aditamento”, in D’Azevedo, *Descripção topographica...*, 1995 : 79.

64. Silva, *O Porto e o seu termo...*, 1988, II : 945.

65. Silva, *O Porto e o seu termo...*, 1988, II : 944.

66. Silva, *O Porto e o seu termo...*, 1988, II : 948.

para o Poente —...este porque dilatando-se desde os Guindaes até á Fabrica do Cavaco que he um terço de legoa, offerece aos habitantes um passeio dos mais deliciosos, que possão imaginar-se, já pela belleza, e igualdade do caminho, já pela frescura das perenes fontes, que o bordão, já finalmente pela vista variada, e encantadora que della se gosa.»⁶⁷



Figura 2-4. Fotografia de Domingos Alvão, excerto

2.3 O Lazareto na Afurada

Com o desenvolvimento industrial, o vale da Piedade surge como uma área entremeada de quintas e de fábricas. Porém, a mudança não é acompanhada de uma significativa urbanização de terrenos destinada a habitação corrente. Os locais habitados estendem-se pelas manchas agrícolas da parte alta do concelho, onde se verificam intervenções de regularização de caminhos e estradas, em resultado do incremento do movimento diário de pessoas e bens. A extensão urbana e a intensificação da ocupação na frente ribeirinha, a dinâmica do tecido empresarial local, de fábricas e de armazéns, e a mobilidade diária de populações, que as fábricas suscitam, tornam-se incompatíveis com um imperativo de isolamento, que tinha justificado anteriormente a escolha do vale de Amores como lugar como sítio do degredo, e explicava igualmente a

67. D'Azevedo, *Descripção topographica...*, 1995 : 75-77.

implantação do convento da ordem dos Capuchos. O problema já vinha a ser sentido desde o século XVII, como o demonstram as providências de reforço das medidas de isolamento tomadas nos finais da centúria. Procura-se instituir a prática de efectuar as visitas de saúde ainda no espaço do estuário do rio, frente ao Ouro, antes das embarcações entrarem no espaço periurbano da cidade.

«quanto ao que mais dizeis no deçimo e humdeçimo apontamentos que vos parece que se deve de prover que nenhum navio a que se aja de dar degredo pase do Ouro pera cima por ficarem os navios impedidos defronte de Maçarelos e Gaya e do mosteiro de Santo Antonio por onde continuamente andão barcos e pasão outros navios e não podem ahj estar sem comunicação por que estando do ouro pera baixo como dahj não podem pasar barcos estarão os navios impedidos a que se ouver de dar degredo com menos prejuizo. / E que nenhuuma roupa que se aja de poer em degredo se ponha senão da quinta de Balltesar Diaz e dos valles dela pera baixo porque todo o mais se comunica, e se vjo muita gento no luguar omde se pos roupa de ingreses e asj mesturada com eles e com a roupa. Ei ej por bem que em Camara provejais açerqua do que dizeis nestes dous apontamentos como melhor vos parçer e for mais seguramça da cidade»⁶⁸.

Uma carta régia, datada de 10 de Março de 1684, determina que os guarda-mores sejam obrigados a visitar as embarcações logo que entrem na barra do Douro⁶⁹. Será então promovida a instituição de um Lazareto nas proximidades da Afurada, porventura no tempo em que estão a ser fundadas as várias fábricas de cerâmica do vale de Piedade. As funções que lhe são cometidas são aproximadamente aquelas que o degredo de vale de Amores desempenhava anteriormente.

«Assentando-se haver fazendas e pessoas suspeitas, se deve proceder a uma inteira separação entre as ditas pessoas e fazendas, não consentindo que estejam juntas umas com as outras. Para este efeito se fazem os Lazaretos, e deve-se advertir, que nem nos navios, nem nos lazaretos, para se mandarem, se deixar ficar as pessoas misturadas com as fazendas; porque estando tudo junto, se unirão e vigorarão, cada vez mais os sepículos malignos; e fazendo-se mais perniciosos cederão com mais dificuldade aos remedios. Havendo as pessoas de fazer quarentena nas embarcações, deve ter-se grande resguardo no modo de prover à sua sustentação. O expediente mais usado nestas ocasiões é pôr na praia mais vizinha aos ditos navios, no tempo da baixa-mar, tudo o que se lhes levar de provimento e apartada a gente, ou fragata que o leva, fazer sinal à embarcação suspeita, para que a venha buscar na sua lancha ao dito lugar da praia, Por conta da vigilância e fidelidade dos Guardas da Saúde está não consentir que na praia fique pessoa, nem fazenda alguma da dita lancha, não só roupa, mas nem ainda vasilha ou louça alguma, que tiver vindo do dito navio.»⁷⁰

Com a transferência de funções do antigo *degredo* para o novo Lazareto, fundado além do estreito do rio e do monte da Furada, fica o exercício das medidas de prevenção de epidemias e de profilaxia restringido ao espaço do estuário. As visitas de saúde continuarão a ser efectuadas aí, frente ao Ouro, até ao século XX, decorrendo então sob alçada da Circunscrição da Defesa Sanitária dos Portos Marítimos e Aéreos da Zona Norte.

Várias cartas da primeira metade do século XIX, fazem o registo de um sítio com edificação, denominado Lazareto, implantado sem dúvida no lugar da Afurada (2-5). Porém, a memória do lugar exacto da sua implantação perdeu-se no século XX. Considerando o rigor e pormenor de uma carta de cerca de 1820 (fig. 2-7), é possível alinhar as seguintes considerações. A edificação implantar-se-ia na encosta, não muito afastada da linha de água, mas numa cota suficientemente elevada para estar a salvo das cheias. A necessidade de fazer a passagem de gentes e mercadorias para terra implicava a proximidade de um cais e lugar de ancoradouro que se situavam, nessa zona, aproximadamente no extremo nascente da baixa da actual Afurada

68. Documento datado de 24 de Setembro de 1577, in Ferreira, *Visitas de saúde...*, [1977] : 45-46.

69. Ferreira, *Visitas de saúde...*, [1977] : 41.

70. *De Sanitate in Lusitania Monumenta Historica* (IV série) 1784..., Lisboa, na Offic. De Joseph da Costa Coimbra, pp. 11 a 12, in Ferreira, *Visitas de saúde...*, [1977] : 35.

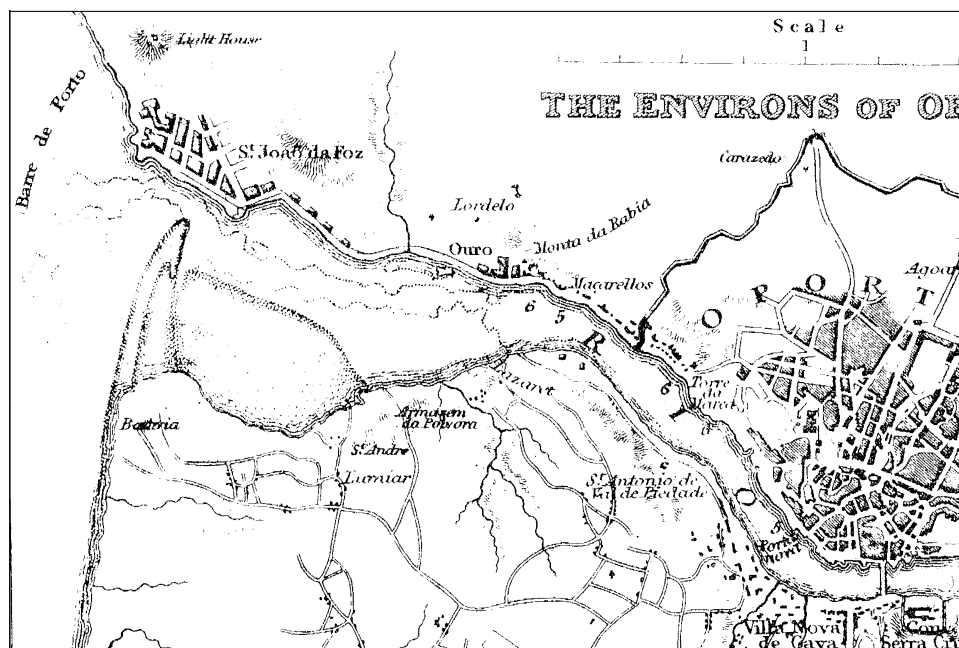


Figura 2-5. "The Environs of Oporto. View of Oporto from Torre da Marca. Drawn by W.B. Clark Arch.[†]. Engraved by J. Henshall" [1833], excerto

(*lingoeta*, fig. 6-2). Com a construção desse cais e do cais do Cavaco, o monte da Furada passava a estar cingido por dois pontos de atravessamento do rio: um de importância regional que fazia a passagem do sítio da Afurada de Baixo para o Ouro e para a Foz, e outro, que servia as indústrias estabelecidas nas margens do rio e ligava ao cais do Bicalho e a Massarelos. A nascente do sítio da Afurada, vai implantar-se um conjunto de edifícios, cujas origens não estão inteiramente esclarecidas, mas que se sabe foram utilizadas ao longo do século XIX (fig. 6-4). Trata-se, entre outros, de um armazém de cal (fig. 2-7) e de outros estabelecimentos que em parte serão aproveitados, num momento do século XIX, para o estabelecimento de uma fábrica de *guano* e, mais tarde, de uma fábrica de *mica*. Com o tempo, alguns dos edifícios foram abandonados, permanecendo em ruínas por largos anos, até que, no início dos anos cinquenta, um dos edifícios é recuperada para a construção da igreja nova da Afurada, que aproveita a estrutura de paredes. Como lembra o pároco J. de Araújo⁷¹, nessa altura já ninguém sabia a quem tinham pertencido antes os armazéns, em que se estabelecera a fábrica de *guano*, e qual a sua finalidade. «Havia cerca de meia dúzia. Travejamento e barrotes eram em riga, foram limpos e aproveitados para a igreja e para o salão paroquial.» Estes pormenores sugerem a possibilidade de que a construção recuperada para igreja poderia integrar uma parte das edificações associadas ao Lazareto, cuja parte habitacional se situaria no sítio da Casa dos Pescadores (fig. 4-3). Na mesma carta de 1820 está indicada a posição do facho, um pouco acima do Lazareto. O confronto de plantas mostrado na figura 4-3 permite identificar a pequena construção de planta quadrada, situada acima do edifício da creche da Afurada, como sendo o antigo farol.

71. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 111.

2.4 Planos e melhoramento da barra do Douro

No final do século XVIII, o estuário do rio até ao estreito das Dezoito Braças constitui um único espaço de antecâmara da entrada na cidade. O aumento da navegação e da circulação de bens e de mercadorias colocam o problema da segurança da entrada na barra com maior acuidade. Nos últimos decénios do século XVIII, a Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro – *Companhia Velha* - lidera a iniciativa de intervenção para o melhoramento da barra do Douro, intercedendo junto da coroa para realizar a suas expensas um conjunto de obras, encarregando-se da administração e construção e despesas das obras, por conta de juros que D. José tinha decidido aplicar nas mesmas⁷². A primeira atenção dirige-se ao prologamento do cais de Massarelos em direcção ao Bicalho, conforme as exposições dirigidas a D. José (1775) e, por sua morte, a D. Maria (1779).

«Também seria muito util ao mesmo Commercio a continuação do Caes, já fabricado até olugar de Maçarelos, pela mayor segurnança, que delle, e do Molhe, que nomesmo Sitio pode com esta obra construir-se, deve rezultar ao amarradouro dos Navios, nas occazioens das caudalozas enchentes do Rio, que frequentemente fazem naufragar muitos, dos que nelle se acham juntos em Ancoradouros mais expostos.»⁷³

Nos anos de 1785, 1786, 1788 e 1789 seguem novas exposições, que descrevem a intervenção projectada junto da barra do rio.

«Estes consideráveis prejuízos que farám deploravel o Estado a não se remedearem prompta, e efficazmente, se evitariam aproveitando-se huns Cachopos, ou penedos q'a Natureza constituio naquelle Sitio, para sobre elles se firmarem as mais fortes paredes, que permittem os mesmos penedos, fabricandose dois Caiz salientes, hum desde a Capella do Anjo até cubrir os penedos mais vizinhos, à ditta Capella da parte do Sul; e outro desde a Terra por cima das pedras chamadas =Sopena= até a chamada =do Fouro= entulhando-se com pedra avulsa e aberta que fica desde as pedras do Castello, até as denominadas =Filgueira= contiguas á Barra; e formando-se da parte do Sul huma Estacada dobrada, e entulhada, defendida por hum Dente fortissimo erigido sobre os Rochedos no Sitio da Furada= para concorrendo reciprocamente huma, e outra obra se consiga o fim de que opprimidas as agoas, evacuem do álveo do Rio as arêas, e perfundem as mesmas agoas a Barra; e com o outro fim de cortarem as arêas do Cabedello, e impedir que os ventos do Sul as tornem a arrojar para a mesma Barra, e a impossibilitar o seu uso como se experimenta com grande deterimento da Navegação, e indezível prejuizo do Commercio.»⁷⁴

A exposição de 1786, vai acompanhada de uma planta e de uma memória que sintetizam o modo de viabilização da intervenção projectada.

«São defraga os alicerces, que nas baixas mar ficão descobertos, desde o Anjo, até a Barra de “Culheculhe” e desde a Terra, até a Sopena, sitios em que se devem fazer os dous Caes salientes. Pode-se entulhar com facilidade, por ter pouco fundo, a aberta entre as pedras do Castelo, e a Filgueira notada com linha salpicada, e podendo-se quebrar a pedra para este entulho junto ao dito Castello. A outra pedra necessaria para a obra dos dous Cáes salientes, sehade arrancar em qualquer dos montes da Rabida, ou fronteiro em que abunda: a condução della, por ser por agoa, he facilissima, e pouco dispendioza.»⁷⁵

Os projectos incluem a construção de molhes na barra, segundo a ideia de um "encanamento" do rio, na parte correspondente ao trajecto da carreira dos navios, definindo canais de navegação e fazendo a regularização das margens, com a construção de aterros e de enrocamentos na zona da Cantareira, de Sobreiras e da ínsua da Lobeira. A pedra extraída das fragas da Arrábida para o rompimento do estreito das *Dezoito Braças* é destinada à construção de enrocamentos, nas margens do rio. Consolida-se então a ideia de prolongar os cais,

72. Petição da Junta da Companhia de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, datada de 2 de Dezembro de 1785, in H. Marçal, *A Barra do Douro e o Porto de Leixões* (Matosinhos, s.d.) : 8.

73. Exposição da Junta da Administração da Companhia Velha, de 18 de Agosto de 1775, in Marçal, *A Barra do Douro...*, s.d. : 6.

74. Exposição da Junta da Administração da Companhia Velha, datada de 9 de Julho de 1779, in Marçal, *A Barra do Douro...*, s.d. : 7.

75. Petição de 12 de Maio de 1786, para a obra dos cais da margem direita, in Marçal, *A Barra do Douro...*, s.d. : 8-9.

em direcção à Foz. A intervenção na margem direita é considerada prioritária, mas está igualmente prevista uma sequência de obras na margem sul, que teria a sua execução faseada.

«As obras da parte do Sul desde a Furada, até o Cabedello indicadas por huma linha vermelha podem fazer-se depois á proporção do dinheiro, que sobrejar das ditas obras da parte do Norte e do annual rendimento, que se vai recebendo, praticada toda a proporcional economia. Tem alicerce defraga, que fica descoberto na baixa már, as cinquenta, ou cem braças de Caes por onde deve principiari a obra no sitio da Furada. Toda a pedra necessaria para aquellas cinquenta, ou cem braças, e ainda para as oito centas até o Cabedêllo, cáhe em cima da obra; mas este Cáes não se fáz já, hade reduzir-se a elle huma estacada, que se deve logo fazer, para o que ha abundancia de Pinheiros nos Contornos de Sampaio, e Santo Andre vizinhos à mesma obra; e como o dito Cáes se hade ir fazendo pelo decurso do tempo, o dinheiro que se fôr recebendo, se consumirá nas despesas delle. [...] O Terrêno, que prezentemente còbre a maré por efeito desta óbra póde reduzir-se a cultura, e applicar-se o seu Rendimento ás despesas dos effectivos reparos auxiliado com os ditos sette centos, e vinte mil reis annuaes.»⁷⁶

Na sequência do aterro das margens do rio, por via dos enrocamentos, surge a oportunidade de rentabilizar o investimento com a *redução à cultura* da área conquistada ao leito do rio, ou seja a sua utilização como terrenos de lavradio. A decisão àcerca das obras é tomada pela raínha em 1790. As obras iniciam-se pelo corte da escarpa do monte da Arrábida. «Em 1791, ou seja passado um ano, já os povos se íam servindo de "huma facil comunicação por meyo dehuma formosa estrada á borda do rio", que se foi abrindo consoante se ia extraindo pedra para entulhar parte da margem direita da dita barra, junto de São João da Foz.»⁷⁷

«Sua Magestade prevenindo os embarços, que neste projecto se pódem encontrar, ordena que não só se continue a dita Obra, mas que ao mesmo tempo para segurança della, e para commodidade dos Navios, se contrúa o Cáes, e que em todos os Luagres ondeparecer se construa Fornos de Cal, e tudo o que fôr necessario para guarda dos Materiais, e progresso da Obra.»⁷⁸

As disposições complementares, instruídas para o andamento das obras, incluem a recomendação de que sejam construídos fornos de cal nas margens do rio. Precisamente do lado da Afurada, a nascente do Lazareto, junto da volta do Cabedelo, aparecem nas cartas do século XIX referências a um forno de cal (fig. 2-6)⁷⁹ e um armazém de cal (fig. 2-7).

Na margem esquerda do rio, as primeiras plantas do século XIX marcam o lançamento de um enrocamento de esporão que arranca do sopé do monte da Furada, nas proximidades da volta do Cabedelo, e segue apontado ao Areinho. A obra incia-se assim do lado em que se situa o único ponto de aportação, em relação com a carreira dos navios, depois do Areinho e das pedras. O esporão suspende-se frente ao Ouro. Aproximadamente no sítio da Afurada, surge a notação de uma pequena enseada (fig.s 2-7, 6-2 e 6-3). Tal como era sugerido no caso dos enrocamentos, previstos nos primeiros estudos para a margem direita do rio, num primeiro momento, prevê-se o aproveitamento da área conquistada ao rio para terras de lavradio. Ao tempo das primeiras obras do esporão surge, numa carta de 1815, a indicação de terras de lavradio, no lugar da Afurada (fig. 2-8). Há ainda uma outra indicação de terras de lavradio, correspondente a uns terrenos de D. Rosa (a sua casa situava-se no alto do monte), nas imediações da brévia de São Paio, no local onde irá implantar-se a fábrica de conservas de Pereira Júnior.

76. Petição de 12 de Maio de 1786, para a obra dos cais da margem direita, in Marçal, *A Barra do Douro...*, s.d. : 9

77. Marçal, *A Barra do Douro...*, s.d. : 11-12.

78. Resposta de D. Maria, de 3 de Março de 1791, in Marçal, *A Barra do Douro...*, s.d. : 12.

79. A planta da fig. 2-6 integra um inventário de plantas antigas da cidade do Porto, estabelecido por Monteiro de Andrade. A datação da planta revela-se difícil. Estima o autor, apoiando-se na observação dos elementos representados, que o levantamento cartográfico subjacente seja mais antigo que o trabalho de litografia e publicação, levado a cabo apenas após a instalação da Litografia da Academia Real das Ciências. A datação da carta topográfica poderia ser atribuída à primeira década do século XIX. Cfr. Monteiro de Andrade, *Plantas Antigas da Cidade (século XVIII e primeira metade do século XIX)*, prefácio de A. De Magalhães Basto (Porto: Gabinete de História da Cidade, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1943) : 88,92.

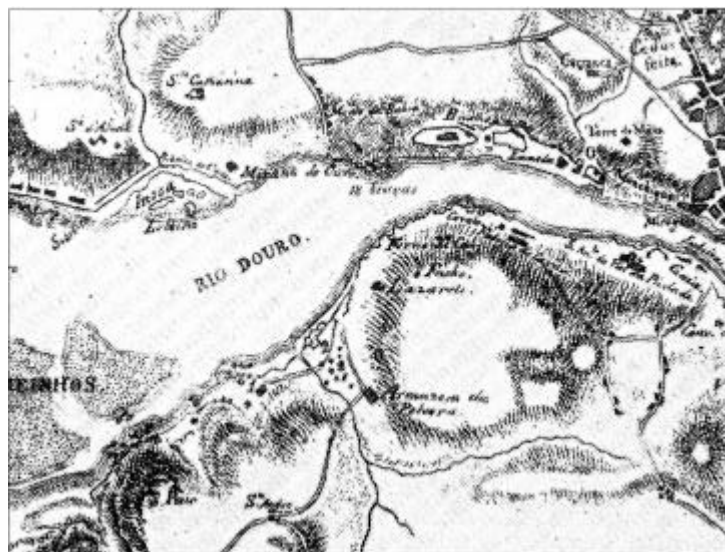


Figura 2-6. "Planta do Porto. Lith. da Acad. Real das Sciencias." A legenda 2 refere "Furada"

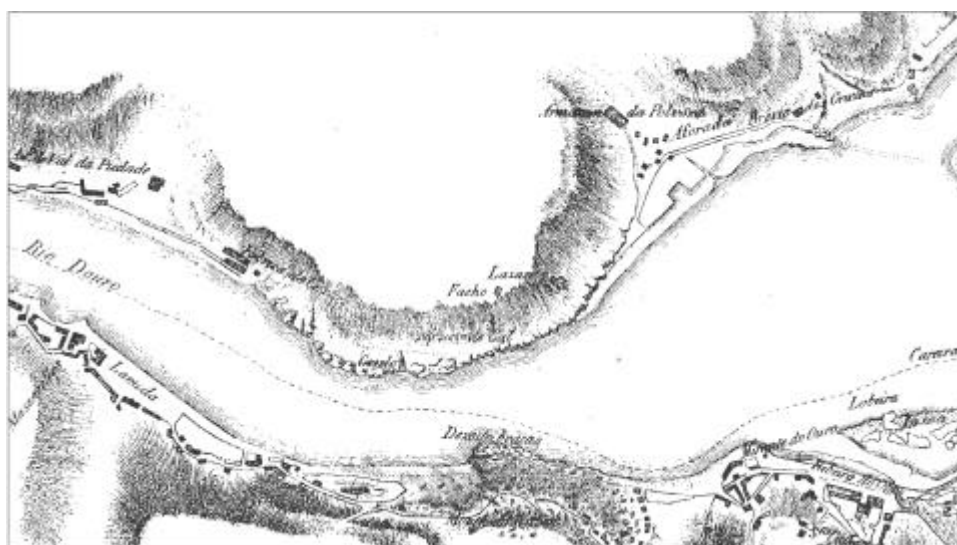


Figura 2-7. "Planta da Foz do Douro até Quebrantões; Para intelligencia do Plano do melhoramento da Barra do Porto. Por Luiz Gomes de Carvalho, Cor.º do Corpo d'Eng.ºs [c. 1820], excerto"

O registo dum princípio de plataforma de aterro, que se estende entre o sopé do monte da Furada e a linha de esporão do rio, é confirmado numa planta que acompanha um pedido de licença para aforamento de terrenos, na Afurada (fig. 6-2). A legenda indica o «sitio onde se deitão os entulhos». A planta não tem data, contudo pode estimar-se da primeira metade do século XIX (de inícios, segundo Fernando Santos⁸⁰), ou talvez do segundo quartel do século, já que a planta, a que se refere o pedido, terá sido apresentada à Câmara de Gaia.

80. F. J. T. dos Santos, "As pescas em Portugal Continental: o caso amostra da Afurada" (Tese mestrado Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 1997) : 112.

Portanto, o pedido de aforamento que menciona a deposição de entulhos em curso seguiu para a nova autarquia, formada na sequência da instituição do concelho de Vila Nova de Gaia, enquanto que a autorização prévia de entulhamento foi despachada pela Câmara do Porto. De facto, «por Alvará Régio de 30 de Março de 1812 foi autorizada a Câmara Municipal do Porto a aforar por escritura do mesmo mez e ano e requerida no arquivo da referida Câmara, ao Snr. Vicente de Mello de Noronha Leme e Cernache uns terrenos desde a poente do Aveiro [quinta *do Aveiro*, fig. 6-2] à Afurada até ao Cabedelo, alguns ainda cobertos pelo rio Douro, para aquele snr. mandar aterrar em seu proveito.»⁸¹

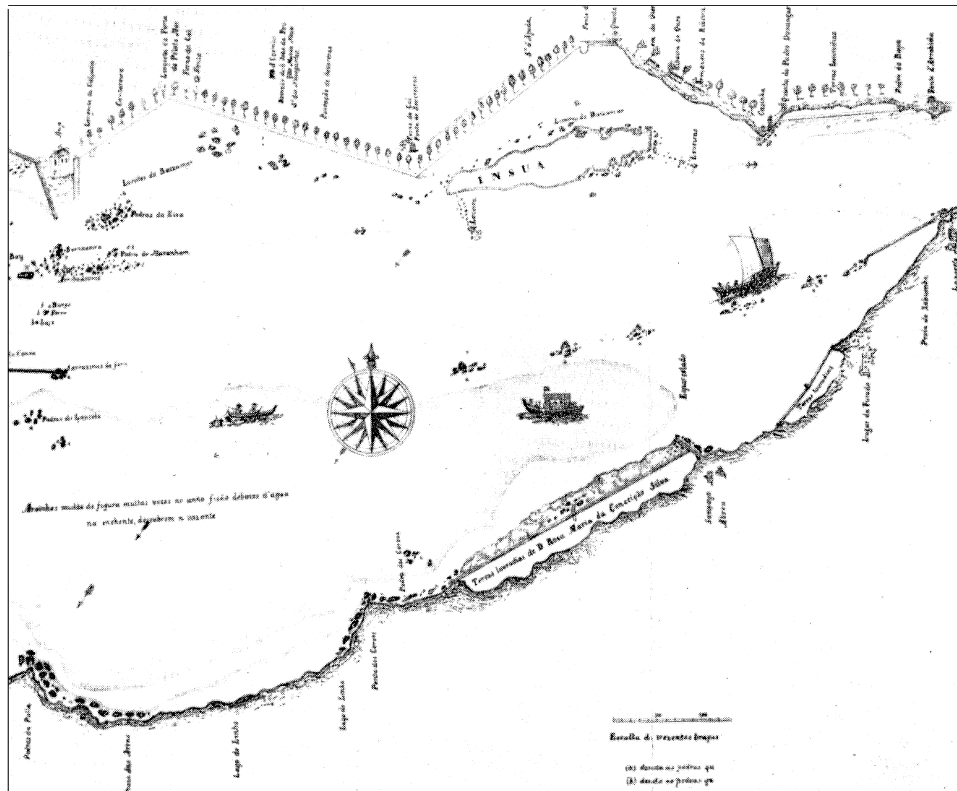


Figura 2-8. "Planta da...a Cidade do Porto". Feita por Joaquim de Souza Picão no ano de 1815, em São João da Foz", excerto

Fig. 2-8. O desenho identifica uma série de elementos que caracterizam o sítio da Afurada. O sítio do Lazareto bem como o esporão, cuja construção está a ser iniciada do mesmo lado, são notados com precisão. Encontram-se ainda registadas duas áreas de terras lavradas, uma ao fundo da rua Abílio de Azevedo, e outra maior, notada com a indicação de propriedade de Rosa Maria da Conceição Silva, do lado de São Paio. Os temas da pesca e da passagem do rio são retomadas à semelhança do desenho de Teodoro de Sousa Maldonado (fig. 1-4), com a indicação de embarcações, uma delas com toldo que faz a travessia em direcção à Foz.

Merece atenção um documento da Companhia Velha, de 1792, em que é colocada a possibilidade de aforar as terras conquistadas ao rio para construção *de prédios*, em alternativa a dedicá-las a lavradio. As receitas seriam aplicadas na conservação dos melhoramentos feitos.

81. CMVNG, Arquivo Municipal, "Parecer sobre os terrenos da Afurada", datado de 28 de Julho de 1929, cit. in Santos, "As pescas...", Porto, 1997 : 99.

«como as obras do cais, em grande parte, são efectuadas dentro do mar e do rio e por esse efeito se ganham sobre eles alguns terrenos que até então estavam cobertos de água, sem que se lhes pudesse conhecer dono, poderiam muito bem ser esses terrenos aforados em prazos fauteusins, perpétuos, com foros e laudémios, às pessoas que por eles mais dessem, para construção de prédios ao correr da estrada.»⁸²

Com as iniciativas do final do século XVIII, os dados para as obras de melhoramento da barra e da entrada do rio estão equacionados, contudo, seguir-se-ão inúmeros projectos, até à actualidade, propondo soluções diferentes. Em meados do século XIX, o sentido da obra dos *formozos cais*, mencionado pela rainha na sua decisão de 1790, cede lugar a uma visão pragmática, que põe em causa a obra de *puro recreio*.

«Não seria mais útil à cidade e à monarquia que o imenso cabedal que está por se despende no fabrico de um novo cais até São João da Foz, na reedificação do Senado da camara e no ladrilho e composição de algumas ruas, se applicasse antes a outras tres obras de incomparável conveniencia, quais são: a da Barra, a de um molhe e a dos aquedutos? Aquellas são umas obras de puro recreio, e que supõem independencia de outras obras, estas porém são de primeira necessidade, que tem preferencia a todas as outras.»⁸³

As propostas voltam-se assim ao aproveitamento útil dos terrenos conquistados ao rio, seja na perspectiva do proprietário agricultor, que procura o rendimento de exploração de terras de lavradio, seja na visão do proprietário aforador, que requer o direito de uso dos terrenos para fins de urbanização e edificação. Mais tarde, inclusivamente, será aventada a possibilidade de estabelecer um ramal de caminho de ferro na margem direita do rio.

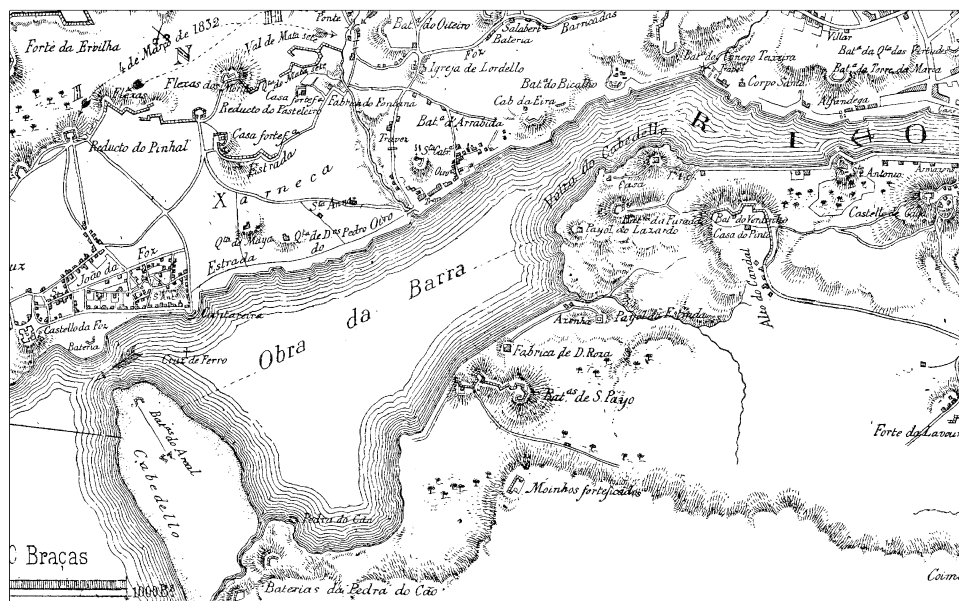


Figura 2-9. "Carte Topographique des Lignes D'Oporto. Dressé e publié para Ordre de S.M.I. par F.P.A. Moreira, Colonel du genier Portugais", excerto

82. Carta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de 15 de Junho de 1792, in Marçal, A Barra..., s.d. : 13.

83. Santos, "Aditamento", in D'Azevedo, Descrição topographica..., 1995 : 118.

2.5 O Cerco do Porto

As lutas entre as forças de D. Pedro e D. Miguel, por alturas do Cerco do Porto, dão ocasião à elaboração de uma série de cartas, mapas e vistas da cidade do Porto e da região metropolitana, que fornecem elementos importantes para o conhecimento do povoamento no espaço do território. A sul do Douro, as forças miguelistas estacionaram desde o Cabedelo à Pedra Salgada, em frente ao palácio do Freixo. Nas imediações da Afurada, contam-se as baterias do alto de São Paio, do Monte da Furada e do Verdinho (um alto no Candal, sobranceiro ao lugar do Cavaco). A cartografia do posicionamento das forças em confronto e de sistemas de defesa inclui referências aos assentos das baterias, ao paiol do Lizardo e a um armazém da pólvora, cujo «arcabouço de grossas paredes mestras ainda subsiste na rua de Abílio de Azevedo, adaptado a casa de habitação»⁸⁴. Próximo do sítio onde se encontra assinalado o *Paiol de Lizardo* existe, ainda actualmente, uma torre com funções não inteiramente esclarecidas - o *Talefe* -, que se encontra envolta por uma casa adossada. É possível que se tratasse de um antigo posto de vigia, que marcavam a posição da barra do Douro, porventura integrado no velho sistema de fachos da costa do litoral. Serviria também de referência num sistema de enfiamentos de entrada no rio, relacionando-se com a Torre da Marca, no limite da plataforma do Palácio de Cristal. A visibilidade no alto da Furada permite pensar que a sua função não se esgotava em relação com o mar, sendo igualmente importante numa interface de comunicações regionais para o interior.

Além destas indicações, as cartas do tempo do Cerco do Porto permitem a reconstituição de fragmentos da paisagem rural, pois indicam a presença de moinhos de vento nas alturas de São Paio (*moinhos fortificados*) e de uma azenha no rio de Santarém (fig. 2-9). Estes dados confirmam uma vertente de exploração agrícola a justificar o assento de povoamento nas encostas voltadas ao vale da ribeira de Santarém, até à margem do rio, junto do Areinho.

84. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 11.

3 Cem anos de pescas: o bairro piscatório

3.1 Um primeiro núcleo de povoamento

A planta relativa ao pedido de empraçamento do sítio da Afurada (fig. 6-2) traça o quadro do “estado da questão” antes da formação da povoação que irá resultar da imigração de famílias oriundas de comunidades piscatórias e de póvoas marítimas do norte e centro do país. Esta planta terá sido elaborada para demarcar os terrenos pertencentes a privados e os terrenos de domínio público, em parte conquistados ao rio, que se destinam a ser aforados. A sua data só pode ser posterior ao alvará régio citado anteriormente, por dois motivos: uma das propriedades assinaladas já não pertence ao Aveiro e o processo de entulho já teve início.

Na planta encontram-se assinaladas edificações com o carácter de quinta e de pequenas casas (de lavoura?). A sul é identificada uma propriedade agrícola, pertencente ao *snr Maya*, que margina o rio e está dotada de uma ladeira empedrada, que poderia funcionar como um cais privado. A meia encosta implanta-se uma edificação, integrada numa quinta que tinha recentemente mudado de dono, segundo a legenda. Neste sítio não se encontra representado um conjunto edificado, que se aglomerava já à entrada da quinta e se encontra registado em plantas anteriores e posteriores (fig.s 6-3 e 6-4). A forma desse conjunto é semelhante à de uma edificação, marcada na carta de cerca de 1820 com a legenda “lazareto” (fig. 2-7 e 4-3). Deste lado situam-se o paredão e a lingueta. É possível que, a existir o conjunto de edifícios, na altura em que a planta de aforamento é levantada, este não tenha sido indicado por estar à margem da área tratada e pertencer porventura ao domínio público, e, eventualmente, por já não ter uma ocupação significativa. Em seu lugar surge a escala gráfica do desenho. A quinta «que era do Aveiro» há-de ser desmembrada sucessivamente em parcelas para a construção da creche (1893) e, já em meados do século XX, para a abertura de uma rua e a urbanização do bairro dos pescadores. A casa será aproveitada e reconstruída, para acolher a Casa dos Pescadores (1946).

Os caminhos assinalados na planta confirmam a dependência do lugar habitado seja da Afurada de Cima e de Canidelo, pelo sul, já com um percurso aproximadamente coincidente com o traçado da rua de Alves Correia, seja do alto do Monte da Furada, a nascente, por um caminho que mais tarde é designado como caminho *da Creche*. A omissão de indicação clara de um percurso ribeirinho, além do estreito do rio, mostra que as ligações se faziam predominantemente pelo alto. Observada a acessibilidade do sítio da Afurada, a partir do nascente, nas plantas relativas ao lugar do Cavaco, é possível constatar que, a partir do último quartel do século XIX, o *caminho da Afurada*, que sobe o monte, está a ser regularizado e delimitado relativamente às propriedades de fábricas e armazéns que com ele confinam, na parte da ladeira (fig. 3-1 e 3-2)⁸⁵.

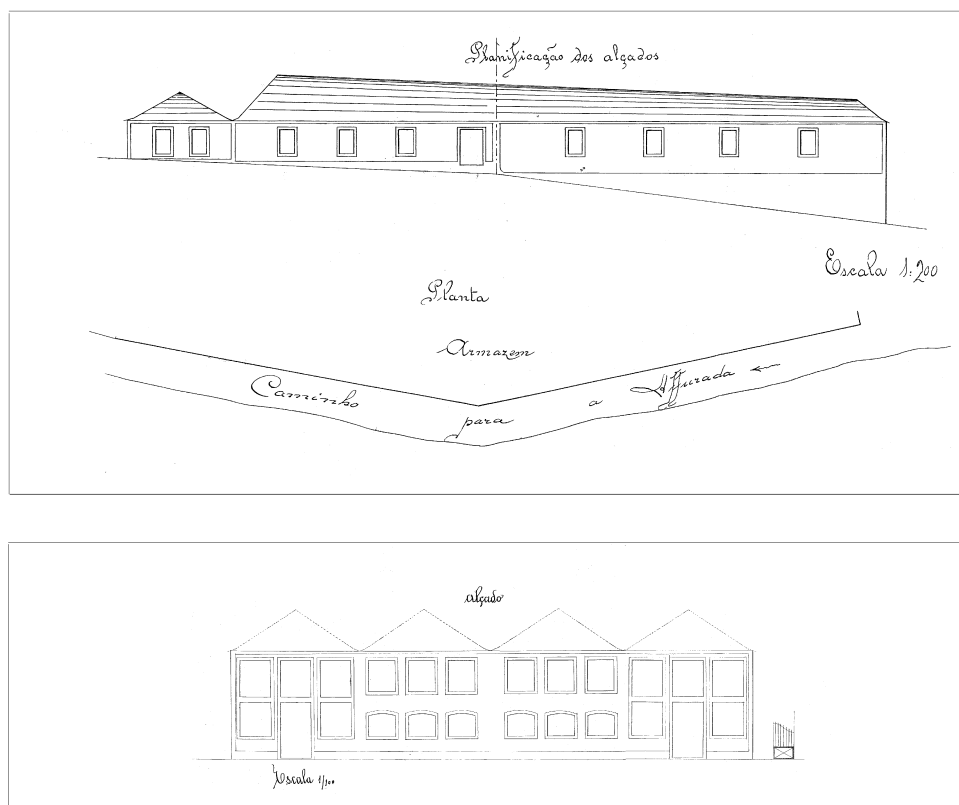


Figura 3-1. Armazém do cais do Cavaco, projecto de *quatro cumes*, 1906

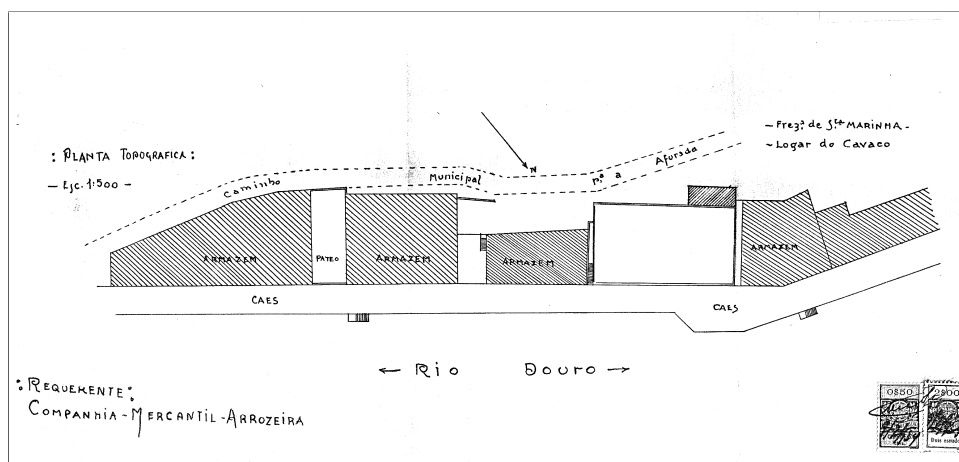


Figura 3-2. Armazém da Companhia Mercantil Arrozeira, caminho municipal para a Afurada, projecto de ampliação, 1934

85. CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de licenciamento de obras, requerimento de licença para construção de quatro cumes de armazém, de Mathieu Lugan, datado de 14 de Maio de 1906; requerimento de licença para construção de armazém da Companhia Mercantil Arrozeira, de 21 de Julho de 1934.

O parcelamento de propriedade, indicado no levantamento da planta de aprazamento, irá consagrar-se directamente na forma como se dá a primeira ocupação sistemática da povoação da Afurada de Baixo, seja em resultado da demarcação dos terrenos a aforar, para os quais a quinta do *Maya* estabelece um confinamento perene a sul, seja em resultado de operações de loteamentos de particulares, que terão precedido a ocupação do domínio público, cingindo-se aos limites das parcelas e denotando uma orientação distinta daquela traçada com a abertura da rua da *Afurada* e o lançamento da primeira correnteza de casas nos terrenos entulhados.

3.2 O bairro da Afurada

Com o início do enrocamento da linha de esporão, que arranca da volta do Cabedelo, a relação próxima de um primeiro assento de quintas com o rio vai ser obliterada. Forma-se uma plataforma de aterro construída em parte sobre terrenos arenosos. Confirmando uma política de rentabilização das obras de melhoramentos, a primeira intenção cartografada demarca uma estreita *faixa de terras de lavradio*, no sítio da Afurada, e uma área ampla de *terrenos de lavradio* de D. Rosa, junto da antiga brévia de São Paio (fig. 2-9). Porém, na Furada de Baixo, o projecto de exploração agrícola cede lugar a um emparcelamento de urbanização destinado a acolher a fixação de um conjunto de famílias oriundas das comunidades piscatórias de Espinho, Ovar e mais tarde da Murtosa⁸⁶. Este movimento imigratório inicia um século de exploração da indústria da pesca na Afurada, que tem paralelo no desenvolvimento de centros piscatórios urbanos como Espinho, Matosinhos, Póvoa de Varzim, entre outros, no último quartel do século XIX.

Outros acontecimentos concorrem para a viabilização da Afurada como povoação e porto de mar. Nos anos de 1869 a 1892, realizam-se finalmente as intervenções na barra do Douro, há muito equacionadas em projecto, para a melhoria das condições de entrada na barra e de navegação no rio: o enrocamento da praia das Argolas, o aterro do Passeio Alegre, o varadouro da Cantareira e a construção do molhe de Felgueiras (do Farolim)⁸⁷. Estes melhoramentos concorrem para viabilizar o desenvolvimento da Afurada como centro piscatório. Observa-se então o início de um incremento exponencial da capacidade de pesca da população local, que deixa a sua condição de dependência relativamente aos lugares da outra margem do rio, para se autonomizar, ganhando fisionomia própria e mesmo ultrapassando os volumes de pesca de outras comunidades, sediadas no estuário do rio. Em complementaridade, desenvolvem-se outras tarefas que rentabilizam o circuito do pescado, como a salga de peixe e a pesca do mexoalho (esta até cerca de 1940). Além disso, estabelecem-se unidades fabris, como a fábrica de guano⁸⁸. Nos terrenos assinalados como terras de lavradio de D. Rosa, junto do Areinho, estabelece-se uma fábrica de conservas.

86. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 12.

87. Marçal, *A Barra...*, s.d. : 17.

88. O guano é um produto da transformação dos restos de peixe em fertilizantes agrícolas. Em várias vilas piscatórias do Algarve, o nome de *guano* – como fertilizante – é dado aos restos do peixe; o guano de peixe foi o fertilizante muito usado no Algarve, especialmente de Olhão a Vila Real de Santo António. Oliveira [et al], *Actividades agro-marítimas...*, 1975 : 184.

Nos vales entalhados pelas ribeiras de Santarém e pelo rio de Baixo, que penetram no interior, nos limites da freguesia de Santa Marinha e já na freguesia de Canidelo, as casas distribuíam-se antes esparsas, cosendo a passagem entre *ager e saltus*, abrigadas contra o monte e as arribas entremeadas de arvoredos, e deixando livres os terrenos de lavradio que marginam a linha dos cursos de água. Por sua vez, as populações que viviam próximo do rio eram mistas: incluíam pescadores e cabaneiros, mas também gentes que se dedicavam ao cultivo da terra e à moagem de cereais, por via da azenha e dos moínhos de vento que aí existiam. A relação dessa população ribeirinha da Afurada com os lugares de São Paio deveria ser particularmente estreita, pois, ainda no século XX, esses lugares no alto eram habitados também por famílias de pescadores⁸⁹. A urbanização do sítio da Afurada consagra uma alteração definitiva deste quadro social e de povoamento, fazendo o deslocamento do centro de gravidade, do antigo sítio da Furada de Cima, para o vale.

Alguns dados concorrem para dar uma visibilidade a essa transferência, como no caso de requerimentos de proprietários que detêm simultaneamente casas no lugar da Afurada de Cima e de Baixo, mas que habitam agora na povoação ribeirinha, seja ainda na rua de Alves Correia, seja já ao fundo desta rua, no extremo sul da rua de Vasco da Gama, para onde pedem licença para encanar água de propriedades possuídas na zona alta⁹⁰.

A presença de uma população ainda ligada à agricultura vai perder visibilidade, permanecendo entremeadas nas margens da comunidade de pescadores, que toma conta da baixa junto ao rio, conferindo a sua identidade específica à paisagem urbana ribeirinha.

Em 1884 surge o "Plano de uma rua nova no lugar da Afurada", que suporta o projecto de traçado de uma segunda rua (a rua de 27 de Fevereiro, aberta em 1893). Através do desenho da ocupação existente torna-se possível compreender um primeiro momento de assento do *bairro* piscatório. As primeiras casas do sítio da Afurada ocuparam o limite de terrenos privados, assinalado no "plano de empraçamento" (fig. 6-2). Implantaram-se na linha do sopé da encosta, ao fundo dos caminhos que desciam do alto do monte das *Fragas*, pelo nascente, e de São Paio e Santo André de Canidelo, pelo sul, pela rua de Alves Correia (que «já foi areal»⁹¹), correspondente a um antigo caminho entre propriedades. No momento de lançamento do bairro da Afurada, o lugar tomou as características de uma disposição em linha, que se entalou contra os penhascos da encosta, e se formou *arruada* numa só rua *da Afurada*. A plataforma conquistada ao rio, na sequência da construção do esporão e de uma primeira deposição de entulhos, com origem nas obras de regularização das margens do rio, foi consolidada com a deposição de entulhos provenientes das obras da ponte de D. Luís, por volta de 1880 e nos anos seguintes⁹². A operação viabilizou a primeira rua do novo bairro da Afurada, implantada já sobre o aterro.

89. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 51.

90. CMVNG, Arquivo Municipal, Concessão de servidões, requerimento de Joaquim Pererira dos Santos, rua de Alves Correia, datado de 15 de Fevereiro de 1912; requerimento de António de Oliveira Afonso, rua de Vasco da Gama, para canalização de água em terreno municipal, de 16 de Setembro de 1919 (fig. 6-7, n.º 2).

91. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 8.

92. CMVNG, Arquivo Municipal, requerimento datado de 12 de Setembro de 1882, cit. in Santos, "As pescas...", 1997 : 113.

Para os anos de 1884 a 1886 encontram-se registos (escritos, sem desenhos) de decisões camarárias que estabelecem as condições de novos alinhamentos para construção, referidos a traseiras de casas, que agora se voltam a outro lado.

Conservam-se no Arquivo Municipal algumas deliberações camarárias, relativas à aprovação de novos alinhamentos de traseiras de casas. Em três dos casos recolhidos, com um formulário idêntico, são concedidas as seguintes licenças:

[a Manuel Ferreira Netto, em 27 de março de 1884] para que possa mandar alinhar as trazeiras da sua propriedade, sita no logar da Afforada devendo o alinhamento ser recto pelas casas que lhe ficam aos lados...

[a Manuel André de Lima, em 2 de Agosto de 1886] ...para que possa construir casa no logar da Afforada, devendo o alinhamento ser subordinado às casas em construção na mesma rua...

[a Manoel Ferreira Basto, em 21 de Junho de 1888] ...para que possa construir uma casa no logar de Afforada sujeitando-se ao alinhamento das construções recentemente feitas por aquelle lado, assentar as soleiras na altura que lhe for marcado..

Este sentido de viragem deve referir-se às casas voltadas ao caminho (mais tarde designado *da Creche*), correspondentes a uma ocupação mais antiga, que agora se abrem a uma nova rua *da Afurada*, actual Vasco da Gama (fig. 3-3⁹³).

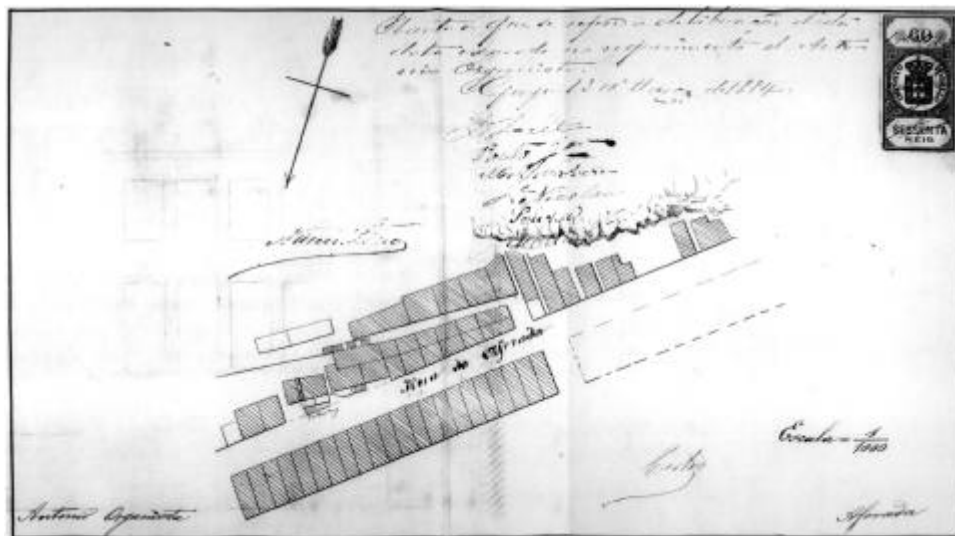


Figura 3-3. Requerimento de António Organista, relativo a um novo alinhamento de fachada de casa na rua *da Afurada* (ver fig. 6-9, n.º 1)

A abertura de uma segunda rua no bairro, decidida cerca de 1883/1884, surge associada à definição de uma nova correnteza de casas, que tem uma profundidade de lote idêntica à da primeira banda. A sua implantação exacta está condicionada pela largueza da área conquistada ao rio, e, do lado sul, pela linha da preia-mar das marés vivas que rasa o extremo da nova rua prevista (fig. 6-3). Uma parte das casas, a sul, avança sobre a esplanada de praia que se alarga até à borda da água, na baixa-mar, perdendo-se, no Areinho, por entre as pedras e os meandros do *Lago*. A exiguidade da área de aterro explicará talvez porque, juntamente com a abertura de uma nova frente de ocupação, é feita uma alteração nos quarteirões delimitados pelas duas ruas

93. CMVNG, Arquivo Municipal, deliberação camarária relativa a pedido de licença para novo alinhamento, de António Organista, datado de 13 de Março de 1884.

direitas já traçadas. Na parte posterior das casas voltadas à primeira rua é definido um novo alinhamento das frentes dos lotes, de modo a aumentar a profundidade de construção da primeira banda de casas.

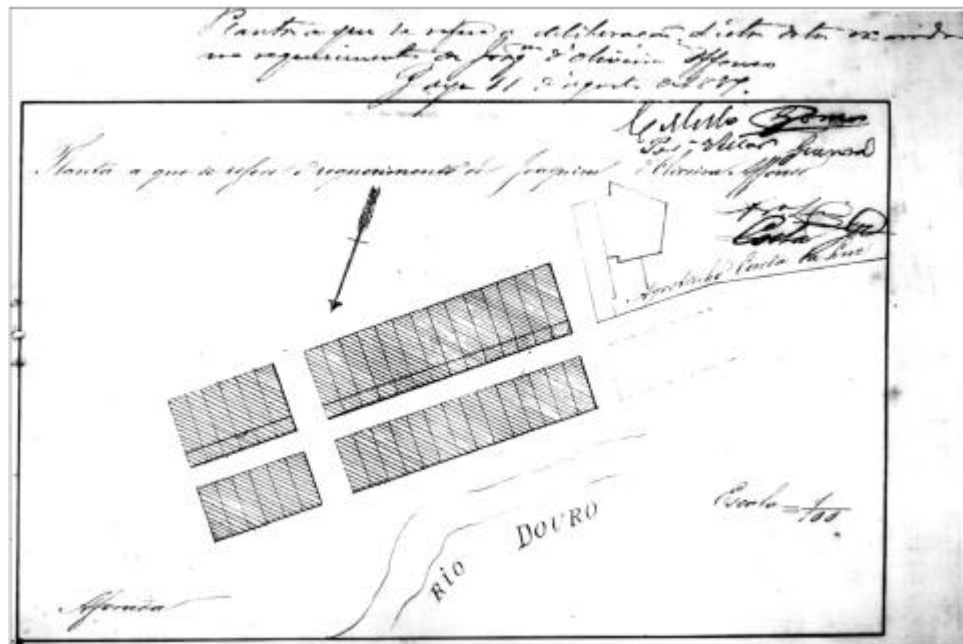


Figura 3-4. Novo alinhamento de frente de casa na rua de 27 de Fevereiro, 1887 (ver fig. 6-8 e 6-9, n.º 2)

Este aumento da área edificada permite resolver o primeiro alinhamento de quarteirões com casas na disposição “costas com costas”, com uma dimensão habitável. Nos decênios seguintes, uma parte das

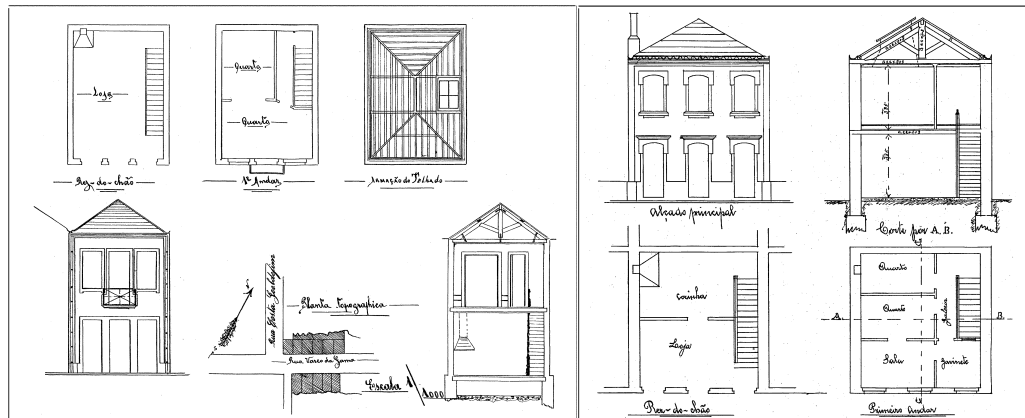


Figura 3-5. Reconstrução de fachada na rua de Vasco da Gama, 1912 (ver fig. 6-9, n.º 22)

parcelas, voltadas à segunda rua, vai ser ampliada, sendo os particulares obrigados a comprarem à Câmara as áreas de domínio público necessárias à definição do novo alinhamento (fig. 3-4 e 3-6⁹⁴).

Entre os processos de licenciamento recolhidos encontram-se alguns desenhos que apresentam cotas relativas ao avanço do novo alinhamento. Os valores apresentados permitem concluir que a profundidade das casas da rua de Vasco da Gama era variável, pois as frentes avançam 3,15, 2,70, 2,50 m (nos lotes indicados na fig. 6-9, com os números 12, 19 e 26, respectivamente), e 4,20 m no caso de uma parcela situada na mesma frente da rua, mas não representada no quadro.

A definição de um novo alinhamento, decidida em 1883, tem como consequência a diminuição da largura da rua de 27 de Fevereiro. A sua largura fixa-se em 6,60 m (uma medida referida ainda a palmos, pois equivale a 30 palmos), conforme se pode observar numa planta que acompanha um requerimento apresentado à Câmara em 1896 (fig. 3-9⁹⁵). Nessa planta, a terceira rua já se encontra definida, embora sem a indicação de parcelas do lado poente. A sua largura está cotada em metros, sendo de 9,50 m.

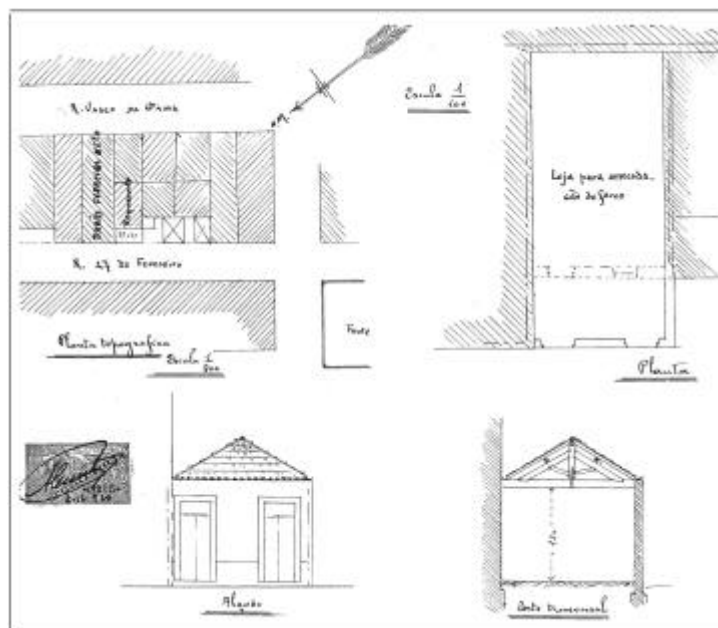


Figura 3-7. Rosa Francisca dos Reis, rua 27 de Fevereiro, novo alinhamento, loja para arrecadação de ferro, 1921 (ver. fig. 6-9, n.º 26)

Segundo os processos de licenciamento conservados na autarquia, uma parte das edificações ampliadas do lado da rua de 27 de Fevereiro não se destina ainda à habitação, mas a lojas e armazéns diversos (como exemplo, fig. 3-7⁹⁶). Contudo, a alteração de alinhamento viabiliza uma solução de densificação das áreas já construídas, que responde a um incremento da população do bairro. Com o tempo, as lojas e armazéns serão transformadas em habitação. A densificação do tecido urbano verifica-se também em altura, com o aumento de pisos e a reconstrução de fachadas (fig. 3-5⁹⁷).

94. CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de licenciamento de obras. A título de exemplo são documentados nas fig.s 3-4 e 3-6, respectivamente, os requerimentos de Joaquim d'Oliveira Affonso, rua de 27 de Fevereiro (deliberação camarária de 11 de Agosto de 1887) e de António Lopes [rua de Vasco da Gama], frente da casa do lado da rua de 27 de Fevereiro, datado de 26 de Setembro de 1912 (requerimento indeferido).

95. CMVNG, Arquivo Municipal, requerimento de José Ferreira Netto Canhola, verificado pelos serviços camarários em 27 de Agosto de 1896.

96. CMVNG, Arquivo Municipal, requerimento de Rosa Francisca dos Reis, rua de 27 de fevereiro, aprovado em 6 de Agosto de 1921.

97. CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de licenciamento de obras, requerimento de Manuel da Silva do Mar, reconstrução de fachada na rua de Vasco da Gama, pedido de 9 de Maio de 1912.

Na forma divulgada através da carta topográfica do Porto de 1892 (fig. 6-5), a retícula do bairro dispõe-se em ligeira torção relativamente a uma ocupação mais antiga, sendo composta por um ensanche de frente urbana que se adossa a um primeiro assento arruado, ao fundo da encosta, mais duas bandas de quarteirões extensos e estreitos e um alinhamento de barracões, formando um quarteirão irregular junto do rio. A estrutura do bairro está lançada com três bandas de quarteirões, ordenados segunda uma malha definida por três ruas e duas travessas, uma que interrompe as frentes contínuas de casas, aproximadamente a meio da retícula, e outra que as remata, no extremo sul. A posição da rua transversal central dá continuidade ao ponto onde se articulava anteriormente uma passagem, na frente de casas, no sopé da encosta. Esta transversal centra um acesso largo à margem do rio. Do lado norte do ponto de inserção deste eixo transversal, a marginal segue com o cais, onde atracam as embarcações maiores para descarga do pescado. Do lado sul da rua travessa central, a marginal abre-se em rampas a uma enseada e à praia. Deste lado, a rua marginal foi designada "naturalmente", de acordo com as suas funções como rua *do Cais* e rua *da Praia* (fig.s 6-7 e 3-23).

Ao longo do século XIX, multiplicaram-se os projectos e estudos relativos ao problema da barra. Num desses estudos, de 1859, é defendida a opinião de que o projecto de encanamento do rio, do lado sul, devia ser abandonado e que deviam ser demolidas as obras já efectuadas, «para facilitar a entrada das marés e dificultar a decomposição e subdivisão das correntes.»⁹⁸ Este facto permite esclarecer a suspensão da linha de esporão iniciada na margem esquerda, embora os projectos de encanamento do rio nunca tivessem sido abandonados definitivamente, como pode verificar-se por um projecto de 1942 (fig. 6-10). A demolição das obras realizadas não terá sido concretizada. A plataforma de aterro, delimitada pelo enrocamento consolidado, foi aquela aproveitada para o lançamento do parcelamento de aforamento e urbanização da Afurada. Corresponde à parte norte do bairro, cuja marginal é definida por muros de cais. A sul do molhe novo, em resultado da suspensão da obra do esporão, ou mesmo da eventual demolição de uma parte do muro realizado, as casas confrontam a extensão do areal, sobre a qual avançam os barracões de aprestos, uma parte final do alinhamento de quarteirões e um último troço da segunda rua aberta. Numa primeira fase, a ocupação dos terrenos de areal terá sido realizada com construções de madeira assentes em estacaria⁹⁹. Só mais tarde, essas construções serão substituídas por edificações em pedra.

No último decénio do século XIX, a estrutura da povoação da Afurada completa-se com a definição de um lugar central, do lado norte do bairro, associada à implantação da capela. Desse lado, é feita a passagem de travessia do rio em direcção ao Ouro e a Massarelos. Aí acostam os barcos para a descarga do pescado, e é feita a cobrança de impostos, num posto de alfândega (fig. 3-8 e 6-7¹⁰⁰).

98. O estudo é do engenheiro Joaquim Nunes de Aguiar, Marçal, *A Barra...*, s.d. : 15.

99. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 12.

100. CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de aquisição de terrenos, requerimento de José Maria, datado de 6 de Maio de 1895.

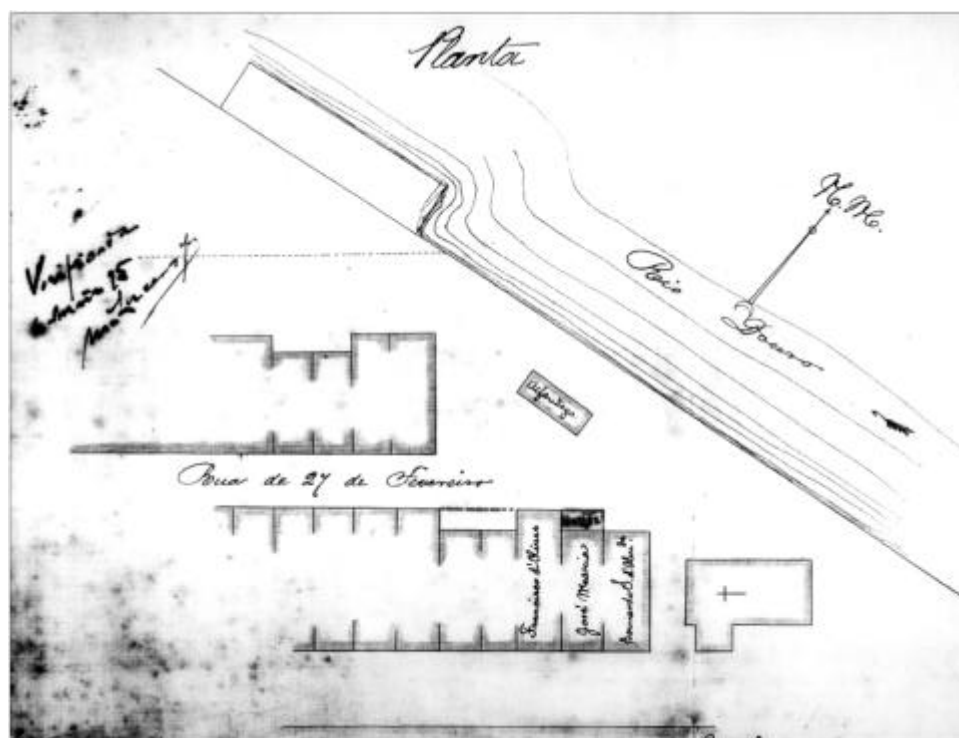


Figura 3-8. Implantação da capela e do posto de alfândega segundo a planta de um processo de requerimento particular de 1895 (ver fig. 6-9, n.º 3)

Os quarteirões obedecem a um esquema de parcelamento de lote estreito, com casas de duas frentes, uma para cada arruamento, e casas de uma frente, dispostas “costas com costas”, sem logradouro na parte posterior. Na posição de gaveto, o parcelamento apresenta soluções diferentes, que podem dar origem a lotes de três frentes. No extremo sudoeste, a urbanização da baixa da Afurada é deixada apontada como obra concluída. Em parte, a conclusão é dada pela praia, mas também pelo antigo caminho que descia a encosta e “dobrava”, junto à propriedade do *snr. Maya*, assinalada no plano de aforamento. Deste modo é rematada a primeira rua e o topo dos quarteirões que a enquadram. Além disso, o primeiro alinhamento do lado posterior dessa correnteza orienta-se pela configuração da ocupação construída ao fundo da rua. Num primeiro momento, o topo destas bandas forma um pequeno largo, em que se instala o chafariz, aproximadamente no enfiamento da segunda rua do bairro, de 27 de Fevereiro (fig. 3-9). No extremo sul da povoação, as casas que confinam o espaço urbano abrem-se, na parte posterior, a uma zona de campos que se estende ao fundo do vale da ribeira de Santarém.

A praia e os terrenos junto da povoação, a sul, no sítio onde se implantam os barracões de aprestos, constituíam elementos essenciais da vida da população local, no tempo em que as pescas e as actividades agro-marítimas representavam a principal actividade económica da povoação. Estas áreas livres, que também são necessárias para uma pescaria local de borda de água, para a apanha de minhoca e para estendal de redes

e de roupa e para trabalhos de estaleiro poderiam ser entendidas como uma espécie de reserva imprescindível ao “eco-sistema” do habitat local da comunidade piscatória.

Nos alvares do século XX, o lugar da antiga brévia de São Paio ainda permanece isolado. Há aí um cais (fig.s 6-3 e 6-4) e, próximo, um fontenário. A passagem de São Paio à Afurada é feita pelo sítio desse fontenário, aproveitando um troço do caminho que dá acesso à encosta, junto de um núcleo rural que ainda actualmente subsiste à margem da rua Abílio de Azevedo, na confluência com a rua Alves Correia. Para esta zona baixa, a sul da Afurada, voltam-se as atenções no propósito de melhorar a acessibilidade ao núcleo piscatório. A intenção de regularizar o acesso, do lado sul, com a abertura de uma rua de passagem entre a estrada do alto de São Paio e da Alumiara e a Afurada, é definida em conjugação com o projecto de abertura da rua de 27 de Fevereiro, em 1883/1884 (fig. 6-4). Os fundamentos para a realização da obra são elucidativos da situação que se vivia na Afurada:

«A ligação da rampa de Sampaio (termo da estrada municipal da Alumiara a Sampaio) com a povoação da Affurada é o objecto do presente estudo. Um caminho em más condições, submersível nas preamarés, é a única via de comunicação existente.

Os depósitos das fábricas vizinhas e d'uma parte da Cidade do Porto que alli são levados vão conquistando dia a dia grandes porções de terreno ao Rio Douro, e, quanto maior for a superfície conquistada, maior será a necessidade da abertura de novas ruas, que permitam novas edificações a esperar d'aquella povoação laboriosa e emprehendedora.

A estrada em projecto satisfaz a esta necessidade, considerando em primeiro lugar que a povoação da Affurada não pôde estender-se senão para os terrenos atravessados pela estrada em questão. Assim satisfaz este projecto a duas instantes necessidades.

Debaixo d'este ponto de vista vê-se a economia um pouco sacrificada n'este traçado. tres alinhamentos ligados por duas curvas de modo a poder o apoiar aos dous fins acima indicados.

O caes, que na maior extensão depende a estrada do lado do rio, e onde ainda ops depositos já feitos não protegem das marés e das cheias do Douro, torna le uma necessidade, a não querer correr o risco de ver desaparecer [um dia] todos os trabalhos feitos. O orçamento bastante elevado para uma estrada municipal é justificado pelas considerações já expostas e pela siomples observação de que um troço de 456^m,²¹ há um trabalho de 2199^m,²² de muros de suporte e que todo o volume de terraplanagens é feito com terras de emprestimo. Os muros de suporte feitos em espessura são projectados para resistir à carga das terras da estrada, e á corrente do Rio Douro na occasião das cheias.

Vila Nova de Gaia, 29 de Outubro de 1884

João Augusto Malta»¹⁰¹

O projecto de abertura da estrada de ligação é retomado nos anos de 1902 e 1903 (fig. 6-5).

«A parte banhada a carmim, da mesma planta é a parte precisa que a Ex^{ma} Camara tem de adquirir do Governo, para construir uma rua, n'um alinhamento e n'um só trainel, a qual se acha indicada por “rua em projecto”. A maior parte d'esse terreno a adquirir é conquistada ao rio, pois a praia-mar das marés vivas banha essa parte, e quando a maré está alta o transito de carros de bois e de pé, que se faz por ahi, fica interrompido, o que não pode continuar a ser, e por causa das reclamações dos carreteiros n'esse sentido, e com justiça. [...]

No espaço Sul da planta, a Exma Camara começou a definir as ruas e regularizar esse espaço e as terras precisam de ser lançadas no terreno que se deseja adquirir e banhado a carmim. [...]

Direi ainda à Ex^{ma} Camara que as terras para o aterro da rua serao provenientes d'entulho adquirido, pois os particulares aproveitarão o local, por a Ex^{ma} Camara não ter camera d'entulho n'outro sitio.

Em conclusão: é de necessidade a construção da rua, pois é grande o transito de carros de Canidello para a Aforada e só se faz por esse sítio e quando a maré permite deixar o terreno a descoberto. Quaisquer outras ruas para o lado do rio, linguetas ou caes dependerão de iniciativas das Repartições para esse fim organizadas. [...]

Gaya, 17 de Junho de 1902»¹⁰²

101. CMVNG, Arquivo Municipal, “Projecto da Afurada a Sampaio - Memoria descriptiva e justificativa”.

102. CMVNG, Arquivo Municipal, “Planta da parte do logar da Aforada, que é precisa ser ligada com a lingueta de S. Paio, onde começa uma estrada municipal (de viação) que vae entroncar com a estrada tambem municipal das terras de Lavadores”, memória descriptiva.

Do lado da Afurada, a via projectada inscreve-se no prolongamento da rua de 27 de Fevereiro, além do chafariz, cujo deslocamento se torna inevitável. Do lado de São Paio, termina na lingueta, a partir de onde é estabelecida a ligação com o alto de São Paio e a estrada de Lavadores. Ao tempo do projecto, o terreno sobre o qual vai ser lançado o arruamento é ainda uma área baixa de terrenos arenosos e de lodo, que a preia-mar das marés vivas cobre regularmente. O traçado da rua projectada avança sobre o rio, permitindo a formação de uma área de quarteirões novos, que fazem a extensão da povoação da Afurada. Os terrenos necessários ao empreendimento são da Câmara e do domínio público (com jurisdição dos serviços hidráulicos do Estado). Como se depreende de certa referência na memória descritiva do projecto, o facto da Câmara não ter sido consultada na delimitação das respectivas parcelas parece indiciar diferenças relativamente à sua exacta demarcação. O projecto deixa apontada a ligação à rua de Abílio de Azevedo, aproveitando um caminho que fazia o seu prolongamento até à beira-rio, depois da bifurcação com a rua de Alves Correia.

Do lado sul da povoação desenvolve-se um segundo pólo, em volta do chafariz, no extremo da rua de 27 de Fevereiro, próximo do fundo do caminho que desce a encosta pela rua Alves Correia. O abastecimento de

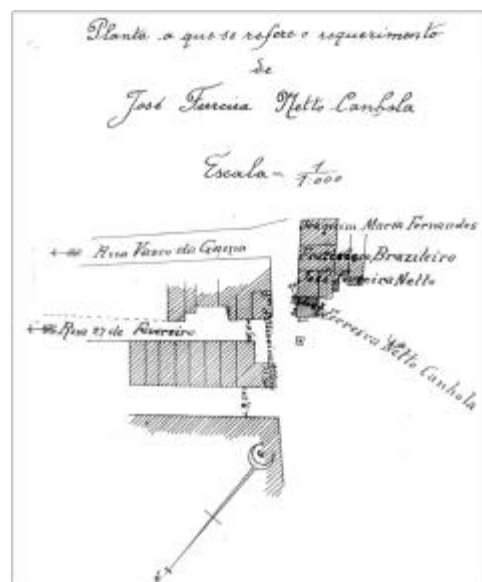


Figura 3-9. Primeira implantação do chafariz, segundo a planta de um processo de requerimento particular, 1896

água à povoação constitui uma das grandes preocupações, desde o início do núcleo piscatório, sendo promovido por particulares e pela autarquia. O projecto de encanamento «que se pretende estabelecer entre a Afurada de Cima e Afurada de Baixo para condução d'água da Fonte d'aquelle primeiro lugar para o segundo» é definido em 26 de Julho de 1881. Contudo, vários outros documentos e actas de sessões da autarquia mostram que o problema do encanamento se arrastou por longos anos, sem uma solução satisfatória.

Por exemplo, na sessão de 21 de Junho de 1894, a Câmara toma conhecimento da iniciativa de habitantes da Aforada, que informam da falta de água em consequência do estado da mina e das canalizações. Um requerimento de 1899 dá uma visão concreta das dificuldades que atingem a população no seu dia-a-dia:

«Os abaixo assignados, proprietarios, negociantes e moradores do logar d’Aforada vem em nome dos habitantes [...] pedir alguns melhoramentos neste logar, visto acharem-se no mais completo abandono, sofrendo todo sem a mínima reclamação. A Aforada como é conhecido de toda a gente, tem feito progresso a alguns annos a esta parte, devido à iniciativa particular, que muito honram quem as promover. Melhoramentos há em que os habitantes foram os sacrificados. [...]

Hà Aforada consome diariamente muitissima quantidade de água, visto a sua labutação; pois a classe piscatória é a que mais concorre para esse consumo porque todos os dias se adoçam rêdes para se não deteriorarem encaseando-as também todas as semanas, mas em vista da falta d’água veêm-se obrigados a irem adoçar as rêdes ás fontes que se acham nas margens do rio Douro a grande distancia causandolhe isso enormes esforços phisicos em vista de estarem martyrisados pelos trabalhops diurno e nocturno.»¹⁰³

Numa sessão camarária de Maio de 1907 ainda continua a merecer atenção o problema do abastecimento de água, com a divulgação de um novo «requerimento de vários moradores do logar d’Aforada, d’esta Villa, representando que a fonte ali existente não fornece água bastante para as necessidades da povoação».

No que se refere ainda ao abastecimento de água, contam-se entre as iniciativas de particulares, nomeadamente, um pedido do visconde de Barreiros que requer licença, na qualidade de proprietário e director da Companhia Carbonífera e Industrial do Pejão, para encanar água da Afurada de Cima, pela estrada, em direcção à fábrica de briquetes que possui na Afurada de Baixo (1892)¹⁰⁴. Já foram referidos, anteriormente outros pedidos de particulares, datados dos anos de 1912 e 1919, que pretendem igualmente a adução de água de propriedades, na Afurada de Cima, para casas situadas respectivamente nas ruas de Abílio de Azevedo e de Vasco da Gama (no extremo sul).

Além do chafariz da Afurada é conhecido o fontenário *de São Paio*, onde é feita a obra de um esgoto, em 1935¹⁰⁵. Situava-se ao fundo do caminho que fazia a passagem da rua Abílio Azevedo ao rio (antes do prolongamento desta rua), seguindo em direcção à lingueta de São Paio. A sua implantação ficava junto da linha de água do rio. No mesmo local foi instalado um tanque. Talvez seja esta a fonte mais antiga, que surge mencionada na primeira metade do século XVII. A sua posição junto da margem do rio inseria-se estrategicamente entre os dois percursos que desciam a encosta: um caminho que procedia do Candal pela Afurada de Cima, e a estrada municipal que ligava o alto da Alumiara à lingueta de São Paio. A fonte dava apoio às gentes que trabalhavam nas actividades de pesca e da apanho do mexoalho, assim como às pessoas que faziam a travessia do rio, a partir da lingueta de São Paio.

Nos primeiros anos de desenvolvimento do bairro, a fonte da povoação surge implantada num pequeno alargamento, ao fundo da rua de 27 de Fevereiro (fig. 3-9¹⁰⁶). No entanto, cedo haverá de ser necessário ajustar a sua colocação, de modo a não impedir a continuação dessa rua para sul. A transferência do chafariz permite continuar a rua de 27 de Fevereiro, fazendo a ligação da Afurada a São Paio, a que já se referiam os projectos dos anos de 1884 e de 1902-1903 (fig.s 6-3, 6-4 e 6-6). A nova posição do fontenário inscrever-se-

103. CMVNG, Arquivo Municipal, Requerimento n.º 399, de 1899.

104. CMVNG, Arquivo Geral, “Servidão d’uma passagem d’água no caminho publico entre os logares da Aforada de Cima e da Aforada de Baixo...”, requerimento de 11 de Fevereiro de 1892.

105. CMVNG, Arquivo Geral, “Planta topográfica indicando o estabelecimento dum esgoto, para o rio Douro, dum fontenário, no lugar da Aforada, desta Vila”, 18 de Novembro de 1935.

106. CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de alienação e cedência, requerimento de José Ferreira Canhola, aprovado em 27 de Agosto de 1896.

á então num espaço livre, alinhado com a banda de casas delimitada pelas ruas de 27 de Fevereiro e de Agostinho Albano (fig. 3-11 e 6-7).

O projecto da estrada nova de ligação entre a Afurada e São Paio, que foi efectivamente concretizado, seguiu uma solução de compromisso, considerando as diferentes soluções apontadas nos projectos de 1884 e 1902/1903: adere à parte de terrenos consolidados, sem avançar sobre o rio. A preocupação com o nível alcançado pela maré cheia e pelas marés vivas, e com as cheias do rio, nomeadamente a de 1909, parece ter colocado um travão aos projectos de expansão do bairro da Afurada nos terrenos baixos, conquistados ao rio por meio de aterros, além da área delimitada pelo esporão. Do lado da povoação, a rua que irá ser lançada toma alguma distância ao limite das propriedades que anteriormente marginavam a linha de água fluvial, viabilizando a regularização de um novo quarteirão, no alinhamento da segunda correnteza de casas e da fonte. A implantação de construções nesta zona assenta numa área de transição para a praia.

Com a abertura da estrada de ligação de São Paio à Afurada tem início a definição de um quarteirão no seguimento da segunda correnteza de casas, do lado sul, para onde é deslocado o chafariz. Nesse espaço amplo realiza-se a feira semanal. No ano de 1933, é acrescentado um pequeno edifício de instalações sanitárias (fig. 3-10¹⁰⁷), que dá apoio a uma população flutuante, que se desloca à Afurada para trabalho e comércio, e serve também a população residente, cujas habitações reduzidas e sobrelotadas muitas vezes não detêm os *cómodos* necessários.

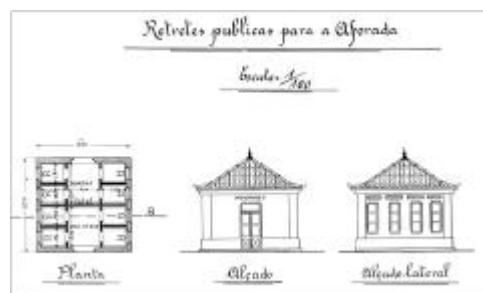


Figura 3-10. "Projecto de retretes públicas para a Aforada, Santa Marinha", 1933

Aliás, o problema de um apoio sanitário às casas de habitação do bairro piscatório e à população que exerce a sua actividade, em relação com a indústria de pesca, parece ser uma constante das preocupações locais, como se depreende de uma relação de melhoramentos pedidos pela junta de freguesia local.

No ano de 1964, todas as juntas de freguesia do concelho de Gaia são chamadas é apresentar uma relação das obras de melhoramentos necessárias nas respectivas áreas. Na lista apresentada por São Pedro da Afurada figura à cabeça o pedido de «construção de uma retrete, a norte da povoação da Afurada de Baixo, onde estava antigamente a barraca dos cabaneiros, cujo estudo e orçamento já está pronto nos serviços técnicos dessa câmara». A lista

107. CMVNG, Arquivo Municipal, "Projecto de retretes públicas para a Aforada, Santa Marinha", elaborado pela 3.ª Repartição Técnica da Câmara. O projecto constitui uma adaptação de um projecto similar, executado para a escarpa da Serra do Pilar.

acrescenta a necessidade de avançar com a obra do mercado novo, a consolidação do sistema de ruas a sul da vila, com a pavimentação da extensão da rua Agostinho Albano, na zona das escolas e do parque infantil, o calcetamento da rua de 27 de Fevereiro, até às retretes, e ainda, a construção de um cemitério paroquial, a demarcação dos limites da freguesia e a sinalização das vias de acesso à Afurada, a partir da ponte da Arrábida¹⁰⁸.

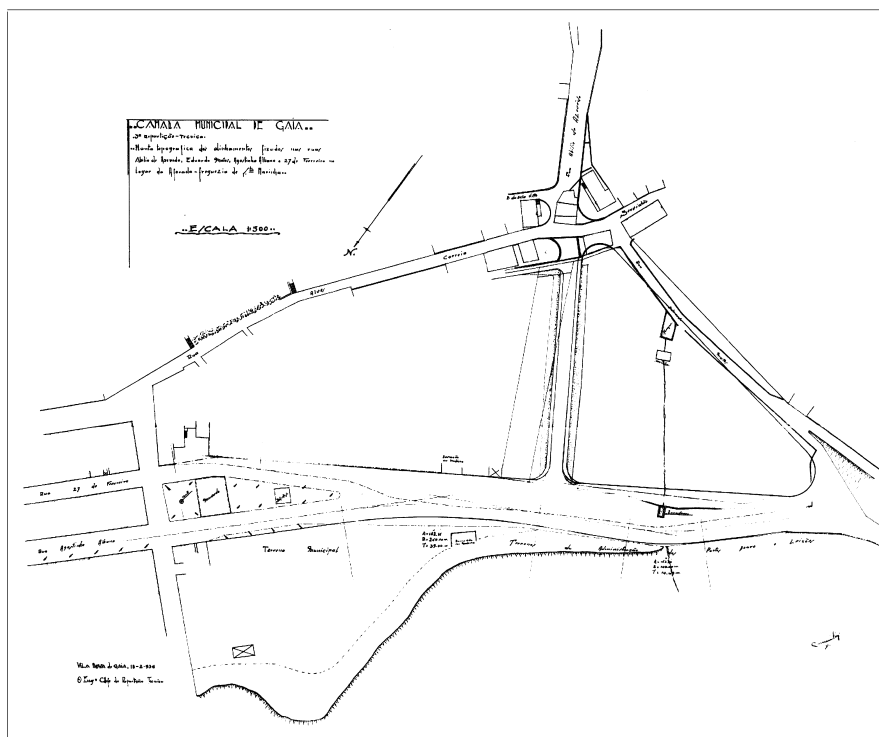


Figura 3-11. "Planta topográfica dos alinhamentos fixados nas ruas Abílio de Azevedo, Eduardo Matos, Agostinho Albano e 27 de Fevereiro no lugar da Aforada - freguesia de S.ª Marinha", 1936

Em 1935, a solução da articulação com as ruas de 27 de Fevereiro e Agostinho Albano com a estrada de São Paio está a ser definida de novo. A Câmara aprova um projecto de alinhamentos de ruas, que se articula com a abertura de uma ligação à rua de Abílio de Azevedo, a partir da frente do rio. Do mesmo modo que a abertura da rua de 27 de Fevereiro, em 1884, tinha suscitado o estudo da primeira ligação a São Paio, é agora a requalificação urbana da rua de Agostinho Albano, que pode ser acompanhada também nos projectos de obras particulares (fig.s 6-8 e 6-9, n.ºs 27, 28, 30 e 31), a suscitar o desenvolvimento da ligação desta rua com a passagem a São Paio. A operação envolve um reordenamento do quarteirão da fonte. Nessa altura, implanta-se o mercado de peixe, inserido entre o chafariz e o largo da feira, onde pontua, entre arvoredo, o pequeno edifício das retrete (fig. 3-11¹⁰⁹). Uma planta relativa à demarcação de terrenos da APDL, sem data, mas

108. CMVNG, Arquivo Municipal, "Relação de melhoramentos pretendidos pela Junta de Freguesia da Afurada", 1964.

109. CMVNG, Arquivo Municipal, 3.ª Repartição Técnica, "Planta topográfica dos alinhamentos fixados nas ruas Abílio de Azevedo, Eduardo Matos, Agostinho Albano e 27 de Fevereiro no lugar da Aforada - freguesia de S.ª Marinha", projecto aprovado em sessão ordinária da Câmara de 31 de Outubro de 1935, desenho datado de 18 de Fevereiro de 1936.

contemporânea das intervenções de 1935/1936, permite conhecer a situação no momento em que está a ser debatida a concretização desse conjunto de obras (fig. 6-7¹¹⁰). Na planta, o posto da Guarda Fiscal surge adossado à capela de São Pedro; nas suas imediações, onde anteriormente se situava o posto, de acordo com os projectos de licença de obras da passagem do século (fig. 3-8), encontra-se notado o sítio *da venda do pescado* (fig. 6-7). Assim, a planta da APDL regista o sítio da venda do pescado, no largo norte da povoação, imediatamente antes da sua passagem para um edifício próprio - o mercado do peixe -, situado no quarteirão da fonte, do lado sul.

Além do reordenamento do quarteirão do chafariz e do mercado, e da sistematização da passagem da Afurada à estrada municipal de São Paio à Alumiara, é aberta em 1936, a ligação da Afurada de Cima à marginal, com o prolongamento a rua de Abílio de Azevedo (fig. 3-12¹¹¹). Esta intervenção envolve a demolição de uma parte das casas do núcleo rural de povoamento ribeirinho mais antigo, que se tinha estabelecido ao fundo do caminho da encosta e já se encontrava assinalado nas cartas do tempo do Cerco do Porto.

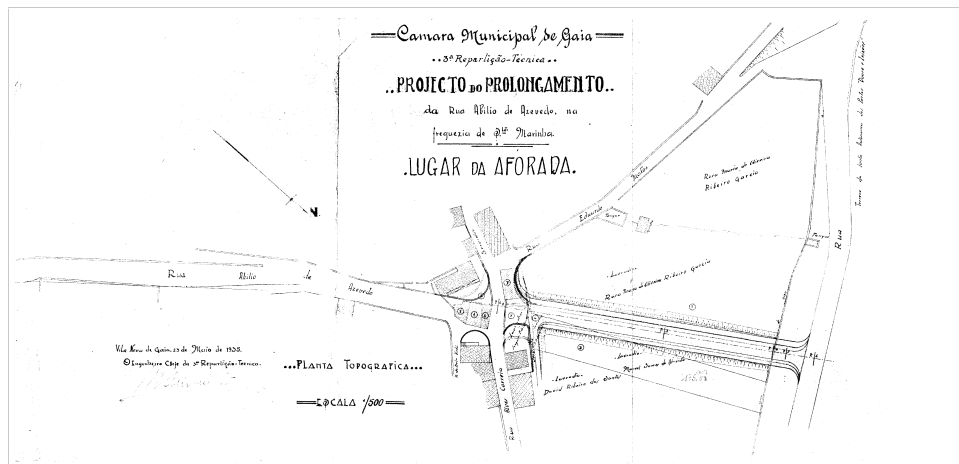


Figura 3-12. "Projecto do prolongamento da Rua Abílio de Azevedo", 1935

A povoação da Afurada teve os arruamentos e espaços urbanos principais *empatelados*¹¹², tal como ainda pode ser observado em fotografias antigas¹¹³. Em 1955, o calcetamento das ruas mais antigas do bairro é refeito na rua de Vasco da Gama e nas *travessas de ligação*, com a substituição do empatelado por calçada de paralelepípedos (fig. 3-21). Pelo contrário, do lado sul do bairro, entretanto ocupado com equipamentos e edifícios de funções públicas, ainda em 1964 os arruamentos não estão pavimentados, como se depreende da relação de melhoramentos pedida pela Junta de Freguesia. A pavimentação a cubos das ruas de Agostinho

110. CMVNG, Arquivo Municipal, "Planta topográfica da Afurada, cópia de uma planta da A.P.D.L."

111. CMVNG, Arquivo Municipal, projecto aprovado em sessão camarária de 31 de Outubro de 1935.

112. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 97,147.

113. Fotografia à saída da velha capela de São Pedro, relativa à cerimónia de inauguração da freguesia canónica da Afurada, em 3 de Fevereiro de 1952, publicada in Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 97. O mesmo material ainda se conserva actualmente em outras obras que resultaram do aproveitamento de terrenos conquistados ao rio, na margem direita, como na plataforma onde se implanta a capela de São Miguel-o-Anjo, a casa dos pilotos e o Marégrafo, na Foz do Douro.

Albano e 27 de Fevereiro avança a partir de 1965. As ligações a sul, na zona da escola e do mercado antigo são concluídas no ano seguinte¹¹⁴.

3.3 A estrutura da povoação

A observação da malha da Afurada permite concluir que nela se destacam várias posições e lugares principais que polariz(av)am a vida urbana. As primeiras ruas, anteriores ao lançamento da retícula, são ruas sinuosas e estreitas que se adaptam à morfologia do terreno, considerando a natureza do espaço físico, as imposições decorrentes do parcelamento dos terrenos privados e a direcção dos percursos (fig.s 3-13 a 3-16).

A retícula do bairro novo é definida por três *ruas direitas* (fig.s 3-17-3-19), tendo como eixo principal a rua mais interior, que define a orientação da malha, frente a um assento mais antigo, formado em terrenos particulares do lado nascente. O lançamento da primeira rua do novo bairro determina uma ligeira torção da malha, relativamente ao alinhamento das casas já implantadas no sítio da Afurada. A nova orientação, desenvolvida num eixo orientado a nordeste-sudoeste, favorece um pouco mais a insolação das fachadas voltadas ao rio, que a orientação definida anteriormente. Sobretudo, a posição da malha defende as ruas direitas de uma exposição em demasia aos ventos dominantes, revelando senso e um saber antigo de evitar o encanamento de ventos nas ruas principais, que se acentua na distribuição pelas ruas travessas.

A diferença de orientação da primeira rua aberta (a rua da Afurada, depois rua de Vasco da Gama) permite além disso abrir uma frente regular de casas dos dois lados do arruamento, sobrepondo-se com ajustamentos nos sítios em que já existem edificações. Do lado nascente, os lotes adaptam-se a um parcelamento pré-existente e provavelmente já ocupado, ou resultam do avanço desses lotes mais recuados, como pode ser comprovado no requerimento de obras de António Organista, de 1884 (fig. 3-3). Esta rua é a mais larga (fig. 3-18); é aquela onde se situam algumas das casas que dispõem de uma área de lote maior e denotam um alçado mais qualificado. Essas casas localizam-se principalmente no extremo norte, mais próximo do rio. A rua do meio é a mais estreita, em resultado de um aumento de profundidade dos quarteirões primitivos (fig. 3-19). Para o terceiro arruamento é reservada uma dimensão semelhante à do primeiro, mas este facto não lhe confere, à partida, a mesma importância (fig. 3-17). Durante décadas, esta zona do bairro permanece como área de barracões que servem para guardar os aprestos, e ainda lojas e armazéns, apenas esparsamente entremeados de pequenas casas de habitação.

Por exemplo, em 1923, Augusto Soares de Almeida, que se identifica como proprietário morador na rua Cândido dos Reis, no Porto, requer licença para a reconstrução de uns armazéns grandes que ocupam os lotes largos do extremo sul da rua de Agostinho Albano, no encontro com a rua ainda identificada como rua *do Chafariz*¹¹⁵. Em 1934, é a vez de Bernardo Soares de Almeida, proprietário e figura grada local, ligada à comissão administrativa do tempo da fundação da capela, requerer licença para reconstruir uns prédios que arderam. Como esclarece no pedido, esses prédios, situados nas ruas de Agostinho Albano e Costa Goldofim, «não se destinam a habitação mas sim a armazéns de sal e outros artigos de pesca, próprios e adequados a bairros onde se explora esta indústria» (fig. 6.7, n.º 27)¹¹⁶. Uma planta de cerca de 1935, que refere os terrenos pertencentes à Administração dos Portos do

114. CMVNG, Arquivo Municipal, "Pavimentação a cubos das ruas de Agostinho Albano e 27 de Fevereiro", contrato das obras de 2 de Setembro de 1966.

115. CMVNG, Arquivo Municipal, requerimento datado de 10 de Maio de 1923. O estado das folhas do projecto não permite a sua reprodução.

Douro e Leixões, contém anotações à mão que confirmam, para a mesma zona, a presença de uma significativa área de terrenos particulares ocupados com armazéns (fig. 6-7).

O sistema de ruas longas e casas sem logradouros transporta uma parte das funções do habitar para a frente das casas e para o espaço urbano público e comum. Ainda actualmente pode observar-se a colocação de estendais móveis às portas de casa e de calçado e roupas da actividade profissional deixadas à entrada, para secar e para não sujar o interior da habitação. O espaço das ruas adquire um sentido convivial público, de encontro e de passeio.

Além das ruas direitas, a retícula é composta por duas ruas travessas: uma rua transversal ao centro, outra ao fundo da malha, do lado sul. As ruas travessas organizam a circulação principal das pessoas, que das suas casas confluem em direcção à margem do rio. Esta dupla definição axial transversal é um dos traços mais visíveis da marca de uma primeira ocupação mais antiga do lugar povoado em linha, no sopé da encosta, e dos dois pontos de chegada à praia, onde havia uma pequena enseada. De modo diferente, as duas ruas travessas são delimitadas visualmente e delimitam, tomando a qualidade de conformarem um espaço urbano de progressivo confinamento. A travessa central é rematada ao fundo, contra a encosta, por meio de um lote edificado (fig. 3-20). A passagem aos caminhos do monte não é visível no seu enfiamento. A sul, a travessa que remata os quarteirões fecha a passagem da rua principal da Afurada em direcção a São Paio. O enquadramento das edificações, ao fundo dessa rua, permanece desde o início da ocupação da Afurada de Baixo. Neste ponto articula-se a rua da encosta, mas o seu enfiamento não é visível a partir da rua de Vasco da Gama. Este confinamento visual dá aos espaços de circulação, sejam os das ruas longas, sejam os espaços das travessas, uma qualidade progressivamente local, que tende a reduzir o sentido de movimento e de circulação do lado da encosta.

A hierarquia das ruas encontra-se evidenciada no projecto de pavimentação das ruas de Vasco da Gama e travessas de ligação, em particular no que se refere à determinação das ruas que serão pavimentadas de novo (inclusivé apenas parcialmente) e à definição de passeios e da sua largura (fig. 3-21). A memória descritiva do projecto refere o «intuito de melhorar os pavimentos das ruas Vasco da Gama e suas transversais, integradas no populoso Bairro da Afurada»¹¹⁷.

A extensão de praia e de terrenos arenosos da marginal do rio, e a sua sequência no cais e ancoradouro, do lado nordeste, apresentam uma espécie de contraponto ao que constitui um lugar habitado, na forma de povoação arruada: uma disposição *em linha* da diversidade das funções e lugares da pesca e da navegação. Acresce ainda o facto dos quarteirões da frente do rio estarem ocupados com funções ligadas a actividades da indústria das pescas, implicando uma circulação no interior das parcelas e mesmo o atravessamento da área.

116. CMVNG, Arquivo Municipal, requerimento datado de 6 de Agosto de 1934.

117. CMVNG, Arquivo Municipal, "Pavimentação da rua Vasco da Gama e travessas de ligação", 15 de Abril de 1955.



Figura 3-13. Rua de Alves Correia



Figura 3-14. Rua da Bela Vista



Figura 3-15. Rua da Creche



Figura 3-16. Rua da Creche



Figura 3-17. Rua de Agostinho Albano



Figura 3-18. Rua de Vasco da Gama



Figura 3-19. Rua de 27 de Fevereiro

Figura 3-20. Rua de Costa Goldofim

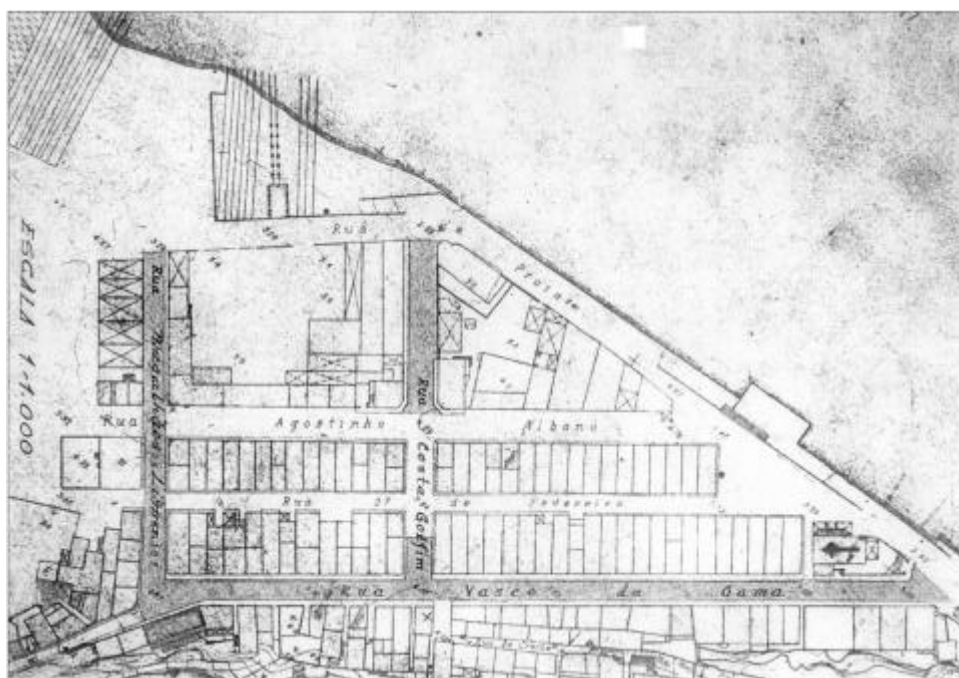


Figura 3-21. Pavimentação da rua de Vasco da Gama e das travessas de ligação, 1955

Assim, o espaço irregular daqueles quarteirões estabelece uma interface porosa entre o sítio urbano, correspondente às correntezas de casas de habitação, e a margem do rio. Estes quarteirões não se apresentavam voltados ao rio claramente ordenados numa frente fluvial. Numa planta de cerca de 1935 (fig. 6-7), a rua do cais, que delimita esses quarteirões junto do rio, é ainda uma rua estreita e local, de "traseiras". O desenho de uma avenida marginal, elaborado no início da década de cinquenta (em 1942) confirma este entendimento, pois faz passar o traçado do novo arruamento projectado pela rua de Agostinho Albano, e não

pela margem dos cais e do estaleiro (fig. 6-10). No conjunto da malha urbana, essa rua e a transversal central adquirem uma importância crescente nos anos trinta, com as intervenções nos lotes de gaveto e limítrofes do seu cruzamento (fig. 6-8 e 6-9, n.ºs 27, 28 e 31). A transferência da sede da Guarda Fiscal, em 1946, para o gaveto, no extremo da rua, frente ao cais, acrescenta o princípio de uma integração urbana dos quarteirões com armazéns e barracões do cais. A posição axial deste edifício pontua a linha da frente ribeirinha, na afirmação de um novo centro da povoação, associado às actividades da indústria piscatória.

No extremo nordeste, no topo da linha mais extensa de quarteirões, situa-se um pequeno largo que se abre directamente ao rio, dada a implantação oblíqua da retícula. Este largo, assinalado como espaço arborizado, desde os alvares do século XIX, é o sítio escolhido para a implantação da primeira capela da povoação, cuja construção está a ser iniciada por volta de 1894. As obras terão avançado devagar, mas em 1903 já se encontram em fase de conclusão com o arranjo do adro, que é definido num plano sobreelevado de cerca de um metro, relativamente à rua de Vasco da Gama, fazendo-se o acesso por uma escada e um portão. Na mesma altura é pedida licença para a construção de um alpendre à entrada da capela¹¹⁸.

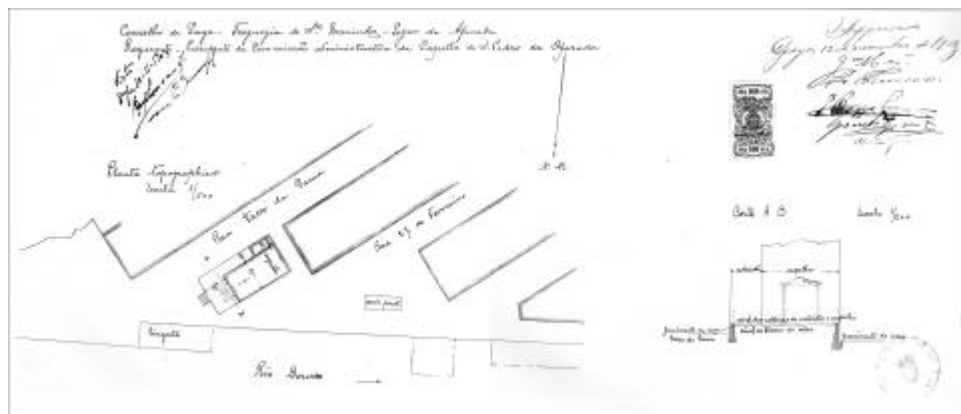


Figura 3-22. Capela de São Pedro, projecto de regularização do adro e construção de um alpendre, 1903

A implantação da capela, neste largo, definiu o lugar central da Afurada. A licença de construção é concedida pela Repartição das Obras Hidráulicas, que detém a jurisdição sobre a área de terrenos de aterro conquistada ao rio, que pertence ao domínio público. O sítio entesta o sistema da retícula num dos extremos, abrindo-se na sua frente longa ao molhe velho com o embarcadouro. A posição da capela neste lugar não é significativa apenas relativamente à estrutura urbana da povoação. A implantação junto do cais e do rio consagra uma posição signficante, em relação com as actividades do mar, da pesca e da navegação. Com a sua presença no meio da comunidade, o Senhor e o Santo estão entre as gentes do mar e as famílias, partilham a sua vida e abençoam a faina. À semelhança de outras capelas e igrejas da margem do Douro de lugares de mareantes,

118. CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de licenciamento de obras, requerimento de Bernardo Soares de Almeida, na qualidade de presidente da Comissão Administrativa da capela de São Pedro da Afurada, datado de 7 de Novembro de 1903.

que voltam a capela-mor ao rio e ao mar, como a igreja de São João da Foz e de Massarelos, também a capela da Afurada marcava essa posição de proximidade e de relação imediata, encabeçando a malha edificada, no limiar da terra e na interface com o mar. (Aliás o lugar veio a revelar-se fatal nas cheias de 1909, quando a capela foi directamente abalroada por uma embarcação desgovernada.)

O lugar da capela articula-se com a ocupação mais antiga em que se alinhavam, a nascente, um conjunto de edifícios alongados, onde se incluíam armazéns, a fábrica de guano, mais tarde fábrica de mica, um forno e armazém de cal. Esta ocupação relacionava-se com a navegação e a indústria, mas não com a agricultura. Nessa ponta era feita a passagem aos lugares de indústria do Ouro e de Massarelos, do outro lado do rio, e ao núcleo de fábricas e de armazéns de vale de Piedade, do outro lado do monte. No final do século XIX, o lugar central da Afurada acolhe um primeiro edifício da alfândega e guarda fiscal. O posto implanta-se no espaço contíguo que entesta a rua de 27 de Fevereiro, onde é feita a venda do pescado; mais tarde passará a estar adossado à parede norte da capela. O estabelecimento de um «kiosque para a venda de tabacos e refrigerantes» nesse largo, para o qual é pedida uma licença camarária em 1934¹¹⁹ completa o conjunto de funções presentes na sequência de espaços públicos do lado norte do bairro.

Em certa medida, a implantação da capela de São Pedro, no extremo norte da povoação, consagra a definição do centro da povoação da Afurada, de costas voltadas a São Paio e Santo André de Canidelo, que eram os lugares de relação do antigo assento povoado, por via da sua origem agrícola. Na memória local permaneceu a recordação de que a escolha do sítio da primeira capela não foi pacífica. Na altura, as distintas comunidades de imigração (de Espinho, Ovar e Murtosa) teriam apresentado, enquanto tal, três petições diferentes para a construção da primeira igreja, que divergiam relativamente ao lugar onde aquela devia ficar implantada¹²⁰. O facto de ter havido essas diferenças sugere que as comunidades ainda não se encontravam perfeitamente integradas localmente, corroborando a ideia de um momento de imigração recente, em primeira geração. Talvez se encontrassem “acantonadas” em diferentes sectores da povoação, segundo laços familiares e comunitários dos lugares de origem, porventura com um estatuto social diferente que, a ser conhecido, poderia explicar a distribuição da ocupação no espaço urbano. Essas comunidades procurariam então fazer valer a importância relativa de cada uma, para trazer a capela para as suas imediações. Na última década do século XIX ainda se afigura difícil reunir os meios de financiamento da obra da capela, como recorda o P.^e Joaquim de Araújo. Este facto confirma a data recente do movimento de imigração da população, já que pouco mais de uma década depois, quando da grande cheia de 1909 que arrasta um navio contra as paredes da capela, destruindo-a parcialmente, as verbas necessárias à reconstrução são reunidas com menor dificuldade. A melhoria da condição económica da comunidade piscatória, que tem reflexos numa progressiva diferenciação social, pode ser acompanhada através dos processos de licenciamento de obras. Observa-se a renovação de pedidos para

119. CMVNG, Arquivo Municipal, requerimento de Artur Tavares Augusto Correia, da rua Agostinho Albano, datado de 20 de Junho de 1934.

120. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 21.

uma mesma parcela, com o segundo projecto a merecer uma maior qualificação arquitectónica, a nível da volumetria dos pisos de habitação e do tratamento do alçado (fig. 6-9, n.ºs 3/ 21, 16/ 25, respectivamente dos anos de 1895/ 1910 e 1908/ 1918). Sobretudo, as alterações mais frequentes correspondem à ampliação de

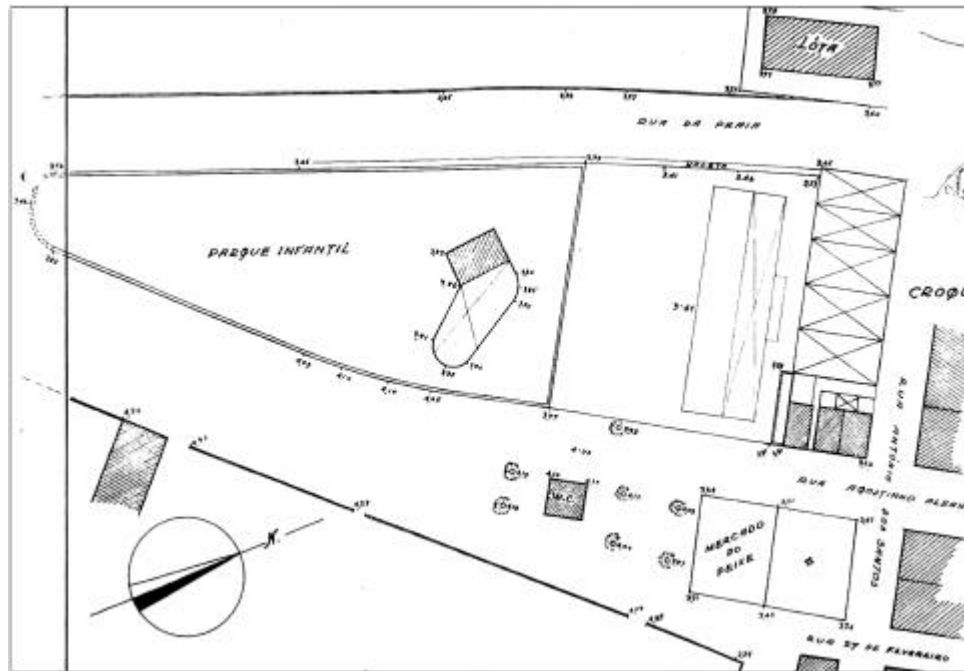


Figura 3-23. Implantação da escola primária: planta topográfica relativa aos terrenos a ceder pela APDL à autarquia, 1959

um piso de habitação, com a reforma geral dos alçados, e à construção de casas maiores, nos gavetos, e armazéns com um tratamento cuidado da fachada.

No extremo sul da povoação, ao fundo do casario que avança sobre o areal, desenvolve-se um segundo pólo de equipamentos locais e espaços públicos, nos espaços que permanecem livres ao longo do século XIX e, em parte, do século XX. Este é o ponto de ligação mais favorável com as comunidades do interior rural do concelho de Gaia. A presença do chafariz deste lado, num espaço livre arborizado, marca o início de uma ocupação que vai alargar-se ao terreiro da feira, ao estabelecimento do pequeno pavilhão das retretes, atraindo finalmente o mercado do peixe, que abandona a sua posição no extremo norte da povoação, junto do embarcadouro. Os projectos de 1935/1936 já inscrevem o seu sítio no terreno contíguo à plataforma do chafariz. Em 1952, instala-se nas imediações o pavilhão da Lota. A partir de 1959, inicia-se a construção do edifício da escola primária, realizado no âmbito do Plano dos Centenários. A construção de um novo edifício de mercado decorre a partir de 1976, segundo projecto de Manuel Fernandes de Sá (o anteprojecto, da autoria de Fernando Lobato, data de 1971).



Figura 3-24. Afurada, do lado norte



Figura 3-25. Largo de São Pedro



Figura 3-26. Rua de Costa Goldofim, cais



Figura 3-27. A praia a sul do molhe



Figura 3-28. Afurada do lado sul



Figura 3-29. O molhe na parte central

Na planta de implantação da escola, construída ao abrigo do plano dos Centenários, ainda se encontra notada a posição do antigo mercado do peixe e das instalações sanitárias, bem como da fonte num terreiro com arvoredos (fig. 3-23). A edificação do novo edifício de mercado, em 1976, é acompanhada de um reordenamento do espaço público da zona. A concretização da obra implica o desaparecimento do parque infantil que se situava no terreno para onde é projectado o mercado e o edifício da Junta de Freguesia. As áreas libertadas com a demolição do antigo mercado e das instalações sanitárias não serão ocupadas, permanecendo como reserva de espaço público amplo. A construção da sede da Junta de Freguesia e do Centro de Dia, decorre nos anos de 1983-1985, inserindo-se o edifício entre o mercado e a escola, com uma

pequena praça anteposta. A conjugação destes equipamentos reforça o sentido de uma polaridade alternativa ao centro inicial, situado no outro extremo do bairro, e ao centro da vida económica local, que gravita sobre o eixo transversal central da malha urbana - a rua de Costa Goldofim -, em relação com o cais e o molhe novo. Em 1969, com o largo norte esvaziado do seu elemento de referência mais importante - a capela de São Pedro - e reduzido a uma pequena praça com a estátua do santo, em sinal de memória da antiga consagração religiosa, a atenção volta-se ao lado sul da povoação baixa, que surge como área de expansão urbana possível e como espaço de centralidade nova da vila da Afurada.

4 Referentes de identidade da povoação

4.1 A acção dos fundadores, a primeira capela e as instituições de solidariedade

A fundação da primeira capela da povoação marca o momento de afirmação da identidade da comunidade piscatória, enunciado duplamente em relação com as suas origens, através de diferentes petições apresentadas à Diocese do Porto (segundo a origem das diferentes comunidades imigradas), e relativamente às outras populações ribeirinhas, que habitam o estuário do rio. A decisão pela veneração de São Pedro marca a autonomia da comunidade e a diferença do novo assento, já que, até então, as duas margens compartiam o culto de São João Baptista, que era propriamente o orago da freguesia da Foz. A construção da primeira capela decorre entre os anos de 1894 e de 1906, data em que surge o registo de missa. No ano seguinte, é doada uma nova imagem de São Pedro que substitui a primeira existente. Em 1908, quando a capela é dada por concluída, realiza-se a primeira festa.

A origem da nova imagem, em tamanho «quase natural» reveste-se de um interesse particular. Como relata o P.^e J. de Araújo¹²¹, a doação fica a dever-se a um industrial que possuía uma fábrica de moagem na rua da Restauração e tinha arrematado o recheio de uma capela desafecta ao culto, que integrava a quinta de Vale de Amores. Dadas as relações de vizinhança com o convento de Santo António, é bem possível que a imagem fizesse parte do património daquele convento, pois sabe-se que havia aí muitas figuras de vulto:

A cerca era pobre em rendimentos, mas muito abundante em recreios – jardins, bosques, passeios, fontes, lagos, etc.; mas o que mais sobressahia n’ella, e que muito attrahia as vistas e a attenção dos visitantes, eram as muitas figuras em vulto, que se viam em toda ella; umas collocadas em galerias, outras metidas em grutas de differentes dimensões, e algumas também isoladas, e todas representavam factos da Escripura Sagrada; assim como os factos salientes da vida de sus Patriarchas Santo António e São Francisco, e de mutios daquelles Varões que nos primeiros seculos da Igreja auctorisaram com a palavra e com a austeridade de seus costumes, e até sellaram com o proprio sangue a Santidade do Dogma Catholico.¹²²⁶

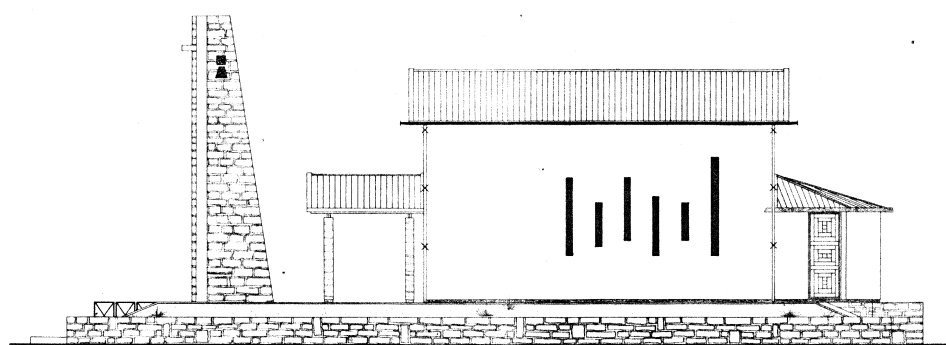
A boa qualidade da imagem abona a favor da hipótese de uma dispersão do património da instituição monástica, precipitada com o incêndio que destruiu o conjunto em 1832, provocado pelos Liberais, no decurso do Cerco do Porto, e a extinção das ordens religiosas que se seguiu brevemente.

A imagem doada substitui a primeira, ficando ao culto até 1925. Contudo, a população decide nesse ano retomar a figura inicial como figura de devoção principal, remetendo a segunda imagem para a sacristia, onde irá permanecer transmutada em São Paulo. Apenas sai nas festas, tomando nessa altura a sua verdadeira invocação. Quando da demolição da primitiva capela, em 1969, esta imagem irá servir de modelo para a estátua de São Pedro, colocada na praca reformulada em 1969, depois da demolição da capela velha.

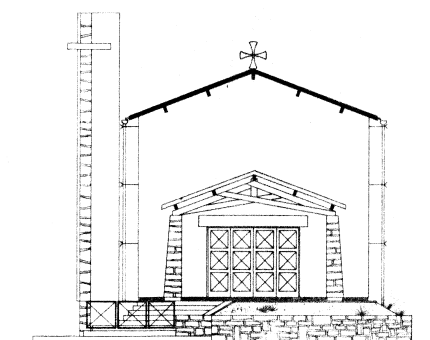
A demolição da primeira capela da Afurada constitui o desfecho dum longo processo de resistência da população local que, inconformada com a solução encontrada para a nova igreja, procurou por todos os meios

121. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 28-29.

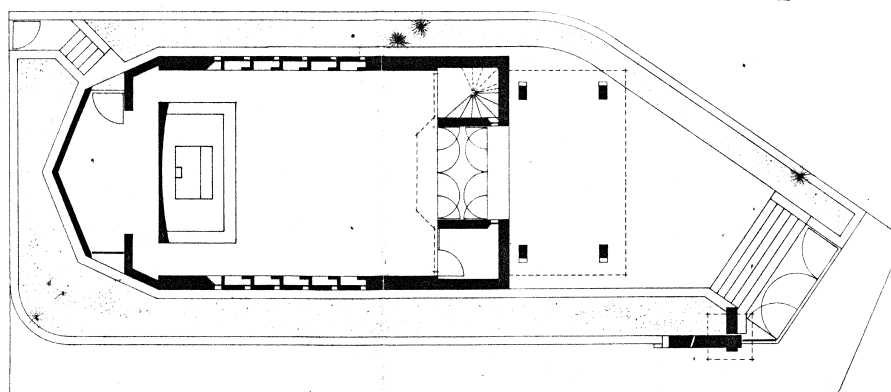
122. Santos, “Aditamento”, in D’Azevedo, *Descrição topographica...*, 1995 : 45-46.



ALÇADO NORTE escala 1:100



ALÇADO NASCENTE



PLANTA escala 1:100

Figura 4-1. Fernando Seara, projecto de reconstrução da capela de São Pedro, 1963

evitar o encerramento ao culto da primitiva edificação religiosa, implantada junto do casario da baixa. Em 1963 dá entrada um novo projecto para a capela velha, assinado pelo autor do projecto da nova igreja (fig. 4-1). O projecto previa a reconstrução e ampliação da construção existente, recriando a memória da antiga edificação, na definição duma implantação sobrelevada e na anteposição dum alpendre na fachada.

O projecto de reconstrução da capela velha corresponde a uma tentativa de reposição do culto na primitiva edificação sediada entre as casas da povoação. Na memória descritiva há uma breve alusão aos problemas que a recepção da obra da igreja nova levantava junto da comunidade local. Contudo, o projecto da capela não se afasta - e mesmo em certa medida retoma -, alguns dos pressupostos arquitecturais que já tinham informado a primeira obra, atribuída, pelo menos em parte, ao mesmo autor:

«Procuramos uma renovação da velha capela compatível com a sua posição geográfica, atendendo ainda a razões de ordem económica e psicológica.

Assim, mantendo as linhas gerais da construção existente, procuramos um conjunto harmónico que exprimissem numa linguagem simples, a verdade e pureza próprias de uma arquitectura autêntica, sem decorações nem simbolismos.

No exterior da capela, todo branco, salienta-se apenas os rasgos verticais de iluminação

Esperamos que a torre formada por duas paredes, uma em pedra rustica, outra rebocada a branco, possa apontar enérgicamente a presença de Deus ao homem mergulhado nas preocupações terrestres.

O acesso à capela é feito através de um largo adro exterior coberto, que nos conduz ao guarda-vento; segue-se a pequena nave com nichos laterais, iluminados indirectamente, destinados às imagens existentes.»¹²³

No ano seguinte à apresentação do projecto, há uma deliberação camarária que autoriza obras de reparação do edifício existente. No entanto, a decisão final sobre o andamento do processo é de indeferimento, considerando a exiguidade do sítio e a proximidade da margem ribeirinha que deixa a edificação exposta às cheias do rio.

«Não parece, em princípio, de aceitar a reconstrução da Capela, no local, por demasiado acanhado e comprometido. Por outro lado, a proximidade do rio e a localização do terreno na confluência das ruas Vasco da Gama e de 27 de Fevereiro, pareceram a este Gabinete, de aconselhar uma outra solução de aproveitamento do terreno que não a do levantamento de qualquer tipo de construção.»¹²⁴

Além da capela, data dos primeiros tempos de formação da povoação da Afurada a criação de duas instituições que traduzem o sentido solidário da comunidade: a creche (1893-1948)¹²⁵ e a organização de um sistema de salva-vidas¹²⁶, que se instala em casa própria junto do rio, a partir de 1914 (o serviço é extinto em 1962). A creche ocupa um edifício próprio, implantado nuns terrenos de monte que integravam a antiga *quinta do Aveiro*, notada na planta de empraçamento de meados do século XIX.

O terreno para a creche é cedido por João Andressen, que entretanto detinha a propriedade assinalada na planta de meados do século XIX. A fundação da creche, que integrou a associação de creches da freguesia de Santa Marinha e foi inaugurada em 14 de Julho de 1893, ficou a dever-se à necessidade de dar apoio a numerosas famílias da povoação, na sequência dum trágico desastre marítimo que tirou a vida a pescadores e arrais, deixando viúvas e orfãos sem quaisquer meios de subsistência e obrigadas a entrar no mercado de trabalho. A data em que ocorreu aquele desastre ficou consagrada na toponímia local, no nome da segunda rua do bairro.

Nos primeiros tempos de formação da povoação nota-se o sentido comunitário e de solidariedade que congrega a comunidade piscatória, inclusivamente no modo como se manifestam as pessoas através da expressão escrita, por exemplo quando fazem a designação da povoação como bairro, nos requerimentos dirigidos à Autarquia, e, nos primeiros anos da República, como subscrevem os pedidos, que terminam com a fórmula *Saúde e Fraternidade*.

4.2 A obra do Estado Novo

Em resultado da acção do Estado corporativo, no desenvolvimento de uma política de fomento das pescas e de transportes marítimos registam-se transformações importantes na Afurada, a partir dos anos quarenta do

123. CMVNG, Arquivo Municipal, projecto de reconstrução da capela de São Pedro, datado de 17 de Setembro de 1963.

124. CMVNG, Arquivo Municipal, parecer do Gabinete de Urbanização, datado de 4 de Julho de 1967.

125. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 14.

126. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 32 e seg.s.

século XX. Data do início da década (1942), um projecto de intervenção global no rio Douro, representado numa planta intitulada "esquema de traçado de uma avenida a construir na margem esquerda do rio Douro a jusante da ponte de D. Luiz I" (fig.s 4-2 e 6-10). O projecto poderá ser entendido como uma tentativa de repor a competitividade do porto do Douro, frente às intervenções recentes que vinham introduzindo melhoramentos no porto de Leixões, desde 1933, visando a sua transformação no principal porto de mar e de pescas do norte de Portugal. Além da avenida marginal e de uma nova ponte de atravessamento do rio, no estreito do monte da Furada/ Arrábida, o projecto previa a regularização da entrada da barra e do curso final do rio, e a edificação de uma sucessão de docas, distribuídas pelas duas margens, até ao centro do Porto e de Vila Nova de Gaia. Na Afurada, o projecto seguia com o traçado de uma avenida marginal que rematava, frente a São Paio, num porto de pesca e estaleiros navais, cujos molhes de protecção avançavam até meio do rio, retomando aproximadamente o alinhamento do Areinho e do antigo esporão. Embora não estivesse contemplado no projecto, a edificação desses molhes equivaleria à conquista de uma significativa área ao leito do rio, que poderia ser libertada para ocupação edificada, permitindo a expansão da povoação da Afurada. O projecto não teve exequibilidade prática. No entanto, o seu sentido confere o enquadramento mais alargado, em que se inscrevem as intervenções do regime que concretizam uma política de fomento das pescas, a nível local da Afurada.

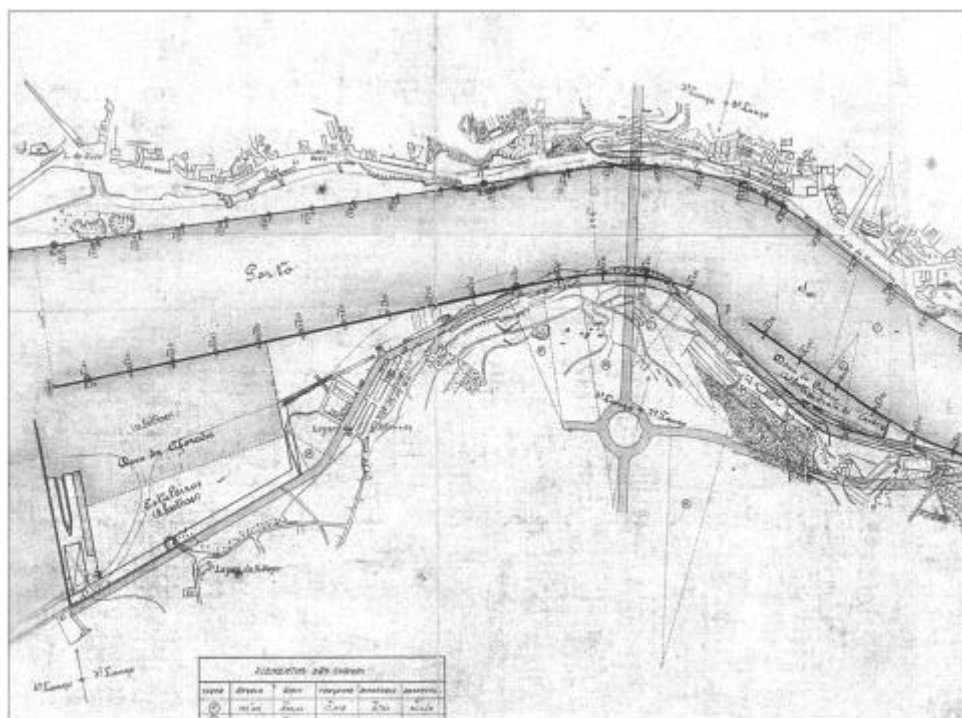


Figura 4-2. "Esquema de traçado de uma avenida a construir na margem esquerda do rio Douro a jusante da ponte de D. Luiz I", projecto de 1942

Em 1938, o estado corporativo institui a Junta das Casas dos Pescadores e promove a fundação de delegações locais nos centros piscatórios mais importantes¹²⁷. No Porto, a casa dos Pescadores é sediada na Afurada, assumindo a povoação a função de porto de mar e centro das actividades de pesca da região. Outras secções são fundadas na Aguda e em Espinho, Valbom e Lordelo do Ouro.

A formação local da Casa dos Pescadores tem interesse, do ponto de vista da acção do Estado corporativo junto da comunidade dos pescadores e das suas famílias. Na Afurada, o incitamento à constituição da associação partiu dum cidadão (não pescador) que da varanda de sua casa lançou a ideia aos pescadores reunidos ao ar livre¹²⁸. Mais tarde, a presidência da Casa dos Pescadores é atribuída ao chefe do Departamento Marítimo dos Portos do Douro e Leixões que é, neste caso, por inerência de cargo, o Capitão do Porto do Douro¹²⁹. Segundo Fernando Rosas, a constituição das casas do povo e das casas dos pescadores teria como propósito «uma redução administrativa da conflitualidade social», «promovendo o enlace orgânico de assalariados e patrões», ao mesmo tempo que era imposta a proibição de constituição de sindicatos de assalariados¹³⁰. No caso das casas de pescadores, entregues às autoridades portuárias, as associações locais funcionariam como «instrumentos da política salarial e laboral do patronato, de enquadramento político-ideológico da massa...piscatória e de uma embrionária e paternalística assistência social para os seus associados.»¹³¹ Acrescenta este autor, citando Fátima Patriarca, em tese de doutoramento inédita, que o papel de “defesa dos trabalhadores”, junto do patronato, foi assumido frequentemente, pela Subsecretaria de Estado das Corporações e pelo Instituto Nacional do trabalho e Previdência, mas também, em especial, por sectores de formação social-católica. Provavelmente, será este o quadro em que se desenrola a acção na Afurada, considerando a acção preponderante do pároco da freguesia - já antes da constituição da paróquia era capelão - na defesa das actividades e na promoção da vida das comunidades locais.

A construção da Casa dos Pescadores da Afurada decorre nos anos de 1946/47, segundo projecto de Camilo Paiva Soares (fig. 4-4). O edifício aproveita uma construção antiga, notada na planta de aforamento da primeira metade do século XIX, no limite de uma propriedade que se estende pela encosta até ao alto. Situava-se essa edificação à ilharga do caminho da creche que subia o monte, em direcção a nascente, ao lugar do Cavaco. Do outro lado do caminho, no sítio onde e ergue actualmente a casa mortuária, existiu anteriormente um conjunto de edificações, que já aparece assinalado nas plantas do tempo do Cerco do Porto, embora não tivesse sido apontado na mesma planta de empraçamento. A confirmar-se essa ocupação antiga, então o conjunto de construções poderia corresponder aproximadamente ao Lazareto (fig. 4-3).

Com a implantação do bairro de pescadores nos terrenos da mesma quinta e a abertura da rua ingreme que une os lugares de cota alta e a baixa da povoação, bem assim como a localização próxima da nova igreja, o sítio da Casa dos Pescadores torna-se um lugar central, na encruzilhada de percursos que lançam a ocupação do monte sobranceiro à povoação ribeirinha. Contudo, o acentuado declive da encosta dificultou a formação de um espaço público, associada às funções públicas aí concentradas.

O edifício da casa dos Pescadores assenta numa plataforma em terraço, a meia encosta, voltando-se numa exposição privilegiada ao rio. O desnível acentuado do terreno permitiu a ocupação inferior com uns pisos “baixos”. Ao nível da entrada principal, desenvolve-se num único piso em “L”, que encerra um pátio

127. As Casas dos Pescadores detinham competências no plano da assistência médica e social aos seus associados, os pescadores e as suas famílias. A assistência social constava da concessão de pensão de viuvez, subsídio por morte, nascimento e casamento, e subsídio de doença, requeridos e sujeitos a uma apreciação caso a caso.

128. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 60.

129. Araújo, *História da Afurada*, 199 : 60.

130. F. Rosas, “As grandes linhas da evolução institucional”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. F. Rosas, vol. XII da *Nova História de Portugal*, dir. J. Serrão e A.H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1992) : 136.

131. Rosas, “As grandes linhas...”, in *Portugal e o Estado Novo...*, 1992 : 136.

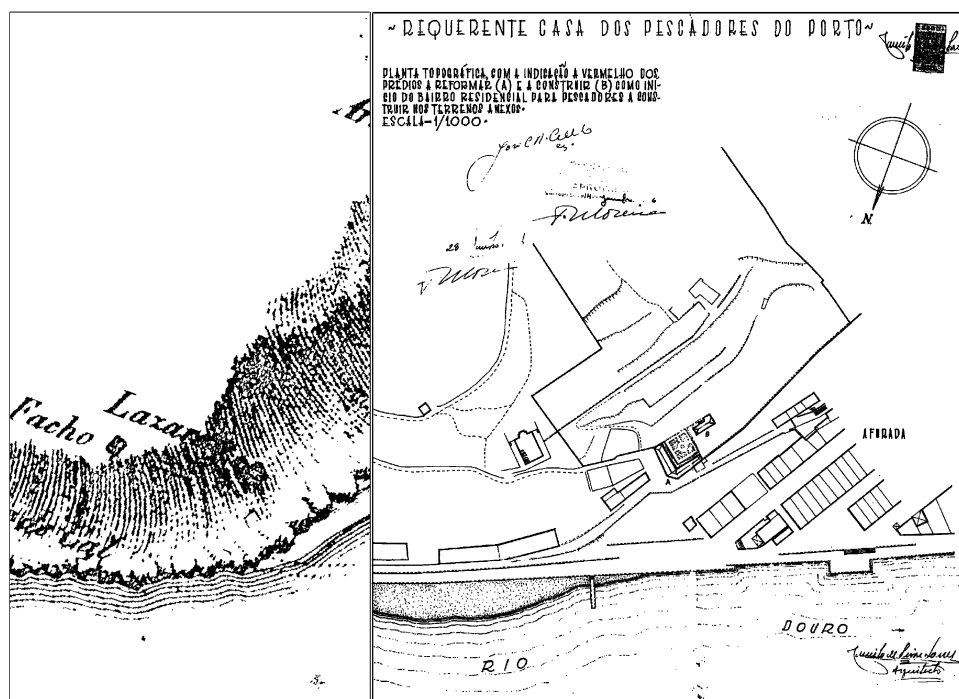


Figura 4-3. "Planta da Foz do Douro até Quebrantões...", 1820 (excerto). "Planta topográfica com a indicação dos prédios a reformar (A) e a construir (B) como início do bairro residencial para pescadores a construir nos terrenos anexos", projecto da Casa dos Pescadores, 1946

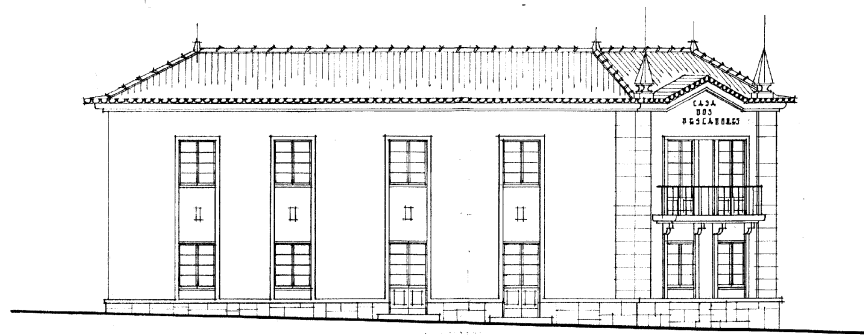
ajardinado, protegido dos ventos e voltado a sul. Deste lado, os alçados abrem-se por meio de fenestrações amplas, em arcos de meia volta, dispostos com a regularidade de uma quase arcada em alpendre. Na realidade, este pano de fachada sobrepõe-se à frente da antiga construção aproveitada. O sentido da obra corporizada pela instituição encontra-se exposto num painel de azulejos afixado à entrada, que foi pintado na fábrica de cerâmica do Cavaco:

«Pescaria / As pescarias são um manacial de inúmeras vantagens, para as nações marítimas, não só pela quantidade de braços que empregam, pelos capitais que poem em giro, pelos seus produtos como alimentos, ou como materiais, para as artes e para usos domésticos; mas também por serem uma excelente Escola de mainheiros" / *O Panorama* Volume XII, página 10 / Cavaco - Gaia - Portugal».¹³²

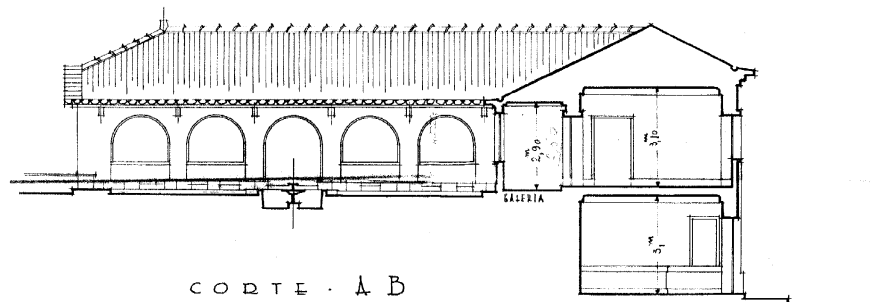
A *impressão* da acção do Estado corporativo pode ser recordada, tal como a descreve J. de Araújo, através da memória da recepção apoteótica dada ao Chefe de Estado, aos ministros do governo da nação e autoridades distritais, quando da inauguração do bairro dos pescadores, em 28 de Maio de 1952. A festa condensa numa imagem a figura da intervenção providencial e proteccionista do Estado corporativo no fomento das pescas, e no apoio e protecção indoutrinadora das famílias de pescadores, marinheiros e de peixeiras que moldou a face da Afurada.

«Terminada a inauguração, desceu-se, para o ilustre visitante fazer uma visita à sede da Casa dos Pescadores. [...] Em seguida, assumou à varanda da Casa dos Pescadores, onde recebeu uma recepção apoteótica das traineiras de Afurada e Matosinhos, acompanhada dos silvos das sirenes das traineiras e do estalar de poderosos foguetes. Foi realmente uma apoteose indescritível e que não se lhe apagaria de memória enquanto vivo, nem da memória dos que estiveram presentes, descidos até à marginal, enquanto o Chefe de Estado, seguia de carro, bem como o seu

132. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 71.

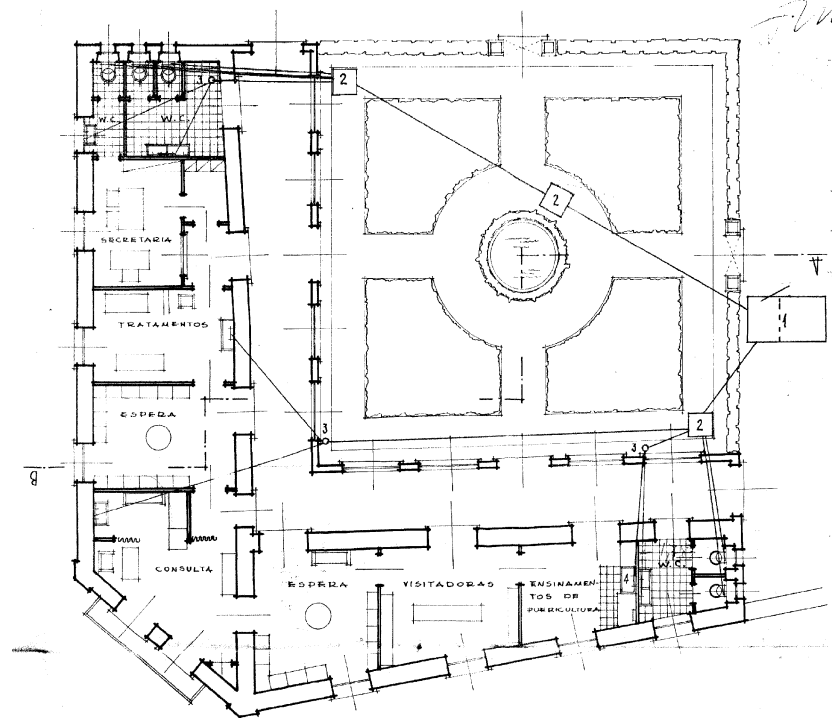


ALÇADO NASCENTE



CORTE A-B

A



1ª ANDAR

Figura 4-4. Camilo de Paiva Soares, projecto da Casa dos Pescadores do Porto, 1946

séquito, todas as traineiras o acompanhavam rio acima, em direcção ao túnel da Ribeira, que a seguir seria também inaugurado.»¹³³

É talvez significativo que tenha sido precisamente nos anos de mais intensa intervenção do Estado Novo, na Afurada, por via da acção da Casa dos Pescadores, dirigida aos pescadores e às suas famílias, que é encerrada, em 1948, a creche, fundada havia mais de meio século. O seu encerramento ter-se-ia justificado «em parte por falta de recursos e em parte por falta de crianças, visto que os benefícios recebidos não compensavam o trabalho de levar lá cima e ir buscar as crianças.»¹³⁴

A formação da Casa dos Pescadores desencadeia a organização de uma série de serviços complementares, destinados a enquadrarem as várias vertentes da vida dos pescadores e das suas famílias. Como refere o ofício que acompanha o projecto, a Casa dos Pescadores pretendia «dar incício à construção do Bairro para Pescadores da Afurada, com a adaptação e construção dos prédios indicados no projecto junto e que constituem a bem dizer «a primeira parte de uma obra social que pretende levar a efeito naquele local»¹³⁵. Sucede a constituição de uma cooperativa de pescadores, que tem existência efémera (vendia vestuário e equipamento profissional), e a construção do bairro de pescadores, que se inicia em 1947, precedendo de poucos anos a edificação da nova igreja. A posição do bairro, em terraços sobre o Douro, poderá ser colocada em paralelo com outras intervenções de habitação social, realizadas nas encostas do rio, como o bairro Rainha D. Leonor, em São João da Foz do Douro. Na memória descritiva do projecto do bairro de pescadores, de 1946, a chamada de atenção vai precisamente para as condições favoráveis da sua implantação:

«A sua situação sobranceira ao Rio Douro, dá-lhe um panorama deslumbrante, com um belo horizonte sobre a barra e sobre a cidade do Porto. Admiravelmente arejado e de boa insolação, com a altitude mínima de 30 m e máxima de 63m acima do nível médio das marés.»¹³⁶

O conjunto habitacional é inaugurado pelo Chefe de Estado, em 28 de Maio de 1952, tomando o bairro o nome de *General Craveiro Lopes*. Inclui oitenta e oito casas, uma das quais é cedida para instalação do posto local da Polícia. Embora com boas condições de habitabilidade, o bairro tarda em ser ocupado pelos pescadores. O afastamento da beira-rio e a dificuldade das famílias de suportar a despesa obrigatória de água e luz, sobretudo nos meses de inverno, em que não havia saídas ao mar, dificuldade essa que não podia ser minorada com o subaluguer de compartimentos nas casas são algumas das razões que terão justificado a demora na ocupação das casas construídas¹³⁷.

Nos anos cinquenta são tomadas iniciativas com vista ao alargamento da acção social da Casa dos Pescadores. Na parte livre do terreno da instituição avança um ante-projecto de centro social, promovido pela Junta Central das Casas dos Pescadores e apresentado em 1957¹³⁸. O projecto previa a construção de um edifício em altura, destinado à ampliação do serviço de saúde, com a abertura do serviço de consultas externas ligado

133. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 83.

134. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 14.

135. CMVNG, Arquivo Municipal, ofício dirigido ao presidente da Câmara, datado de 17 de Maio de 1946.

136. Santos, "As pescas...", 1997 : 127(200).

137. Santos, "As pescas...", 1997 : 127(201).

138. CMVNG, Arquivo Municipal, "Junta Central da Casa dos Pescadores: Ante-projecto do Centro Social da Afurada".

à Assistência Social e Cooperativa, e à instalação de uma creche, refeitório para idosos pescadores, escola de pescas e maternidade. Além disso havia a ideia de abrir uma cantina escolar, tendo sido desenvolvidos esforços para a obtenção dos terrenos necessários. A autorização para a construção foi concedida em 1958, contudo a obra não tem provimento. Em 1957, é aberto um parque infantil, na parte alta do bairro, no sítio onde posteriormente se irá implantar o complexo da escola primária.

No plano do ensino, a Casa dos Pescadores toma a iniciativa de desenvolver um conjunto de acções formativas, dirigidas à população masculina activa nas pescas e à população feminina, às mulheres, na dupla qualidade de donas de casa e mães trabalhadoras. Compreende essa acção o fornecimento de uma instrução elementar de profissionalização, integrada numa perspectiva global de formação moral cristã e indocinação de valores nacionalistas da família e da nação. Para a instrução e a formação dos pescadores é fundada uma Escola Elementar de Pesca, em 1950, que ministra cursos de profissionalização de Marinharia e Pesca, formando ajudantes de motorista marítimo; chega, inclusivé, a fornecer cursos de contra-mestre e arrais.

«Actualmente, como reflexo do espírito de renovação que a certos sectores da nossa vida social vai emprestando a Administração pública, já não é só a grande escola prática dos pais que consigo levam os filhos – ainda cachalotes – nos batéis para o mar, que os inicia na poderosa indústria.

A criação de várias escolas de pesca ao longo da nossa costa, para serem frequentadas por todos aqueles que queiram preparar-se para a salutar e agitada vida oceânica, demonstra o interesse que o Estado Corporativo – sempre exemplar no desenvolvimento das mais úteis actividades, justamente mereceram as fontes de uma das maiores riquezas nacionais.»¹³⁹

No plano da formação feminina é aberto um posto de puericultura, que funciona inicialmente numa casa do bairro dos pescadores e depois é transferido para a Escola de Formação Feminina. Esta instituição ministra cursos de preparação para donas de casa, habilita a competências no domínio do corte e costura, ao mesmo tempo que prepara para uma actividade profissional de confecção em fábrica. A escola começa a sua existência nos baixos da casa dos Pescadores, passa para a casa da creche e finalmente acolhe-se num edifício próprio, no terreno da Casa dos Pescadores, tendo sobrevivido mais alguns anos, além do 25 de Abril, por insistência da população da Afurada que se manifestou contra a sua extinção.

Após o 25 de Abril, a estrutura corporativa que enquadrava a assistência social e de saúde à comunidade piscatória é desmantelada com a extinção das Casas de Pescadores, passando as suas competências, em parte para a Caixa de Previdência e Abono de Família dos profissionais da Pesca, e em parte para as unidades de saúde dos centros de Saúde.

A acção do Estado Novo volta-se igualmente para o centro da povoação. Nos anos quarenta, a ocupação da parte baixa da vila densifica-se na malha existente, consolidando-se a ocupação dos quarteirões situados a poente. Começa a edificação para habitação e comércio da área até então ocupada por barracões de apoio às actividades da pesca, que aí se implantavam em ligação aberta e directa com a praia e o cais, na parte posterior. A modificação das características desta área faz-se a partir da frente do lado nascente, voltada ao

139. “Indústrias Nacionais: A Pesca e as Conservas de Peixe”, in *Panorama Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 12, ano 2.º, Dezembro de 1942.

terceiro arruamento longitudinal. Esta rua surgia valorizada no projecto de 1942, com a sua transformação numa avenida, além da qual se organizava, junto do rio, uma área de armazéns ligados à pesca. Porém, com a implantação do novo posto da Guarda Fiscal, que é transferido do largo da capela de São Pedro, onde ainda funcionava em 1943, para uma posição de gaveto, na rua travessa central que acede ao cais, será a frente ribeirinha a ser qualificada. A nova localização do edifício da Guarda Fiscal já está assinalada na carta de 1946, com a indicação da área de ocupação prevista. A construção do novo posto pelo Ministério das Obras Públicas decorre sob a responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, denotando o empenho do regime em fazer da vila da Afurada uma obra modelo de fomento das pescas. A transferência do edifício para o património da Guarda Fiscal dá-se no ano de 1946. A posição central do posto de Guarda Fiscal, junto do cais de desembarque, evidencia as funções de vigilância e de interveniência fiscal que lhe estão cometidas no que respeita às actividades de pesca. Deste ponto de vista, a passagem da instituição para uma localização na mediana da frente ribeirinha, significa a consagração de uma posição de nova centralidade. Os percursos de circulação e o centro de gravidade da vida da Afurada tinham mudado, e o cais velho, junto da capela de São Pedro, já não comportava o circuito do peixe tal como este se tinha desenvolvido.

Também na parte baixa da vila, mas no extremo sul da estrutura urbana, começa a consolidar-se uma frente de extensão de novos quarteirões, ocupada predominantemente por edifícios públicos. Além do mercado e das instalações sanitárias, instalam-se, nesta zona, o edifício da lota, em terrenos da A.P.D.L junto do rio (projecto de 1952¹⁴⁰), e a escola primária, em terrenos cedidos por aquele organismo estatal. A construção do edifício da escola, integrado no plano dos Centenários (1959), dá continuidade, a sul, à frente de quarteirões, situada a poente da rua de Agostinho Albano. No seu seguimento encontrava-se o parque infantil, que mais tarde dá lugar à implantação do mercado novo e da sede da Junta de Freguesia.

Num balanço dos estabelecimentos da Afurada, de 1955, a vila tem «duas padarias, 2 talhos, quatro lojas de panos, cinco barbearias e as mercearias-tabernas...a vida económica na Afurada gira em torno da pesca e da venda do pescado.»¹⁴¹ A venda do peixe na cidade do Porto é assegurada pelas mulheres dos pescadores da Afurada¹⁴². Ao quadro traçado haverá que acrescentar lojas de ferragens e equipamentos de apoio à pesca, armazéns de sal e de salga e a fábrica de conservas de São Paio. A fábrica¹⁴³, fundada em 1941 por Manuel Pereira Júnior, e construída segundo projecto de António Varela, irá empregar a uma parte significativa de mão-de-obra feminina da vila. O seu destino liga-se assim à vida da população local. Em 1957, as instalações são arrendadas a Bento Peixoto, procedendo o novo proprietário, na altura, a uma redução da mão de obra em

140. Santos, "As pescas...", 1997 : 147.

141. J.M. Pina V. Cabral, *Afurada*, N.º 24, 4.º vol., 1988, p. 32, cit. in Santos, "As pescas...", 1997 : 183(305).

142. Santos, "As pescas...", 1997 : 149.

143. Santos, "As pescas...", 1997 : 153-154.

50%. A exploração da unidade industrial mantém-se até 1986, data em que é vendida a um empresário de Matosinhos, do ramo conserveiro. Em 1988, a fábrica abre falência e encerra definitivamente.

Os anos de intensa intervenção nacionalista e fomento das pescas, nas décadas que rondam o meio do século, são, também, os anos de apogeu da indústria da pesca no centro piscatório da Afurada¹⁴⁴. Haverá que referir o início de um declínio constante da indústria das pescas, a nível nacional, a partir do ano de 1964, que figura como o ano de máxima captura a nível nacional¹⁴⁵. Acrescem, no entanto, outros factores com uma incidência local particular. Com a progressiva utilização intensiva de adubos químicos na agricultura dá-se o fim da exploração económica do mexoalho. No rio, verifica-se uma diminuição das espécies migratórias (sável, savelha, lampreia, enguia, solha), que parece ser devida a alterações do regime hidro-dinâmico do rio; observa-se igualmente um aumento da salinidade, por penetração da água do mar, que terá contribuído para diminuir a produtividade do estuário¹⁴⁶. Sobretudo, as maiores alterações devem-se às dificuldades criadas pelo estado da entrada da barra do Douro. Aliadas à abertura do porto de Leixões e às condições de armazenamento criadas em Matosinhos, essas dificuldades preparam uma inversão da dinâmica de desenvolvimento das pesca na Afurada. Os armadores começam a transferir para aquele centro piscatório e cidade portuária uma parte das funções que antes se concentravam na Afurada. Os dados são inequívocos. Se em 1886, os valores de pescado, na Afurada, eram de 280 toneladas, e em Matosinhos/Leixões de 201 toneladas, os valores obtidos para o ano de 1986 traduzem a completa inversão do quadro traçado, com 533 e 61110 toneladas, respectivamente¹⁴⁷. O fomento das pescas, que surgia como um desígnio nacional do Estado Corporativo e como a razão local da série de intervenções do regime, vai ceder inevitavelmente perante o lento declínio da indústria. Na Afurada, o quadro de mudança aponta para uma lenta redução da actividade a um âmbito local, com a progressiva exclusão de uma componente industrial, em que se fundou o desenvolvimento económico e social da povoação e a dinâmica empreendedora, que por sua vez se traduziu na capacidade edificatória e de expansão urbana da vila.

4.3 A construção da nova igreja e a criação da paróquia

A fundação da nova igreja e a criação da paróquia culminam uma década de intervenção social, de cunho corporativo e nacionalista na comunidade de pescadores, que se traduz numa intensa actividade edificatória. A decisão de construir uma nova igreja data de 1951 (a comissão criada para o efeito foi nomeada pelo bispo do Porto, em 27 de Junho de 1951). A necessidade de uma nova construção é justificada pela pequenês da capela existente e a impossibilidade da sua ampliação. Há dois aspectos que merecem atenção. Um dos aspectos refere-se à escolha do sítio para a nova igreja¹⁴⁸. J. de Araújo recorda que a primeira hipótese colocada foi a de implantar a nova igreja frente à Casa dos Pescadores, e a segunda, a de propor a sua

144. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 75.

145. Santos, "As pescas...", 1997 : 29.

146. Administração dos Portos do Douro e Leixões, "Estudo das obras necessárias à melhoria da acessibilidade e das condições de segurança na barra do Douro. Estudo de impacte ambiental - resumo não técnico", 1966, p. 7, in Santos, "As pescas...", 1997 : 180.

147. Santos, "As pescas...", 1997 : 150.

148. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 103 e seg.s.



Figura 4-5. Vista da entrada do Douro, ao tempo do início da obra da ponte da Arrábida

localização na praça, onde estavam os varais, o que não foi autorizado pelo presidente do município. Como solução de recurso, é decidido o aproveitamento do edifício da antiga fábrica de guano (depois, fábrica de mica), que entretanto, tinha sido adquirido pela Junta Central das Casas dos Pescadores. A discussão da implantação da nova igreja denota a procura de uma nova definição de centro, no espaço da povoação, que acaba por não ser adequadamente resolvida. A solução encontrada irá ser sentida como um recurso. A integração da igreja nova com a malha urbana da baixa da Afurada é difícil, sentindo-se a falta de um espaço exterior na sua envolvente.

Um outro aspecto relativo à nova igreja refere-se à natureza do seu projecto¹⁴⁹. O projecto resulta de um concurso de ideias lançado entre os alunos finalistas do curso de arquitectura da ESBAP, sob orientação do Arquitecto Carlos Ramos. São elaborados quarenta e três projectos, sendo a equipa do projecto constituída a partir dos alunos que tinham apresentado os melhores trabalhos. Incluem-se na equipa Fernando Seara, Luís Cunha, Pádua Ramos e Ferreira dos Santos, cabendo a Carlos Ramos a assinatura do projecto e a responsabilidade final da obra, que é acompanhada, na fase de execução, em especial por Fernando Seara. J. de Araújo recorda que, no momento da benção da primeira pedra, em 22 de Abril de 1954, apenas havia uma maquete e que a obra correu por administração directa, por uma questão de contenção de custos, embora inicialmente tivessem sido recebidas doze propostas de empreiteiros. A inauguração da obra ocorreu em 10 de Julho de 1955.

149. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 93 e seg.s.

Distinguindo-se das obras anteriores promovidas pela Junta das Casas dos Pescadores, inspiradas no movimento corporativo e no quadro ideológico do regime, o projecto da nova igreja reclama-se de uma modernidade alternativa à do movimento moderno, porém formada no quadro de rupturas por este instaurado. Contudo, a nova orientação imprimida à obra da igreja não significa, por si, um modo de oposição ao sistema de valores vigente. Foi ainda por intermediação do comandante João Pais, que tanto se tinha distinguido na concretização das outras obras, que foram percorridos os elos de uma cadeia de conhecimentos e amizades que levaram à figura de Carlos Ramos, como director da Escola Superior de Belas Artes do Porto, a quem é pedida a colaboração do projecto. A modernidade do projecto inscreve-se na ideia da apropriação de um armazém e na intenção de fazer uma obra de simplicidade e despojamento. Seguindo a natureza da construção aproveitada, qual *palheiro da oração* - numa expressão atribuída às casas de oração das ordens mendicantes -, a nova igreja evidencia o “espírito” do tempo presente da sua realização, ao recuperar, sem mudar substantivamente, a forma do edifício que tinha sido armazém e fábrica. O corpo da edificação existente no local é aproveitado, mantendo-se a sua estrutura parietal e o madeiramento da cobertura, alteado o suficiente para permitir a inserção de aberturas, acima da linha das paredes. O coro, o altar e o trono são realizados de novo. Havia a intenção de construir uma torre sineira no alto das arribas¹⁵⁰, que projectaria a sua presença no espaço alargado do estuário do rio e do território do interior rural, como marca eminente - uma espécie de versão não figurada, que evocava, ao nível do conceito, a obra de Cristo-Rei, em Almada¹⁵¹. Porém, a ideia não chega a ser concretizada. A torre ergue-se junto da igreja, numa versão menos salientada na paisagem.

Não foi sem resistência que a coerência do projecto pôde ser mantida até ao final, com a integração da estatutária de devoção. Carlos Ramos vê-se na necessidade de defender a integridade e a unidade de expressão da obra, assumindo publicamente a sua responsabilidade pela obra e propondo a encomenda das novas imagens de culto a Altino Maia, finalista de escultura. A justificação para as fazer de novo é dirigida em carta ao pároco, datada de 18 de Maio de 1955:

«facilmente apreende, não era possível fazer transferir, do antigo para o novo templo de características bem diferentes, qualquer das imagens naquele existentes, sob pena de vermos perdido todo o esforço, em manter a maior unidade e dignidade possível, no conjunto agora projectado e de que sou, mui gostosamente o afirmo, responsável.»¹⁵²

Ainda na véspera da inauguração da igreja, Fernando Seara, como arquitecto da obra, é interpelado por um vereador da Câmara, vendo-se na necessidade de justificar a forma da igreja:

«"Senhor arquitecto, toda a Igreja tem uma que serviu de modelo, por onde copiá-la. Diga-me lá, onde está a Igreja que serviu de molde a esta?". Pensava que o arquitecto ficava atrapalhado. Porém este, com a calma e sabedoria que lhe são peculiares, pegou num manto de paciência e numa toga de sabedoria e começou a explicar-lhe, que os antigos construíram as Igrejas e se agora os arquitectos, só copiassem, não tinham liberdade, nem criatividade e que cada época tem o seu estilo. [...] Não é pois de estranhar que um pescador ou uma peixeira, não perceba de estilos arquitectónicos, nem tenha noção do que é arte, mesmo que não gostem. ...Contudo não foi a Igreja, o balde

150. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 162, fotografia.

151. A obra de Cristo-Rei, em Almada, teve início em 18 de Dezembro de 1950, com o lançamento da 1.ª pedra, sendo concluída em 1959. A ideia da obra tinha sido aprovada em 1937.

152. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 109.

de água fria, mas sim o estilo das Imagens, nunca vistas, nem sonhadas. Habitados a ver imagens de cara rosada, olhos de vidro, tudo incarnado como se fosse vivo, isto era uma heresia e a fazer pouco do povo!». ¹⁵³

Foi necessário defender a posição assimétrica das imagens, um problema suscitado pelo bispo Dom António Ferreira Gomes ¹⁵⁴. As imagens pousavam em mísulas, colocadas apenas numa das paredes da igreja: do lado da epístola, como se estivessem suspensas das arribas da encosta, onde o corpo da construção se adossa, e como se voltassem ao rio. Do lado do rio, a parede alinhava uma via sacra. O interior da igreja parece encerrado na proeminência das estruturas murárias, mas a solução é essencial para equilibrar um sentimento de peso da encosta omnipresente. As janelas detêm uma legibilidade indirecta, pela luz que lançam ao tecto, evidenciando a leveza da estrutura levantada e permitindo resolver, sem rasgar as paredes, a abertura do espaço interior da igreja. Assim, com esta solução de um pragmatismo eficiente e de uma agreste simplicidade, a igreja permaneceu fiel à origem do corpo edificado que aproveitou. Ainda hoje invoca a figura da edificação fechada que a antecedeu: um armazém, porventura, associado a um lugar de recolhimento (a confirmar-se uma remotíssima ligação com o conjunto do Lazareto), acolhido no espaço da encosta fragosa, entre o monte da Furada e a margem do rio.

Completam o conjunto das estruturas religiosas da comunidade local o salão paroquial, projectado juntamente com a igreja, a casa do pároco, erigida alguns anos antes, num terreno à entrada da quinta onde será implantado o bairro de pescadores. A casa mortuária, que formalmente pertence à freguesia civil, situa-se em frente da Casa dos Pescadores. Encontra-se implantada no local onde funcionou anteriormente uma parte da Escola de Pescas, tendo sido inaugurada em 1971. A edificação terá substituído um conjunto de edifícios antigos, que se situavam aproximadamente no lugar onde as cartas do tempo do Cerco do Porto assinalam a posição do Lazareto.

A edificação destes edifícios públicos distribuem-se pela costa íngreme do monte da Furada, tendo como referência próxima a Casa dos Pescadores. Não existe contudo uma articulação clara de relações entre si, que é prejudicada pelas condições de acessibilidade viária e pedestre, nessa parte da encosta. Em traços gerais, o conjunto de intervenções na zona, sejam as de iniciativa da Junta da Casa dos Pescadores, sejam as da paróquia, significam uma ocupação expandida possível da Baixa da Afurada em direcção à encosta a nascente - uma espécie de conquista de lugares edificados que pontuam a arriba, alinhados segundo percursos mais antigos, a que se sobrepõem as voltas do arruamento que serve a Casa dos Pescadores e o bairro.

A construção da igreja paroquial inscreve-se no movimento de criação da freguesia canónica. A fundação da paróquia, com início anunciado para 2 de Fevereiro de 1952, é primeiramente sancionada pelo bispo do Porto, Dom António Ferreira Gomes, em 31 de Dezembro de 1951, antecipando uma decisão equivalente, relativa à freguesia administrativa, como forma de pressão junto do Governo Civil e da Câmara Municipal de Gaia

153. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 114.

154. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 162-163.

que se opunham à sua criação. A nova paróquia e freguesia são criadas exclusivamente a partir do desmembramento da freguesia de Santa Marinha, sem retirar domínios à freguesia de Santo André de Canidelo. Este pormenor é importante, porque desde sempre tinha havido uma relação estreita com o lugar de São Paio, que pertencia a Canidelo, onde habitavam numerosas famílias de pescadores. No entanto, um grupo de habitantes da freguesia de Santo André de Canidelo promove um movimento de oposição, com a apresentação de um abaixo assinado e de uma exposição de chefes de família, opondo-se à desanexação, em particular dos lugares de São Paio, da fábrica de conservas e dos estaleiros de construção naval dessa freguesia. Na determinação dos limites administrativos da nova freguesia da Afurada vê-se assim confirmado um afastamento progressivo de relações com a parte alta do concelho de Gaia, que leva a separação administrativa de um dos lugares rurais que tinha sido mais influente no assento primitivo da Afurada de Baixo.

4.4 A criação da freguesia administrativa

A freguesia civil é criada em 9 de Fevereiro de 1952, alguns meses antes da inauguração do bairro de pescadores, cuja cerimónia foi encenada para o dia 28 de Maio, tendo culminado na apoteótica recepção aos mais altos representantes da nação e do governo, que se apresentaram à população, do alto da varanda da Casa dos Pescadores. O decreto de criação da nova circunscrição cita o dinamismo do centro piscatório e a densidade de população da povoação, que conta, na altura, cerca de 3500 habitantes. Com a criação da freguesia é formalizada a personalidade política e administrativa da vila da Afurada.

Nos anos que medeiam a criação da freguesia e o 25 de Abril, a intervenção da Junta de Freguesia, mantém-se sob a direcção de um mesmo presidente. Durante todo esse tempo, a sua acção não pode medir-se com a das outras instituições do estado corporativo e das personalidades religiosas e civis que influem no desenvolvimento local. Esse quadro de protagonistas, que determinam o rumo dos acontecimentos e das decisões tomadas em favor do lugar da Afurada, inclui personalidades com sensibilidades distintas, algumas das quais estreitamente ligadas ao regime, outras que inclusivamente lhe ofereceram resistência. As intervenções dependem da sua boa-vontade e de um empenho pessoal, que convergem numa teia de influências, através da qual é filtrada a acção dos indivíduos, permitindo assegurar a sua integração conjuntamente com a acção do regime, na prossecução dos objectivos deste e dos seus interesses políticos e ideológicos.

Entre os vários intervenientes conta-se especialmente a acção de duas personalidades fulcrais: o pároco J. de Araújo, que congrega o apoio da hierarquia da Igreja, em particular do bispo do Porto, Dom António Ferreira Gomes, que foi também capelão da Afurada no tempo em que foi professor e depois reitor do seminário de Vilar; e o comandante João Pais, na qualidade de chefe do Departamento Marítimo dos Portos do Douro e Leixões, através do qual se torna possível concretizar projectos e obter um encaminhamento favorável das pretensões locais junto das estruturas do regime, nomeadamente junto de Henrique Tenreiro, como presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, e mesmo de Américo Tomás, como ministro da Marinha.

Com o novo regime, saído do 25 de Abril, a par com a acção da competência do governo central vai notar-se uma dinamização dos órgãos locais das autarquias, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, na

promoção de intervenções na freguesia, bem como das associações e colectividades locais (exemplo o Futebol Clube da Afurada, que no entanto teve uma existência efémera). Esta acção de entidades locais, algumas igualmente de rosto conhecido, nomeadamente a pessoa de um presidente de Junta, particularmente empenhado, que toma posse em 1976¹⁵⁵, é apesar de tudo distinta da natureza vinculadamente corporativa e personalizada do antigo quadro de interveniência.

Após a demolição da capela velha em 1969 e com o 25 de Abril, começa a tomar forma edificada um novo centro urbano, situado a sul do núcleo mais antigo da Afurada, que entretanto se expande nessa direcção, dando continuidade à malha original. Nesta área, onde se situam a antiga escola primária (1961), os tanques e onde existia um mercado mais antigo, arruinado, associado ao espaço da feira, é construído o novo edifício do mercado (1979), cujo projecto vinha do regime anterior. A sua construção resulta de um acordo que confere a responsabilidade das obras à Câmara, a troco da cedência ao município da praca de São Pedro (o largo da primitiva capela). Entre a escola e o mercado implanta-se o edifício da Junta de Freguesia que acolhe no piso superior um centro do dia para idosos (1983-1985). Este edifício encontra-se alinhado com o mercado, do lado poente, formando uma praca voltada ao espaço amplo da feira.

Na parte alta do monte, em relação com o primitivo lugar da Afurada de Cima que margina agora o novo pólo de urbanização suscitado pela edificação da ponte da Arrábida, implanta-se uma nova escola primária que concentra todos os alunos da freguesia, desde o ano lectivo de 1982/83, data em que entra em funcionamento.

4.5 A ponte da Arrábida

A construção da ponte da Arrábida (1957-1963) marca o início de uma profunda transformação do espaço dos velhos lugares da Afurada de Cima e de Baixo. Ao nível dos percursos da margem ribeirinha, é finalmente resolvida a passagem no sítio do estreito do rio, que tinha inicialmente forçado o caminho principal a contornar pelo alto as fragas da arriba do Douro. Ao mesmo tempo, o assentamento da plataforma da ponte e dos seus acessos no monte das Fragas dá início a um processo de ocupação da parte alta, que irá obliterar definitivamente os traços da antiga ocupação local, ainda visível no levantamento aerofotogramétrico de 1976 (fig. 4-7). A principal consequência é a pressão urbanística criada, que incide directamente no interior rural de Santa Marinha, da Afurada e de Canidelo. Ao unir os dois altos marcantes do estuário do rio, a ponte estabelece a contiguidade entre as zonas do planalto de Gaia e as zonas do Campo Alegre e Boavista, promovendo aquelas a uma condição de alternativa próxima das zonas habitacionais mais qualificadas do Porto, do lado poente da cidade. Por oposição a uma antiga ocupação, que tinha como âncora as margens ribeirinhas e os caminhos do sul, que irradiavam de Vila Nova e de Gaia para sul e para poente, ao longo de uma linha mais próxima da costa, as novas linhas de força de urbanização sobrepõem-se à antiga estrutura capilar, aproveitando-a apenas quanto baste para fazer o escoamento de- e até aos acessos à ponte (à via de

155. Araújo, *História da Afurada*, 1992 : 137.

cintura interna/ auto-estrada). Na freguesia da Afurada, o resultado é a acentuação da pressão edificatória na parte alta, que explora uma acessibilidade principal e um posicionamento privilegiado de vista sobre o rio e o mar. Por diferença do antigo assento de povoamento, que seguia os caminhos da encosta, na linha que cosia as terras de lavradio e o monte, a ocupação faz-se agora na zona alta e nas *lombas*, expandindo a ocupação edificada até ao limite das áreas em terraço sobre o rio. Aliás, no caso da lomba de São Paio, o processo já se encontra apontado no levantamento de 1946 (fig. 4-6). Confrontam-se, sem cerzidura, os bordos dos loteamentos do alto da Furada e o primitivo assento arruado, no fundo da encosta da povoação baixa; os núcleos do alto de São Paio e a frente de uma antiga ocupação rural junto do Areinho.

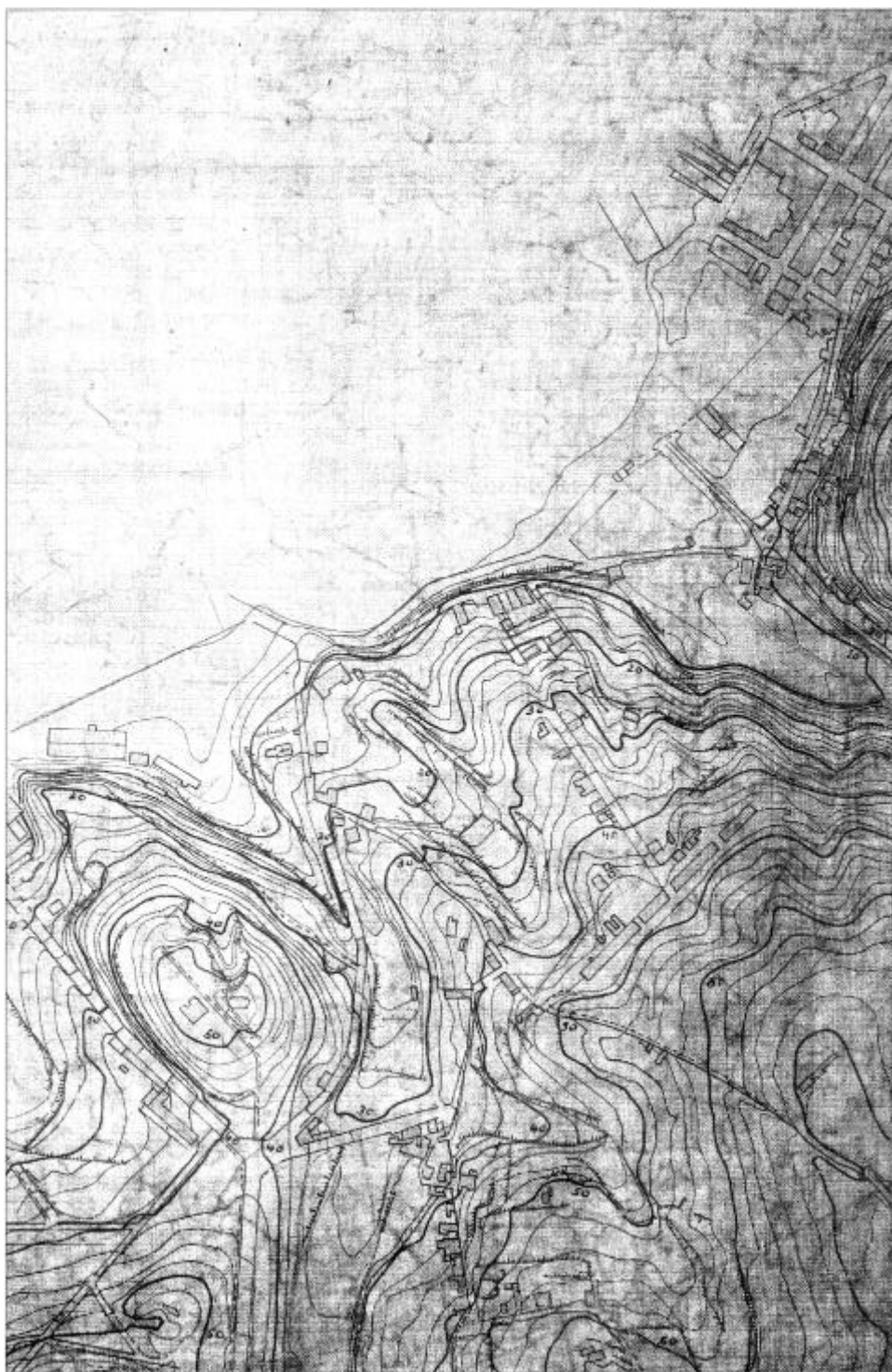


Figura 4-6. Carta topográfica, 1946



Figura 4-7. Levantamento aerofotogramétrico, 1976

5 Núcleo *histórico* da Afurada, uma observação final

Núcleo histórico da Afurada é apenas uma designação que pretende chamar à atenção para dois momentos de configuração da forma urbana da Afurada, além dos vestígios da uma memória mais antiga, sobretudo de referência rural, que persistem à margem da estrutura urbana principal, e dos sinais do tempo presente. O primeiro momento é o do tempo dos fundadores, das comunidades piscatórios imigradas e das correntezas de casas que dão a forma da povoação *ribeirinha* da Afurada. O segundo momento histórico corresponde à acção do regime corporativo do Estado Novo, que deixa as marcas de uma intervenção edificada integrada, distribuída pelo tecido urbano e realizada com cuidado e interesse arquitectónico, reunindo expressões que vão de uma arquitectura de Estado novo às obras modernas da igreja e da ponte da Arrábida.

Com as intervenções urbanas realizadas ao longo do século XX, a Afurada conheceu, ao longo do tempo, sucessivos pólos que foram sendo alterados ou perderam sentido, ou ainda não encontraram uma definição consolidada:

- um ponto de centralidade associado à primitiva capela de São Pedro, junto do molhe velho. A demolição desta capela, acompanhada com grande pesar por parte da população, deu lugar à formação de uma praça que procura desempenhar aproximadamente as funções de praça central da estrutura urbana. Contudo, a perda do edifício religioso que lhe conferia uma função de polaridade na malha, e a dificuldade de articulação com a nova igreja, situada num plano mais alto, afastado e descontínuo, dificultam o perfilamento do sentido deste espaço actual. Mantém-se como espaço de lazer, junto do cais por onde é feito o acesso ao embarcadouro, para a travessia do rio.
- a Casa dos Pescadores e o bairro, com as várias organizações sociais e de ensino criadas na sua dependência, que dinamizavam os novos sítios de ocupação da encosta, em relação com outras organizações complementares do Estado Novo, cuja extinção acompanhou a derrocada do antigo regime, deixando os edifícios dispersos e esvaziados do sentido programático que articulava conjuntamente as variadas funções;
- um novo pólo criado ao sul da malha que concentra algumas das instituições da vida económica, social e autárquica local recentes, mas se situa à margem dos quarteirões densamente ocupados, não tendo sido resolvida a continuidade de vivência do espaço urbano, relativamente aos lugares habitados do centro da vila.
- finalmente, a frente *ribeirinha*, para onde converge a dinâmica da vida urbana, na Baixa da Afurada, polarizada ao centro pelo molhe novo e cais de acostagem das embarcações de pesca, e as actividades de descarga de peixe e funções complementares.

Contudo, a decadência da actividade das pescas implica uma redução dos factores que consolidaram a existência da povoação e formaram a sua imagem. Neste contexto, os espaços e as actividades desenvolvidas na margem *ribeirinha*, surgindo embora como os lugares de referência e de identidade da Afurada, que

fizeram a diferença e estabeleceram o carácter único do sítio, tendem a perder definição. A manutenção destes espaços e a conservação da relação de continuidade existente com o espaço habitado da Baixa, que é essencialmente uma relação *de bairro*, marcam a viabilidade e a margem de resistência do lugar piscatório.



6 Desenhos

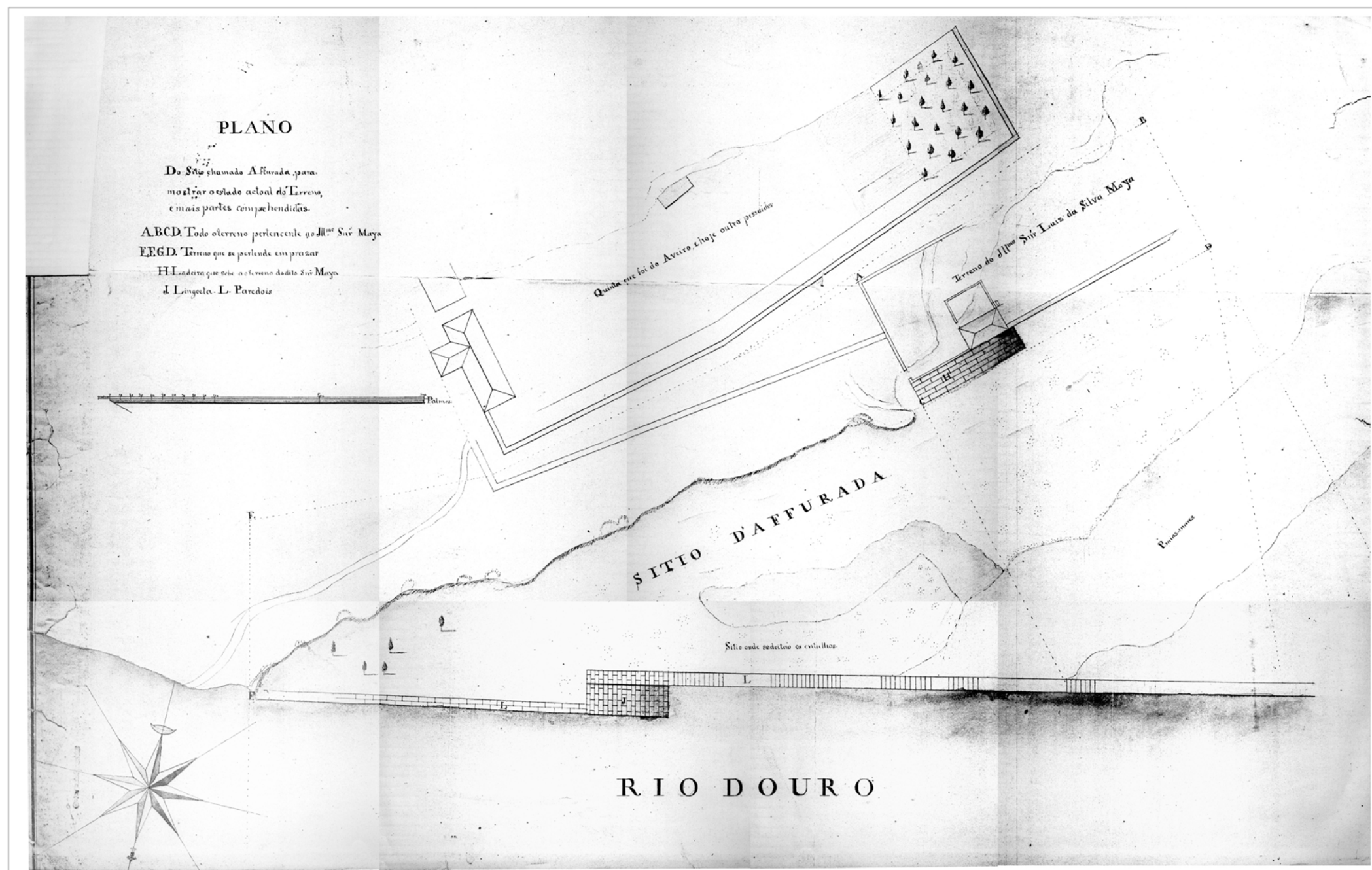


Figura 6-2. "Plano Do Sítio chamado Affurada para mostrar o estado actual do Terreno e mais partes comprehendidas" (segundo quartel do século XIX?).

CMVNG., Arquivo Municipal, Requerimento de *Snr. Maya*



Figura 6-3. "Plano de uma rua nova no lugar da Aforada", datado de 9 de Outubro de 1884
CMVNG, Arquivo Municipal

PLANTA

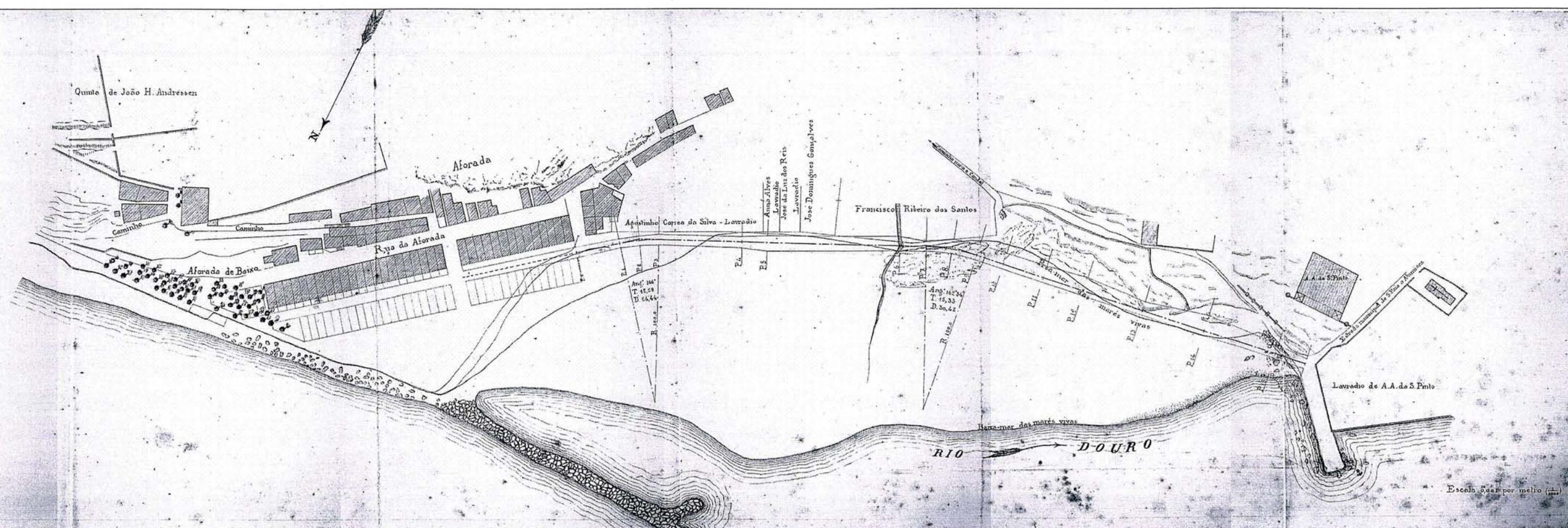


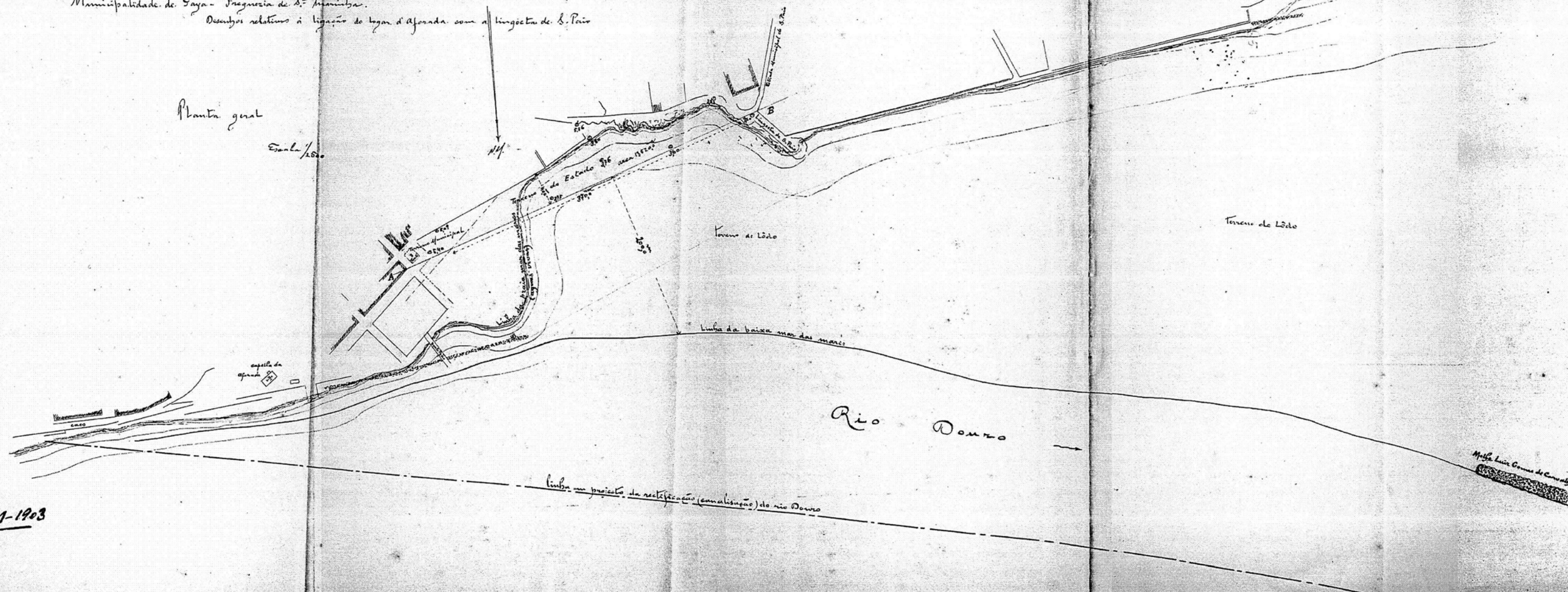
Figura 6-4. "Estrada de SamPaio à Afurada", projecto datado de 29 de Outubro de 1884
CMVNG, Arquivo Municipal

Município de S. Paio - Freguesia de S. Martinha.
Desenhos relativos à ligação do lugar d'Aforada com a lingueta de S. Paio

Planta geral

Escala 1/1000

20-1-1903



6

Município de S. Paio - Freguesia de S. Martinha

Desenhos relativos à ligação do lugar d'Aforada com a lingueta de S. Paio

Planta particular

Escala 1/1000

20-1-1903

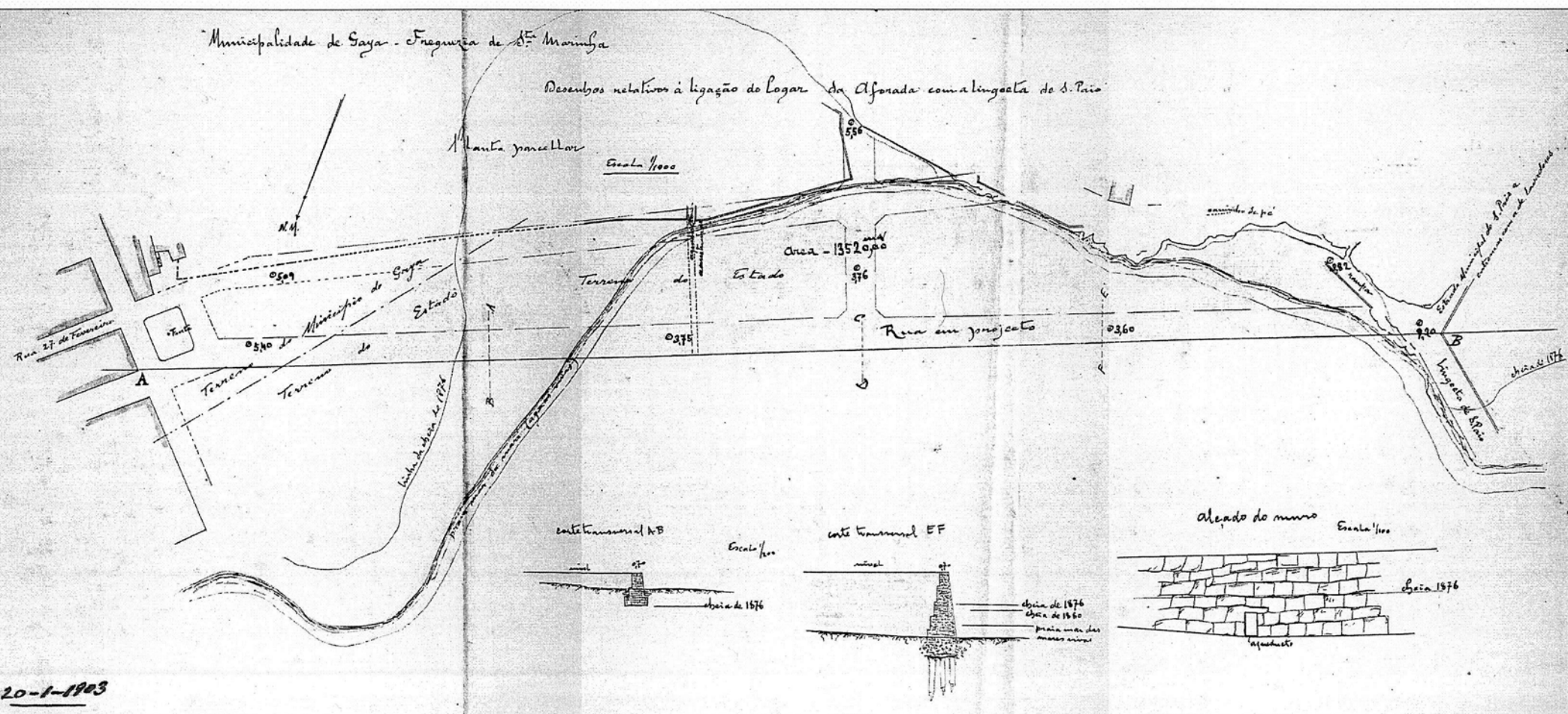
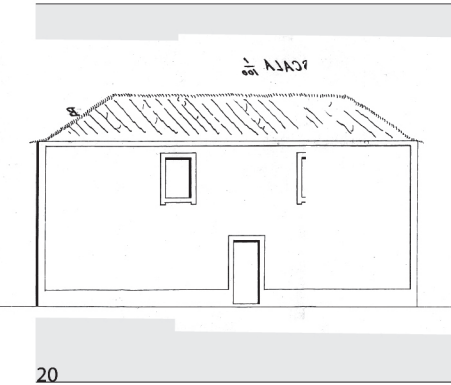
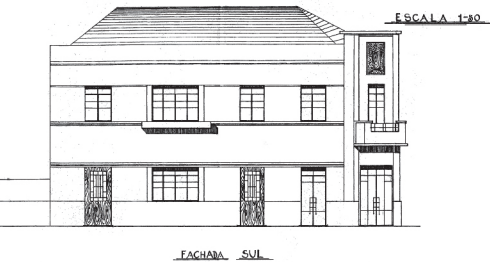


Figura 6-6. "Planta da parte do lugar da Aforada, que é preciso ser ligada com a lingueta de S. Paio, onde começa uma estrada municipal (de viação) que vai entroncar com a estrada também municipal das terras de Lavadores".

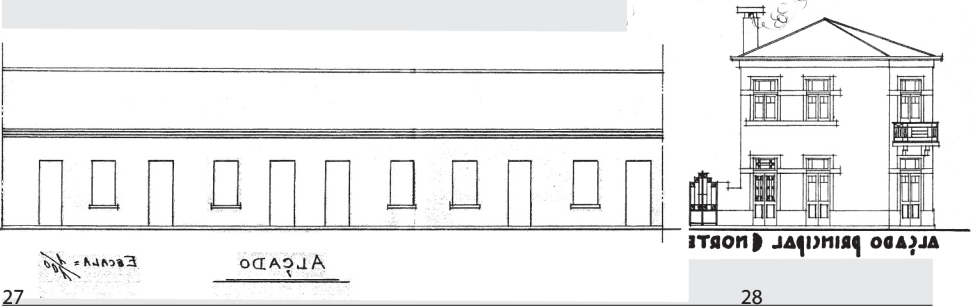
CMVNG, Arquivo Municipal, Processos de "aquisição de terreno estatal para a rua entre lingueta de São Paio e Aforada", elementos datados de 20 de Janeiro de 1902 e 20 de Janeiro de 1903.



praceta de São Pedro (S)



rua de Costa Goldofim (N)



rua de Costa Goldofim (S)



rua de Magalhães Lima (N)

Legenda das figuras 6.6 e 6.7. Identificação dos processos de requerimentos:

1 António Organista: [rua de Vasco da Gama], construção de morada de casas (processo de alienação e cedência de terreno, aprovado em 13 de Março de 1884).

2 Joaquim d’Oliveira Affonso: rua de Vasco da Gama, aquisição de terreno para alinhamento e construção de frente da casa (aprovado em 11 de Agosto de 1887). Segundo a planta de implantação, a obra situa-se na parte posterior do lote, voltada à rua de 27 de Fevereiro. Contudo, o alçado lateral apresentado é incompatível com essa posição, a não ser que, por lapso, se encontre invertido.

3 José Maria: rua de 27 de Fevereiro, alinhamento de frente e construção de casa (verificado em 6 de Maio de 1895).

4 João António Lopes, planta e alçado a que se refere o requerimento (processo de alienação e cedência de terreno, aprovado em 7 de Maio de 1896).

5 Manuel Gomes Remelgado: rua de 27 de Fevereiro, alienação de terreno para regularidade de alinhamento no lugar da Afurada (verificado em 17 de Agosto de 1897).

6 José Dias Vinagreiro: rua de 27 de Fevereiro, construção de frente de casa (processo de licenciamento de obra, aprovado em 6 de Abril de 1899).

7 Joaquim Gomes: rua de 27 de Fevereiro, levantar andar (processo de licenciamento de obra, pedido de 12 de Maio de 1899, visto em 7 de Junho de 1899).

8 Manuel Francisco Moreira: «n’uma rua que olha para o mar», reconstrução de frente de casa (processo de licenciamento de obra, requerimento de 5 de Julho de 1899). A casa pertence a Custódio Gomes Ferreirinha.

9 José António da Silva do Mar: rua de 27 Fevereiro, reconstrução de frente de casa (processo de alienação e cedência de terreno, pedido de 30 de Maio de 1902; alinhamento visto em 10 de Junho de 1902).

10 Alcina Sanguedo: rua de 27 de Fevereiro, planta topográfica relativa a terreno a adquirir à Câmara, (aprovada em 13 de Outubro de 1904); licença para reconstruir frente de casa (processo de alienação e cedência de terreno, aprovado em 9 de Setembro de 1907).

11 Francisco Pereira Americano: rua de Vasco da Gama, reconstrução de frente de casa (processo de licenciamento de obra, requerimento aprovado em 23 de Março de 1905).

12 Francisco Valente Junior: rua de 27 Fevereiro, alinhamento de frente de casa (processo de alienação e cedência de terreno, aprovado em 18 de Maio de 1905). A casa do requerente, com uma frente de 5,2 m, avança 3,15 m.

13 Manuel Gomes Ferreirinha: rua de Vasco da Gama, reconstrução de frente de casa (processo de licenciamento de obra, aprovado em 7 de Setembro de 1905).

14 Manuel Maria Rebello: rua de Vasco da Gama, licença para construção de casa e reconstrução de fachada (processo de licenciamento de obra, requerimento de 25 de Maio de 1906, aprovado em 31 de Maio de 1906).

(cont.)

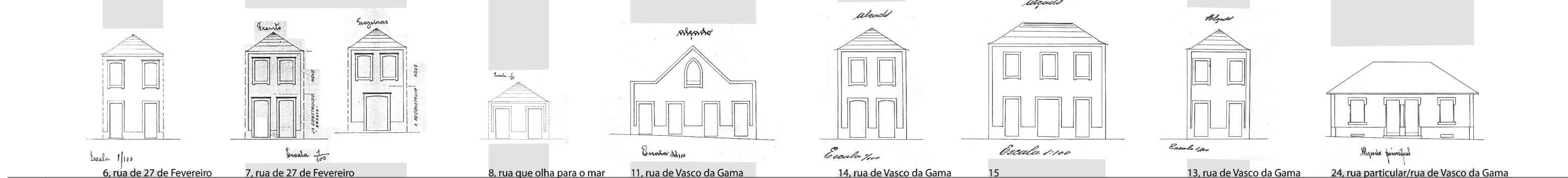
Figura 6-8. Alçados de casas de ruas travessas da Afurada, implantadas na posição de gaveto.

Figura 6-9. Alçados de casas das ruas direitas da Afurada.

CMVNG, Arquivo Municipal, Requerimentos de particulares apresentados à Câmara.



implantações não identificadas:



15 Francisco Gonçalves d’Amorim: lugar da Afurada, reconstrução de frente de casa (processo de licenciamento de obra, aprovado em 19 de Julho de 1906).

16 Mariana d’Oliveira Gomes a ”Regalada”: rua de 27 de Fevereiro, alinhamento de frente (processo de aquisição de terreno, visto em 23 de Março de 1908).

17 José Gomes Ferreirinha Junior: rua de 27 Fevereiro, alinhamento e reconstrução de frente (processo de aquisição de terreno, aprovado em 2 de Julho de 1908).

18 Bernardo Soares d’Almeida: rua de 27 Fevereiro, alinhamento de frente (aprovado em 11 de Junho de 1909). Requerimentos anteriores para a mesma parcela, em nome de José António da Silva do Mar.

19 Alexandre de Barros Palheirinho, alinhamento rua de 27 Fevereiro (processo de aquisição de terreno aprovado em 25 de Novembro de1909). A frente do lote é de 4,35 m, o novo alinhamento avança 2,70 m.

20 Tibúrcio Fernandes d’Oliveira Mendes: rua de 27 de Fevereiro, alinhamento e reconstrução de frente (processo de aquisição de terreno, aprovado em 6 de Maio de 1910).

21 António da Silva Lapa Junior: rua de 27 Fevereiro, alinhamento e reconstrução de frente (processo de aquisição de terreno, aprovado em 19 de Maio de 1910).

22 Manuel da Silva Mar: rua de Vasco da Gama, reconstrução de fachada (processo de licenciamento de obra, pedido de 9 de Maio de 1912, indeferido). Loja no piso inferior, e dois quartos, um dos quais interior, no piso superior.

23 António Lopes: rua de Vasco da Gama, reconstrução de casa (processo de licenciamento de obra, pedido de 26 de Setembro de 1912, indeferido). No primeiro piso, situam-se loja e cozinha, na parte posterior, sem ventilação; no piso superior, sala e gabinete, na frente, e dois quartos interiores.

24 António d’Oliveira Afonso: rua particular e rua de Vasco da Gama, construção de duas casas (processo de licenciamento de obra, requerimento de 26 de Abril de 1916).

25 Joaquim Ferreira Nunes: rua de 27 Fevereiro, alinhamento de frente e reconstrução de arrecadação de ferramentas e utensílios marítimos (aprovado em 11 de Julho de 1918).

26 Rosa Francisca dos Reis: rua de 27 Fevereiro, alinhamento de frente, construção de loja para arrecadação de ferro (processo de alienação e cedência de terreno aprovado em 30 de Dezembro de 1920; licenciamento de obra aprovado em 17 de Março de 1921). A frente da parcela é de 5,00 m; o novo alinhamento avança 2,5 m.

27 Bernardo Soares de Almeida: ruas de Agostinho Albano e de Costa Goldofim, reconstrução de armazens que arderam (processo de licenciamento de obras, pedido de 6 de Agosto de 1934). Os edifícios destinam-se a armazém de sal e artigos de pesca.

28 Abel Dias de Carvalho: rua de Agostinho Albano, gaveto da rua de Costa Goldofim (processo de licenciamento de obra, pedido de 7 de Agosto de 1934).

29 Matias Diogo Cabaça & C.^ª: rua de vasco da Gama [à praceta de São Pedro], armazém segundo projecto de Mário de Abreu (processo de licenciamento de obra, datado de 11 de Maio de 1935).

30 Januário José da Cruz: rua de Agostinho Albano, armazém (processo de licenciamento de obra, pedido de 21 de Março de 1935).

31 Vitorino de Moraes: rua de Agostinho Albano, gaveto da rua de Costa Goldofim, prorrogação de licença de obras (processo de licenciamento de obra, requerimento de 25 de Abril de 1939).

Nota: Nas figuras 6.6 e 6.7, os planos das fachadas das ruas encontram-se representados segundo um ponto de vista fixo, que implica uma observação "à transparência" dos alçados de um dos lados das ruas. Por esse motivo, alguns desenhos surgem em posição invertida.

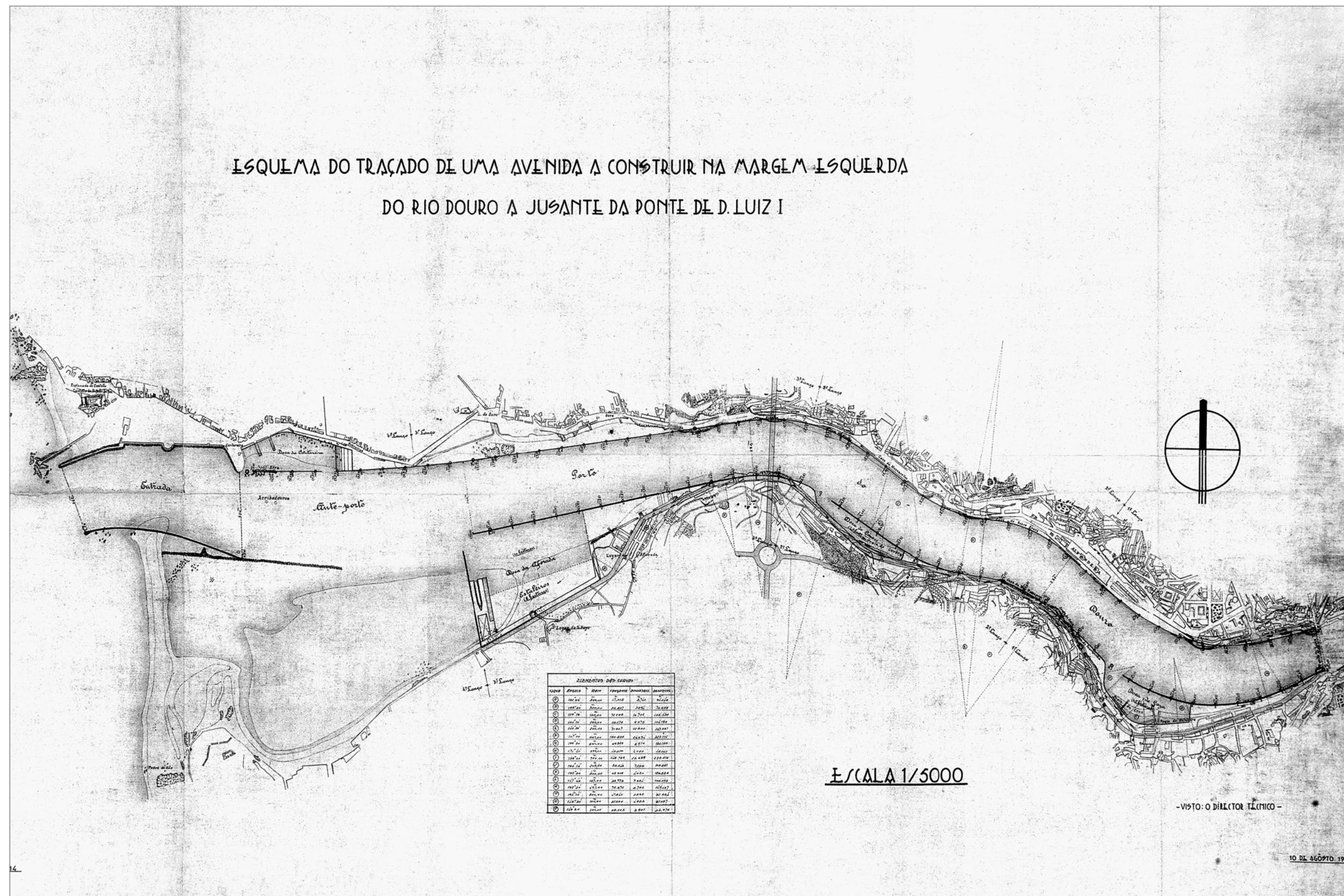


Figura 6-10. "Esquema de traçado de uma avenida a construir na margem esquerda do rio Douro a jusante da ponte de D. Luiz I", desenho datado de 10 de Agosto de 1942

Nota bibliográfica

ANDRADE, Monteiro de. *Plantas Antigas da Cidade (século XVIII e primeira metade do século XIX)*, prefácio de A. De Magalhães Basto. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1943.

ANDRADE, Monteiro de. *Plantas Antigas da Cidade* (Terceiro Aditamento). Porto: Edição Marânus, 1949.

ARAÚJO, Joaquim de. *História da Afurada*. São Pedro da Afurada: Junta de Freguesia, 1992.

CRUZ, António. *O Porto na génese dos Descobrimentos. Studium Generale*, Porto, vol. 7 (1960) : 1-103.

D'AZEVEDO, João António Monteiro. *Descrição topographica de Villa Nova de Gaya e da festividade ...*[1813], acrescentada por Manuel Rodrigues dos Santos [na 1.ª ed. 1861 e 2.ª] (fac-simile da 2.ª edição, de 1881). Porto: Associação Cultural dos Amigos de Gaia, 1995.

Entre o Passado e o Presente: Mostra fotográfica de Vila Nova de Gaia na primeira metade do século XX e na actualidade, organização Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia / Arquivo Municipal, coordenação de Alda Padrão Temudo. Vila Nova de Gaia, 2000.

FERREIRA, J. A. Pinto. *Visitas de saúde às embarcações entradas na barra do Douro nos séculos XVI e XVII* (Documentos e Memórias para a História do Porto – XLI). Porto: Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1977.

FREITAS, Eugénio e Andrea da Cunha e. *O Mosteiro da Serra do Pilar no século XVI*. Porto: [Oficinas Gráficas de Manufacturas Modesta], 1964.

GUIMARÃES, Gonçalves, José António AFONSO, Raúl Solla PRATA. *O Foral de Gaia de 1255* (Documentos sobre Vila Nova de Gaia, 1). Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia, 1983.

GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves. *Estampas e Mapas Antigos de Gaia (séc. XVII a XIX)*, 1, organização e comentário. Vila Nova de Gaia: Edições Afonso's, 1989, 21991.

GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves. *Gaia e Vila Nova na Idade Média: Arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Universidade portugalense, 1995.

Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto, prefácio e notas de Artur Magalhães Basto. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, s/d.

MACEDO, Diogo de. *Gáia a de Renome: Monografia Evocativa* (impressão facsimilada da ed. de Lisboa, 1938). Porto: Associação Cultural dos Amigos de Gaia, 1989.

MARÇAL, Horácio. *A Barra do Douro e o Porto de Leixões* (Separata de *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, N.º 12). Matosinhos: Papelaria e Tipografia Leixões, s/d..

Mea Villa de Gaya (Guia Illustrado do Concelho de Gaia), por António Arroyo, José Queirós, Manuel Monteiro e Joaquim Leitão (fac-simile da 1.ª edição de 1909). Associação Cultural dos Amigos de Gaia, 21987.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, Fernando GALHANO e Benjamim PEREIRA. *Actividades agro-marítimas em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia, 1975.

Panorama Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 12, ano 2.º, Dezembro de 1942.

Pintura do Mundo – Geografia Portuguesa e Cartografia dos séculos XVI a XVIII (A). Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1992.

QUEIRÓS, José. “Cerâmica”. In *Mea Villa de Gaya (Guia Ilustrado do Concelho de Gaia)*, por António Arroyo, José Queirós, Manuel Monteiro e Joaquim Leitão (fac-simile da 1.^a edição de 1909). Associação Cultural dos Amigos de Gaia, ²1987 : 41-45.

ROSAS, Fernando. “As grandes linhas da evolução institucional”. In *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. F. Rosas, vol. XII da *Nova História de Portugal*, dir. J. Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1992 : 86-143.

“Regimento d’ElRey D: Sebastião, anda impresso para os Militares“. In D. António Caetano de SOUSA. *Provas da História Geneológica da Casa Real Portuguesa* (12 vol.s), tomo III, I parte. Coimbra: Livraria Editora, (1946-1954) 1948.

SANTOS, Fernando Jorge Teixeira dos. "As pescas em Portugal Continental: o caso amostra da Afurada" (Tese mestrado Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto, 1997

SANTOS, P. J. Talhadas dos. “Métodos de pesca no rio Douro (trecho inferior)”. In *Observatório* N.º 1, Actas do 1.º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro. Câmara Municipal de Gaia, Casa Municipal de Cultura / Solar dos Condes de Resende, Dezembro 1990 : 401-406.

SILVA, Francisco Ribeiro da. *O Porto e o seu termo (1580-1640): Os Homens, as Instituições e o Poder* (Documentos e Memórias para a História do Porto: 46), 2 vol.s. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1988.

SOUSA, António Caetano de. *Provas da história geneológica da casa real portuguesa* (12 vol.s), tomo III, I Parte. Coimbra: Atlântida (1946-1954), 1948.

Vila Nova de Gaia A outra margem.... Anégia Editores, ²1999.

Crédito de imagens

ANDRADE, Monteiro de. *Plantas Antigas da Cidade (século XVIII e primeira metade do século XIX)*, prefácio de A. De Magalhães Basto. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1943:

Figuras 2-5, 2-6, 2-7, 2-9.

ANDRADE, Monteiro de. *Plantas Antigas da Cidade* (Terceiro Aditamento). Porto: Edição Marânus, 1949:

Figura 2-8.

A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão 1872 : 1946. Porto: Ed. Fotografia Alvão, 1993:

Figura 2-4.

Edição Comemorativa da Inauguração da Ponte da Arrábida. Câmara Municipal do Porto, 1963:

Figuras 1-1, 1-2, 1-3.

GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves. *Estampas e Mapas Antigos de Gaia (séc. XVII a XIX)*, 1, organização e comentário. Vila Nova de Gaia, Edições Afons'eiro, ¹1989, ²1991:

Fig. 1-3.

MARÇAL, Horácio. *A Barra do Douro e o Porto de Leixões* (Separata de *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, N.º 12). Matosinhos: Papelaria e Tipografia Leixões, s/d.:

Figura 4-4.

Porto. Margens do Tempo, texto de Mário Cláudio, fotos "Fotografia Beleza". Porto/ Lisboa: Livraria Figueirinhas, 1994:

Figura 2-1.

Agradecimentos

A realização do trabalho não teria sido possível sem a consulta da documentação guardada no Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. A autora agradece o atendimento eficiente de Carla Moura, e o apoio e orientação concedidos pela Directora do Arquivo, Dr.^a Alda Padrão Temudo.